

HENRIQUE JOSÉ DOMICIANO AMORIM

**TEORIA SOCIAL E REDUCCIONISMO ANALÍTICO**

PARA UMA CRÍTICA AO DEBATE SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. (a). Dr. (a). Angela Maria Tude de Souza.

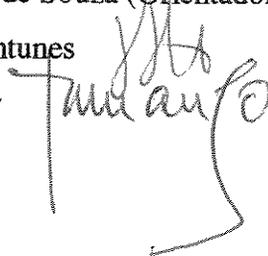
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 16/08/2001

Banca:

Profa. Dra. Angela Maria Tude de Souza (Orientadora)

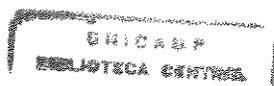
Prof. Dr. Ricardo Luiz Colto Antunes

Prof. Dr. Armando Boito Júnior



Agosto de 2001

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE



UNIDADE 30  
 N.º CHAMADA:  
T/ UNICAMP  
Am 68t

V. Ex.  
 TOMBO BC/ 46327  
 PROC. 16-392101

C  D

PREÇO R\$ 11,00  
 DATA 19/09/01  
 N.º CPD \_\_\_\_\_

II

CM00159646-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
 BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**Am68t** Amorim, Henrique José Domiciano  
 Teoria social e reducionismo analítico : para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho / Henrique José Domiciano Amorim. - - Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Angela Maria Tude de Souza.  
 Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho – Aspectos sociológicos. 2. Classes sociais.  
 3. Padrões de produção. I. Souza, Angela Maria Tude.  
 II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Para esse estudo foi de fundamental importância o incentivo financeiro da CAPES nos primeiros cinco meses de pesquisa e depois da FAPESP nos vinte e dois meses seguintes, sem o qual não poderia tê-la realizado. Agradeço e reconheço a absoluta necessidade dessas instituições de fomento à pesquisa.

\*

Agradeço primeiramente à Prof.a Dr.a Angela Maria Tude de Souza pela orientação e formação diferenciadas que foram decisivas em meu desenvolvimento intelectual, aos textos que traduziu e que gentilmente cedeu para a nossa pesquisa - sua visão de mundo me garantiu o interesse pelo estudo aqui realizado.

Agradeço aos participantes da banca examinadora composta pelo Prof. Dr. Ricardo Antunes, do Departamento de Sociologia, e pelo Prof. Dr. Armando Boito Jr., do Departamento de Ciência Política, ambos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP). As sugestões e intervenções críticas foram de real importância para a realização desse estudo.

À toda minha família que de um modo ou de outro me incentivou na compleição de meus estudos. Ao meu pai Mário e à minha mãe Maria Antonieta, às minhas irmãs Alexandra e Juliana, ao meu irmão Marinho, ao cunhado Samir e a cunhada Zuleika, à minha madrastra Silvia e, especialmente, aos meus sobrinhos Thiago, Allan, Lucas, André e Adriano.

A todo pessoal da RPM que um dia, ainda espero, vingará. Aos companheiros de militância: Filipe, Ruy, João, Ângela e Ângelo. Ao pessoal do mestrado: Telma, Wilson Fusco e Ana Maria. Ao professor Sérgio Silva, com quem, desde 1998, quando com ele cursei *Teoria Sociológica*, tenho oportunidade de trocar muitas informações sobre a teoria

social e também sobre cinema e teatro – sua amizade me é muito valiosa. Ao professor Josué Pereira da Silva, pela amizade e pelas dicas sobre André Gorz e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação na graduação e no mestrado.

Ao pessoal do xerox: Deti, Benê, Benezinho, Sr. Luiz, Marcão; ao pessoal da biblioteca: Solange, Muchacho e Luciano. Ao pessoal da gráfica, especialmente ao Tião. Às meninas da secretaria, ao Wanderlei (palmeirense roxo) e ao seu Zé.

Ao Palmeiras e ao Galeano, por me darem tantas alegrias, mas, especialmente, ao Marcelinho Carioca que consagrou a vitória do verdão na semifinal da libertadores de 2000.

Aos meus sinceros amigos: Fabi obrigado pelas dicas, correções e pelo ponto de vista thompsoniano – sua plenitude tenho guardada no coração; ao Ricardão meu amigo de muitos anos; ao Marcinho Macho Camacho que antes de me questionar me consola; à Fernanda Raquel pela sua docilidade e ternura que tanto considero; ao Rodrigão pela sua generosidade e amizade de tanto anos; à Letícia pela sua incontestável amizade e pela tradução; à Juliana que não vejo há tempos; ao inigualável Daniel Faleiros; à minha querida Beatriz pela sua amizade duradoura; ao Potiguar pela sua firmeza e princípios e ao pequeno Tomás pela sua clareza; ao Luciano pela sua vontade de saber; ao Leandro (Bigo-Bigo) pela sua amizade insuperável; à Fernanda Casari por seu interesse sem fronteiras; à Marina por seu carinho sem ponderações e pela revisão do texto; ao Cassiano pela sua sinceridade; ao Zé Carlos pelo seu ativismo político; ao Igor e ao Serginho pela amizade e por acompanharem criticamente minha formação; à Elaine minha amiga do coração; à Malu e à Pat (Sharon) que tanto prezo; ao Benê pela sua paciência com o mundo; ao Serjão uma figura única; a minha queridíssima cunhada Aline; à Simone pelas dicas antropológicas, e pela ajuda na tradução; à Nanda pela sua calma e à Rita que além de ser o “bicho”,

contribuiu na revisão deste texto. Ao pessoal de Ribeirão Preto, minhas amigas que adoro: Flavinha, Eli, Karen, Lulu, Patrícia, Flávia (Vivi), Kátia, Lauretinha, Deka, Fabiana e é claro ao Giovani e a Carolina. Agradeço a todos por me fazerem feliz, cada um sabe, pois lhes digo quotidianamente, o valor que têm em minha vida.

A três pessoas especiais e que foram fundamentais para a realização de meus estudos, tanto em relação às discussões e à troca de idéias, como também pela dedicação com que elas conservam nossa amizade: agradeço aos amigos Daniel Romero, Claudete Gomes e José dos Santos.

Aos meus primos Daniel, Frederico e Fabinho (em memória) pelos quais tenho enorme amor e respeito.

E à minha Eleonora por sua confiança, incentivo sempre presentes – seu sentimento verdadeiro me faz vivo.

## R E S U M O

Esta pesquisa procura estabelecer uma crítica ao *debate sobre a centralidade do trabalho* difundido nas décadas de oitenta e noventa nas ciências sociais. Com este objetivo, resgatamos os pressupostos que fundamentaram as teses originárias da sociologia do trabalho no começo do século XX, relacionando-as aos seus desdobramentos teóricos, sobretudo quanto às indicações sobre a homogeneidade política dos trabalhadores da indústria e sobre o caráter revolucionário do operariado politécnico nos anos sessenta e setenta. A partir dessa caracterização, relacionamos tais formulações às que fundamentam a discussão sobre a superação social e analítica dos macro-sujeitos, desenvolvendo uma análise das teses de André Gorz, e fixando-o como representante de uma perspectiva reducionista hoje dominante na sociologia do trabalho.

## A B S T R A C T

This research has the goal of establishing a review of *work centrality debate*, diffused in the 80s and 90s in social sciences. For this purpose, we rescued the presuppositions that founded the thesis derived from work sociology in the early 20<sup>th</sup> century, and we related these thesis to their theoretical developments, especially the ones regarding the indications about industrial workers political homogeneity and about the revolutionary profile of the 60s and 70s polytechnic workers. From this characterization, we associated these ideas to those that ground the argument about social and analytical surpassing of the macro-subjects, developing an analysis of André Gorz's thesis, and establishing him as a representative of a reductionist perspective which dominates work sociology nowadays.

## SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	15
<i>Introdução</i>	17
A Base Reformista da Sociologia do Trabalho	20
Modelos Produtivos ou Nova Dominação?	22
<i>Primeira Parte</i>	29
<i>A Organização Científica do Trabalho e a Sociologia do Trabalho: a luta de classes na produção</i>	29
<b>Capítulo I - Das Análises Deterministas das Condições Objetivas às Análises da Subjetividade Operária</b>	31
I.1. - As Novas Formas do Embate Classista	31
I.2. - Fim do Trabalho ou Reprodução da Luta de Classes no Campo da Teoria?	32
I.3. - Os Novos Paradigmas da Atual Sociologia do Trabalho	35
I.4. - A Habituação do Trabalhador na Atualidade: as formas de difusão da gerência capitalista	40
I.4. - Continuidade ou Ruptura dos Paradigmas Produtivos	45
I.5. - O Referencial Histórico da Sociologia do Trabalho	58
I.6. - Elementos para uma Análise Marxista sobre as Mutações no Trabalho	64
<b>Capítulo II - Da Sociologia da Anomia à Sociologia da Alienação</b>	83
II.1. - As Origens da Sociologia do Trabalho	83
II.2. - Durkheim e o Taylorismo	96
II.3. - A Base Crítica e os Limites da Sociologia da Alienação	105
II.4. - Forças Produtivas e Determinismo Tecnológico na Sociologia do Trabalho	113
<i>Segunda Parte</i>	124
<i>Determinismo Tecnológico e Humanismo Científico: as expressões concretas do reducionismo analítico</i>	124
<b>Capítulo III – Discurso Reformista e Ideal Revolucionário: os pressupostos teóricos de André Gorz e Serge Mallet em 1960/70</b>	126
III.1. - Do “ <i>Climat</i> ” às Greves Científicas	135
III.2. - Alienação, Postos de Trabalho e Processo Revolucionário: o reformismo das teses sobre a transição pacífica	142
III.3. - Passividade e Resistência no Trabalho: a “ <i>tática da mão suja</i> ”	149
III.4. - O Humanismo da <i>Praxis</i> Reformista: operário polivalente e divisão social do trabalho	154
III.5. - Emancipação Social e Tempo Livre: a “ <i>nova classe operária</i> ” no contexto da automação	161
III.6. - Automação e Determinismo Tecnológico: o fim da parcialização do trabalho?	166
<b>Capítulo IV – O Primado das Forças Produtivas como Matriz Teórica do Debate Contemporâneo sobre a Centralidade do Trabalho</b>	172
IV.1. - Mudança de Paradigma ou Reformismo Político?	174
IV.2. - Tempo de trabalho e tempo liberado: a lógica de radicalização da exploração	189
IV.3. - O industrialismo como fundamento da revolução proletária	203
<i>Considerações Finais</i>	223
<i>Bibliografia</i>	231

*Dedico esse estudo a meu pai*

*“O começo e o fim de toda atividade literária é a reprodução do mundo que me envolve por meio do mundo que está dentro de mim”*

Johann Wolfgang Goethe

*“Uma educação pela pedra: por lições;  
para aprender da pedra, freqüenta-la;  
captar sua voz inenfática, impessoal  
(pela de dicção ela começa as aulas).  
A lição de moral, sua resistência fria  
ao que flui e a fluir, a ser maleada;  
a de poética, sua candura concreta;  
a de economia, seu adensar-se compacta:  
lições da pedra (de fora para dentro,  
cartilha muda), para quem soletrá-la”*

João Cabral de Melo Neto (*A educação pela Pedra e depois*)

*“Contar em verso as leis conhecidas, segundo as quais se move um mundo moral ou sideral, é descrever o que é descoberto e o que cai por inteiro sob o telescópio ou o compasso da ciência, é reduzir-se aos deveres da ciência e invadir suas funções, e é embarçar sua linguagem tradicional com o ornato supérfluo e perigoso; no entanto, entregar-se a todos os devaneios sugeridos pelo espetáculo infinito da vida na terra e nos céus é um direito legítimo de qualquer um”.*

Charles Baudelaire, *“Reflexões sobre meus contemporâneos”*

## APRESENTAÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo estabelecer uma leitura crítica de teses que, em seu conjunto, dão fundamento ao chamado *debate sobre a centralidade do trabalho* imerso nas ciências sociais.

Em linhas gerais, o texto apresentado fundamenta-se em duas partes, cada qual com dois capítulos. Na primeira, expomos introdutoriamente o debate contemporâneo sobre a não centralidade do trabalho, resgatando, a partir de seus pressupostos centrais, as suas próprias origens.

Já na segunda parte, discutimos as teses que fundamentam a sociologia do trabalho dominante, na intenção de verificar em que medida estas teses estão apoiadas nos mesmos pressupostos de conjunturas anteriores e que aparecem hoje com a rubrica aparente do novo.

No primeiro capítulo, analisamos os pressupostos que, em seu conjunto, procuraram invalidar o trabalho como relação social central no capitalismo e, em consequência, como categoria analítica primária das análises sociológicas. Além de discutir algumas teses marxistas sobre a atualidade das mutações do trabalho.

Em seguida, no segundo capítulo, traçamos um paralelo entre as análises originárias da sociologia do trabalho do começo do século XX, relacionando-as aos pressupostos teóricos do atual debate.

No terceiro capítulo, destacamos as análises de André Gorz e Serge Mallet, nas décadas de 1960/70 explicitando suas formulações teóricas, sobretudo, quanto ao caráter supostamente revolucionário do operariado politécnico. Nesse sentido, aprofundamos a análise

sobre o determinismo tecnológico e sobre humanismo científico presentes nas teses mais recorrentes sobre a superação do capitalismo.

No quarto capítulo, retomamos o debate atual, mas agora munidos dos referenciais teóricos que deram vazão e base às correntes teóricas centrais nas décadas anteriores. Nesse sentido, procuramos aprofundar a crítica ao atual debate, enfatizando a recorrência dos mesmos pressupostos anteriormente utilizados, sobretudo, aqueles salvaguardados pelo papel progressivo da técnica, ou ainda, mais especificamente, pelo primado das forças produtivas, para, finalmente, concluirmos o texto encaminhando um balanço geral de nossa argumentação.

## INTRODUÇÃO

O final do século XIX e o começo do século XX foram marcados pela constituição de um novo momento econômico e político da luta de classes, momento no qual a burguesia procurou impor à Europa e aos Estados Unidos, através da difusão de um modo de vida e de uma moral, via reorganização dos processos de trabalho, o ideário de uma nova civilização. (cf.: Gramsci, 1991: 375-413).

A burguesia industrial, ainda sem projeto social definido, apresentava-se como uma classe capaz de solucionar as contradições de uma sociedade caótica. Através da difusão do taylorismo e das expressões teóricas elaboradas pelo que chamamos hoje de sociologia do trabalho, constituiu-se a formação de racionalidades técnicas e científicas que, em síntese, expressavam os interesses da classe dominante. Nesse mesmo sentido, percebemos que a universalização de uma visão de mundo, de um modo de vida e de uma racionalidade científica específica teve a possibilidade de se fundamentar em torno de uma forma produtiva específica.

Apresentado como um método científico de produção, na medida em que tomava a posição de organizador dos estoques, dos fluxos e de racionalização administrativa e como supervisor dos processos de produção, dados pela relação entre tempo e movimento, o método de Taylor (o taylorismo) foi articulado como um sistema de produção ideal.

O taylorismo manifesta-se, assim, como uma linguagem, como parte visível de um projeto maior, de um projeto de transformação para o conjunto da sociedade e, sobretudo, como uma construção ideológica que deveria ser universalizada.

Com a introdução do taylorismo, caracteriza-se não só a implantação de diferentes processos de trabalho técnicos, mas também de um novo universo ideológico que se condensava e se codificava através de um conjunto de formulações teóricas que davam sustentação ao projeto político da classe dominante.

Para além de um método de trabalho cientificamente organizado<sup>1</sup>, o taylorismo determinou a formação de um horizonte possível, de uma via civilizatória fundamentada por um ideário, corroborado em outras situações pela esquerda marxista no mundo<sup>2</sup>, articulando as noções da evolução natural das forças produtivas no capitalismo do começo do século XX.

Dessa forma, a análise do taylorismo nos parece duplamente importante. Em primeiro lugar, como já indicamos, carrega consigo a intenção de qualificar um novo modo de vida, uma nova forma de organização das relações sociais e, em segundo, a partir da conjuntura em que foi socialmente apresentado, por proporcionar a formação de um novo campo disciplinar que se estruturou em resposta, ainda que sob o mesmo jugo, à organização científica do trabalho.

---

<sup>1</sup> Sobre a discussão das teses de Taylor e da reestruturação produtiva não apenas como método científico de organização da produção e tampouco como um conjunto de técnicas que tornariam o trabalho mais produtivo, mas, pelo contrário, como um processo de acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, como forma de subordinação das massas ao capital, ver Gramsci (1991); Tude de Souza (1992) e Dias (1997).

<sup>2</sup> A partir do começo do século XX e mesmo fora do ambiente aonde foi constituído o taylorismo, as teses de Taylor, relativas ao processo de racionalização da produção, tiveram grande alcance no mundo todo, sobretudo, enquanto possibilidade positiva do desenvolvimento social. Para além dos EUA, muitos outros países incorporaram à sua produção os *Princípios da Administração Científica* (1978), tornando tais teses hegemônicas no que se referia à racionalização do trabalho e da produção.

No caso soviético, por exemplo, percebemos uma expressão concreta da incorporação da ideologia do progresso técnico às teorias marxistas. A idéia de que o taylorismo poderia ser introduzido na sociedade socialista a despeito de seu caráter “nefasto”, ou melhor, como um núcleo produtivo não contaminado pela história foi determinada por uma compreensão da técnica como um conjunto de elaborações científicas desinteressadas e alheias a uma fundamentação histórica e ideológica, qualquer que fosse ela. Entre outros fatores, essa incorporação pode ser relacionada a uma interpretação “etapista” de ruptura com o capitalismo. Esta pressuposição justificaria a introdução e a universalização do taylorismo como modelo a-histórico de organização e de gestão do trabalho imediato, permitindo, assim, ser elaborado como um modelo científico de organização do trabalho, como uma ciência experimental e como uma expressão universal da racionalidade dominante. Ver sobre esse tema: o próprio Lênin (1980), como também, Linhart (1983), Bettelheim (1976), entre outros.

Desse ponto de vista, a difusão do taylorismo tem relação direta com o desenvolvimento tanto de novas formas de exploração do trabalho quanto de organização da vida política. Nas palavras de Tude de Souza vemos que:

“A racionalização da produção, tomada como ponta de lança das reformas sociais que atingiam o conjunto da vida nacional, determinava assim, ‘a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho’, capaz de por si mesmo levar a cabo o estrangulamento e a ‘liquidação’ das antigas organizações de defesa dos interesses operários na sociedade americana” (Tude de Souza, 1992: 17).

Não se tratava, nesse sentido, apenas da propagação de um tipo determinado de Estado e de mercado (cf.: Gramsci, 1991), mas, sobretudo, da ampliação do poder político da classe burguesa. Isto se deu na medida em que tal classe difundiu uma ideologia, uma visão de mundo específica, vinculada, na sua base, às idéias de eficiência e de eficácia da técnica. Ou ainda, tratou-se de difundir uma nova idéia de sociedade que, necessariamente, passava pela questão da passivização da classe trabalhadora. Em consequência, a imposição de uma economia fundamentada pela produção taylorista, agregada à organização de uma estrutura ideológica e à compartimentalização do poder político através dos aparelhos de hegemonia, viabilizou a efetivação de um conjunto de mutações necessárias à consagração desse projeto social<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Os aparelhos de hegemonia sintetizam “uma vasta rede de aparelhos (públicos e privados) veiculadores de novas formas de controle das classes trabalhadoras, e particularmente de seu núcleo operário, na esfera da produção e da reprodução” (Tude de Souza, 1992: 06). Ver, especificamente: “Americanismo e Fordismo” de Antonio Gramsci (1991).

### *A Base Reformista da Sociologia do Trabalho*

A retomada da conjuntura referente à difusão do taylorismo e ao surgimento da moderna sociologia do trabalho tem para nós real sentido e importância para a análise dos pressupostos que balizam o assim chamado debate sobre “o mundo do trabalho”. Ao considerarmos os pressupostos que direcionaram essa disciplina, então, em formação, perceberemos o caráter reformista que a informa historicamente, cuja estruturação dá-se em torno dos grandes embates entre racionalidades científicas.

A partir dessa proposição poderemos entender quais foram os desdobramentos de tais pressupostos, chegando então ao ponto central: o de refletir sobre como o debate acerca do caráter central (ou não) do trabalho reaparece nas formulações teóricas da atualidade.

A ligação entre a constituição do taylorismo e a efetivação da pesquisa sociológica com vistas à empresa capitalista é essencial para analisarmos a atual conjuntura. Essa mesma ligação faz emergir a hipótese de que existiriam correntes dentro da sociologia do trabalho que reconstróem seus objetos e objetivos a partir do quadro de correlações de forças no qual estão inseridas. Firmam-se, com isso, problematizações sobre as relações de trabalho postuladas a partir de interesses muito restritos, como, por exemplo, o de perpetuação de um modo de vida e de universalização de um modelo científico.

Partindo dessa compreensão do problema, analisamos as expressões teóricas fundamentais para explicitar as teses decisivas no seio do debate sobre a crise do trabalho nas sociedades contemporâneas, com a finalidade de indicar a presença marcante de determinadas formulações em obras que precedem em muito (como, p. ex. Gorz, 1968 e Mallet, 1969) os principais encaminhamentos teóricos do debate atual.

A sociologia do trabalho dominante, como possível lugar de síntese do conjunto das teses encaminhadas por esse debate, veio reforçar tal argumentação em seu percurso histórico de formação, pela convergência analítica seja em torno de um determinismo tecnológico, seja em torno da idéia do humanismo científico como ante-sala da revolução socialista.

Em conformidade com essa tradição, André Gorz em *Adeus ao Proletariado* (1987) desenvolveu sua teoria sociológica que deslocou a origem dos antagonismos sociais da esfera produtiva para a da circulação, estabelecendo uma ruptura paradigmática que lhe possibilitou, dentro da lógica interna de suas teses, afirmar a não centralidade do trabalho.

Tratar-se-ia, assim, de enfatizar essa negação como tendência abstrata de liberação do trabalhador e sua atividade penosa (cf.: Gorz, 1987). A realização dessa tendência estabeleceria novas formas de luta e de resistência para além do trabalho. No entanto, as teses de Gorz não caracterizaram um projeto político que desse ao corpo de suas formulações um caráter revolucionário, como ele mesmo anunciara.

Em contraposição a esta tradição teórica, pretendemos contribuir no sentido de estabelecermos uma crítica, dentro do horizonte marxista, ao primado das forças produtivas, analisando em que medida as teses que fundamentaram esta noção, embebidas, sobretudo, de um discurso único, obscurecem o real sentido das inovações tecnológicas, das reformas estatais na dinâmica de adequação da classe trabalhadora às constantes formas de obtenção de sobretrabalho durante o século XX.

Vale ressaltar que não se trata aqui de criticarmos a reforma em si mesma, mas sim de indicarmos a presença de um elo conservador e positivista que conforma o conjunto das transformações sociais capitalistas em uma análise limitada a sua própria reprodução.

## ***Modelos Produtivos ou Nova Dominação?***

Os períodos de crise do capital são marcados por redefinições nas formas da exploração da força de trabalho. Do ponto de vista do capital, estas necessárias redefinições têm em primeira instância a intenção de desqualificar a força de trabalho<sup>4</sup> para conter a tendência de diminuição da taxa de lucro, conservando a reprodução da estrutura de classes.

A análise das reestruturações produtivas como forma necessária e determinante de reprodução das classes sociais viabiliza historicamente a comparação entre três conjunturas sociais distintas, a saber:

1.) a da origem da própria sociologia do trabalho, no início do século XX nos Estados Unidos, com a criação de um campo científico específico, relativo às transformações dos processos de trabalho decorrentes da introdução do taylorismo e que agiria no sentido de adaptar e habituar a classe trabalhadora às formas de trabalho em presença.

2.) a da conjuntura posterior à Segunda Grande Guerra, na qual estariam expostas, pelo menos, duas perspectivas analíticas, no tocante aos rumos políticos da classe trabalhadora. Por um lado, temos a perspectiva de André Gorz, a partir da década de 60, com vistas à *desalienação* do operário por meio da reapropriação do seu saber-fazer como condição para a superação do capitalismo. Inspirado pela figura do artesão, viu em sua (re)qualificação técnica a possibilidade de retomada do controle do processo de produção e de trabalho pelos trabalhadores (cf.: Gorz, 1968: 83-106). Por outro lado, Serge Mallet, quando apontou o

---

<sup>4</sup> Hoje presenciamos uma tendência de aparente qualificação intelectual de parte da classe trabalhadora, explicitada, sobretudo, pelas formas do trabalho imaterial. Um tipo de trabalhador ligado a uma necessária informatização de sua ocupação profissional elevaria os níveis intelectuais de seu trabalho e de sua consciência crítica. Essa necessária aparência, em última instância, corrobora a lógica de valorização do capital no sentido de salvaguardar e ampliar as formas de sua reprodução. Ver sobre esse tema Lazzarato (1992), Negri (1992), Tosel (1995), Vincent (1993), entre outros.

surgimento de um potencial revolucionário galgado na capacidade técnica da *Nouvelle Classe Ouvrière* (cf.: Mallet, 1969).

3.) e, por fim, a conjuntura caracterizada a partir da atual reestruturação produtiva. Definida como um momento de superação da sociedade industrial, desenvolvem-se teses sobre a “*não-centralidade do trabalho*”, nas quais o proletariado estaria esvaziado de seu potencial revolucionário, uma vez que o próprio trabalho seria experimentado pelo trabalhador como uma atividade “*essencialmente negativa*”, impossibilitando-o de se reconhecer em sua ocupação profissional e, conseqüentemente, em seu próprio “*ser de classe e como sujeito histórico*” (cf.: Gorz, 1987: 85-93).

Trata-se, dessa forma, de sabermos o que unifica estes três argumentos. Para nós, eles podem ser explicitados por um debate específico que tem ligação com a historicidade da sociedade que emerge com a difusão do taylorismo e conseqüentemente da institucionalização da própria sociologia do trabalho como campo disciplinar universitário de estudos e pesquisas.

Dessa maneira, devemos colocar em questão a forma pela qual este debate foi construído. Acreditamos que o modo pelo qual foram tratados os objetos centrais da sociologia do trabalho (a análise do trabalho, da classe trabalhadora, da divisão social do trabalho, dos processos de trabalho, do processo de produção etc.) caracteriza um presente e freqüente processo de redução analítica das questões propostas por determinadas vertentes de análise dentro dessa disciplina.

Esta redução pode ser observada a partir de formulações tais como a chamada inexorabilidade do desenvolvimento das forças produtivas (seja considerada em sua positividade ou negatividade) ou ainda o reducionismo analítico flagrante em argumentos relativos a impossibilidade de qualquer projeto revolucionário por parte de um proletariado

marcado por uma profunda heterogeneidade considerada por muitos incontornável no pós-Segunda Guerra Mundial. Em decorrência, estas análises sobre o potencial revolucionário das classes trabalhadoras<sup>5</sup>, de suas estratégias de luta política e de sua resistência política acabam por restringi-lo ao seu núcleo operário.

A determinação predominante, nesse sentido, seria marcada pelo primado das forças produtivas sobre as relações de produção, o qual se daria por um desenvolvimento autônomo positivo da ciência e da técnica como forças de produção decisivas no capitalismo avançado. Não só as relações de produção estariam submetidas à lógica desse desenvolvimento, mas a construção da história humana seria reduzida ao movimento de sua base material e econômica, as forças produtivas correspondendo nesse esquema ao um conjunto de coisas enumeráveis<sup>6</sup>.

Nesse sentido, configuram-se durante o século XX duas perspectivas dominantes na análise das mutações do trabalho. Uma que consagra um determinismo tecnológico na caracterização das relações de classe e outra que, ao denunciar a negatividade do desenvolvimento das forças produtivas, afirma não apenas a necessidade de humanização do trabalho, mas principalmente a impossibilidade de superação das estruturas capitalistas limitadas a esfera do trabalho e da classe operária. Este é o núcleo teórico da perspectiva que denominamos reducionista.

---

<sup>5</sup> Selecionamos aqui algumas análises que expõem sinteticamente as teses centrais da sociologia do trabalho: as análises da sociologia humanista, de Georges Friedmann (1972); da sociologia da alienação, de André Gorz (1968a e 1968b); da sociologia tecnicista de Serge Mallet (1969) e do debate sociológico atual que afirmam a não centralidade do trabalho (Gorz, 1987).

<sup>6</sup> Para uma melhor compreensão da discussão sobre a relação entre forças produtivas e relações de produção, ver, por exemplo, Magaline (1977), Azouvi (1980), Balibar (1980), Linhart (1983) e Braga (1997). No capítulo quatro deste estudo trataremos dessa questão mais detalhadamente.

Portanto, resgatar as origens da sociologia do trabalho não é um exercício de erudição. Na verdade, voltamos às suas origens para diferenciarmos quais são os elementos “*regularidade*” presentes nessas diversas conjunturas daqueles elementos “*ocasionais*” (cf.: Gramsci, 1991), percebendo, assim, em que medida os temas da conjuntura precedente encontram seu pleno amadurecimento na conjuntura atual com o debate sobre a não centralidade do trabalho.

O determinismo tecnológico e o humanismo presentes na sociologia do trabalho definiram seu objeto e, acima de tudo, seu método de pesquisa em conformidade com os avanços do capitalismo. Isto decorre da historicidade assumida pelo próprio modo de reprodução das classes trabalhadoras e pelo aprofundamento crescente de sua subalternidade. Para além disso, tais vertentes do pensamento acabaram por endossar os interesses das classes dominantes ao submeter a definição de seus próprios interesses (supostamente desinteressados) à lógica do desenvolvimento do capital.

Aqui faremos a exposição do percurso teórico deste debate de uma maneira não cronológica. Fugiremos da imposição dos fatos para ascendermos à precisão do que deve ser realmente trabalhado: as expressões teóricas que consagram o embate entre racionalidades científicas que disputam a universalidade de um conjunto de idéias como expressão (a verdade) de toda uma nova época social. Assim, o que especifica o objeto de nossa investigação não se refere estritamente a série de mutações em curso (na economia e na política), mas, sobretudo, a apropriação intelectual realizada por determinados autores dessas novas realidades.

Propomos, assim, a inversão dos termos historicamente datados, ao introduzirmos uma exposição do debate na sua atualidade; depois retornaremos às suas origens analisando-as

no pós-Segunda Grande Guerra, para, por fim, retornarmos à atualidade e consolidarmos o ponto de vista aqui pretendido.

Poderemos questionar, assim, a natureza da produção e do trabalho comparando as transformações introduzidas pelo taylorismo e pela automação. Nesse sentido, questionamos se existiria ruptura ou continuidade nessas transformações. Quais seriam seus elementos de ruptura? Seriam formas de evolução das relações de produção ou novamente uma reorganização da subalternidade da classe trabalhadora? Isto faz com seja necessário explicitarmos as tendências centrais da sociologia do trabalho no sentido de verificarmos se as transformações dos processos produtivos são concebidas como modelos de desenvolvimento produtivo no momento em que a reorganização da estrutura industrial e empresarial capitalista são analisadas.

Portanto, a raiz do debate sobre a centralidade do trabalho não é atual. Essa questão remonta às conjunturas precedentes, como tentamos preliminarmente indicar. A partir dessa perspectiva podemos encontrar alguns dos elementos centrais para fundamentarmos criticamente as teses sobre a não centralidade do trabalho, tendo em vista que a forma pela qual estas análises conceberam suas hipóteses corresponde a uma definição particular desenvolvida sobre a formação social das classes.

Poderemos, assim, confrontar o determinismo tecnológico característico de certas abordagens sociológicas com a subjetividade das relações sociais engendradas na produção, para então fazermos a crítica às teses da não centralidade do trabalho.

A partir desse delineamento crítico poderemos indicar se os elementos que compõem as teses sobre a não centralidade do trabalho são intrínsecos à mesma. Na sua confirmação, faz-se necessária a superação desse ponto de vista, como expressão do

amadurecimento das contradições geridas nas conjunturas precedentes e, acima de tudo, como portadora de uma dimensão estrutural das relações sociais de subordinação da classe trabalhadora.

PRIMEIRA PARTE

A ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO E A SOCIOLOGIA DO  
TRABALHO: A LUTA DE CLASSES NA PRODUÇÃO

## CAPÍTULO I - DAS ANÁLISES DETERMINISTAS DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS ÀS ANÁLISES DA SUBJETIVIDADE OPERÁRIA

### I.1. - As Novas Formas do Embate Classista

Estamos aqui na atualidade do debate sobre a centralidade do trabalho. Trata-se de uma nova conjuntura política marcada pela ascensão do neoliberalismo alavancado por Margareth Thatcher na Inglaterra (1979) e por Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981) (cf.: Anderson, 1995), pela desestruturação política e econômica da União Soviética e por uma ofensiva do capital marcada, sobretudo, pela imposição da reestruturação produtiva e da acomodação da vida estatal às novas formas de exploração da força de trabalho (cf.: Hobsbawm, 1994 e Petras, 1995).

A decepção com que muitos presenciaram a (in)capacidade revolucionária, por muito tempo atribuída e esperada, do operariado politécnico dos anos 60 e 70<sup>7</sup>, à capacidade de reorganização da produção capitalista, de acumulação do capital, de gestão da força de trabalho e de desqualificação política do operariado fizeram com que muitos autores<sup>8</sup> do “mundo do trabalho” revissem seus pressupostos analíticos em relação às transformações na esfera da produção, dos processos de trabalho, das prioridades do movimento operário (da classe trabalhadora frente à sua virtual crise) e, também, em relação à crise dos paradigmas teóricos que sustentavam estas aspirações revolucionárias. Como lembra Ernest Mandel:

“Esta presente crise não é vista como uma crise típica de superprodução e de superacumulação, mas como uma crise de civilização, mesmo se alguns destes autores ainda aceitem

---

<sup>7</sup> Sobre esta compreensão do operário politécnico, ver Gorz (1968a), Mallet (1969) e Richta (1972).

<sup>8</sup> Habermas (1980), Gorz (1987 & 1996), Offe (1989), Kurz (1992), Touraine (1993), entre outros.

que se possa ter aí um ciclo industrial dentro da ‘nova’ crise”(Mandel, 1986: 01).

Para nós, os primeiros questionamentos em relação a essa problemática giram em torno de outras preocupações: crise dos paradigmas revolucionários ou crise do capital? Fim da classe trabalhadora ou restauração do capital? (cf.: Braga, 1997)

Em síntese, os deslocamentos indicados pelas análises sobre o paradigma produtivo obscurecem e desqualificam qualquer forma de resistência no trabalho, desconsiderando o trabalho como um meio de confrontação e de superação das estratégias de dominação criadas pelo capital<sup>9</sup>.

## **I.2. – Fim do Trabalho ou Reprodução da Luta de Classes no Campo da Teoria?**

Estamos aqui diante de uma problemática cara à sociologia do trabalho: o progresso técnico. As transformações no seio da produção capitalista podem ser a chave para entendermos a relação entre as problematizações da conjuntura anterior à última reestruturação produtiva, as teses sobre a não centralidade do trabalho e a suposta crise dos paradigmas revolucionários.

Ao qualificar os fundamentos que deram e ainda dão base às obras de grande parte dos cientistas sociais — quando enfatizam precisamente a crise dos paradigmas revolucionários à custa das transformações tecno-industriais —, pretendemos explicitar as conexões entre as teses dominantes na sociologia do trabalho nos anos 1960 e seus desdobramentos teóricos, aparentes ou não, nas décadas de 1980 e 90. Isto com a intenção de

ilustrar os principais efeitos de obscurecimento do campo em que se desenvolve a luta de classes quando colhidas em suas expressões teóricas mais atuais.

Algumas correntes da sociologia do trabalho submeteram seu objeto de estudo às formas de gestão do processo do trabalho pelo capital. Isto fez com que tanto os seus objetivos de pesquisa, quanto os pressupostos de análise ficassem restritos a certas imposições econômicas e tecnológicas alavancadas pelo capital industrial e/ou financeiro. Isso, em certa medida, cerceou e direcionou a análise do trabalho a uma perspectiva unilateral, naturalizando, por um longo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas.

Pautando-se em uma interpretação particular das obras de Marx, autores como André Gorz (1968a, 1987 e 1991) e Serge Mallet (1969 e 1971) consideraram o progresso técnico como um ganho social, como uma forma incontornável e impávida que culminaria em um momento, a se esperar, de dissolução interna das formas de organização social no capitalismo.

Após o início da última reestruturação produtiva (final dos anos 60, início dos anos 70) e a partir de uma necessária redefinição do objeto da sociologia do trabalho, Gorz, aparentemente, havia ultrapassado esse ponto de vista, na medida em que afirmou, em *Adeus ao Proletariado* (1987), a não inevitabilidade revolucionária atribuída ao desenvolvimento da técnica e da ciência. Nos termos do autor:

“Marx voltou inúmeras vezes a esse tema, em particular na Crítica ao Programa de Gotha. Acreditava ter finalmente encontrado, no operariado politécnico, a figura do proletariado reconciliado com o proletariado, do sujeito da

---

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Habermas (1987 e 1993), Offe (1989), Gorz (1993), Kurz, (1993), Rifkin (1995), entre outros.

história encarnado em um indivíduo de carne e osso. Ora, Marx enganou-se. E, na sua esteira<sup>10</sup>, enganaram-se todos os que pensavam que o aperfeiçoamento das técnicas de produção e sua automatização iriam suprimir o trabalho não-qualificado deixando subsistir apenas trabalhadores técnicos de nível relativamente elevado, com uma visão global dos processos técnico-econômicos e capazes de autogerir a produção” (Gorz, 1987: 39).

No entanto, Gorz acabou por desenvolver uma análise pautada sobre os mesmos pressupostos da conjuntura em que ele próprio elegeu como sujeito histórico o operariado politécnico.

Apesar do aparente deslocamento de problemática que caracteriza sua base de raciocínio, Gorz fundamentou, e ainda fundamenta, sua crítica, em uma perspectiva ideal que teria como figura central o artesão, o mestre de ofício, ou seja, o trabalhador que, segundo ele, teria uma dimensão global de seu trabalho. Diz ele,

“Sabe-se que ocorreu exatamente o contrário: a automatização e a posterior informatização suprimem os ofícios e as possibilidades de iniciativa e substituem por um novo tipo de operários não-qualificados o que ainda resta dos operários e funcionários qualificados. A ascensão dos operários profissionais, seu poder na fábrica, seu projeto anarco-sindicalista terão apenas abertos parênteses que o taylorismo, depois a ‘organização científica do trabalho’ (O.C.T.) e, finalmente, a informática e a robótica acabaram por fechar” (Gorz, 1987: 39-40).

---

<sup>10</sup> Em nota, o autor chama a atenção para a sua vinculação a essa esteira (1968a e 1968b), como a de Mallet (1969) e Richta (1972).

Apesar de André Gorz ter alargado seu campo de análise, ele próprio ainda fundamenta sua análise nos mesmos pressupostos que foram desenvolvidos em *Estratégia Operária e Neocapitalismo* (1968a), motivado, naquele momento, pela crença no caráter revolucionário do operariado politécnico.

Assim, ao analisarmos os deslocamentos de problemática que a atual sociologia do trabalho vem desenvolvendo, percebemos que:

“Mais do que puramente questionar a centralidade, ou não, do trabalho como principal elemento explicativo das formas contemporâneas de organização de vida estatal, o que está sendo testado, de fato, é a validade analítico-estratégica da análise das lutas de classes e sua eficácia em elaborar um projeto alternativo e emancipador para a totalidade social” (Braga, 1997: 92).

Nesse sentido, é necessário detalhar o que fundamenta as teses sobre a centralidade do trabalho na atualidade, ou seja, discutir os pressupostos analíticos do debate contemporâneo.

### **I.3. - Os Novos Paradigmas da Atual Sociologia do Trabalho**

A partir dessa nova conjuntura, grande parte dos sociólogos que discutiam o trabalho, como, por exemplo, Gorz (1987, 1988 e 1993), acabou por redimensionar os pressupostos de análise que davam fundamento ao debate sobre a centralidade do trabalho, caracterizando, assim, a formação de um campo teórico aparentemente novo.

Depois dessa suposta mudança de eixo analítico, desenvolveu-se um conjunto de teorias que se tornaram dominantes nas décadas de 80 e 90. Teorias que relativizavam a centralidade do trabalho ao enfatizar o declínio político do operariado, com base na queda das taxas de sindicalização e do ativismo sindical, tanto em países economicamente centrais como também em países periféricos<sup>11</sup>.

Vários autores, entre eles Offe (1989), articularam a redução das taxas de sindicalização ao conseqüente enfraquecimento da ação política da classe trabalhadora, ou ainda, para ser mais exato, indicaram que a partir das metamorfoses no “mundo do trabalho” a classe trabalhadora havia se tornado fragmentada e heterogênea<sup>12</sup>.

A reestruturação produtiva foi, naquele momento, caracterizada pelos autores como a grande vilã do processo de enfraquecimento político do operariado industrial (Gorz, 1987; 1988; 1991; Kurz, 1992, entre outros) e também como a mola propulsora de uma guinada epistemológica que conduziu a maior parte dos intelectuais marxistas (ou não marxistas) a reverem suas concepções científicas, políticas e ideológicas sobre a importância do trabalho como atividade material, meio de subsistência, mas também como tema central das ciências do homem (cf.: Offe, 1989).

Salientamos, contrariamente, que a queda de combatividade do movimento operário não pode ser explicada somente pelas “mutações” tecnológicas aplicadas aos processos produtivo e de trabalho. Na prática, o que ocasionou esse enfraquecimento político da classe trabalhadora deveria ser relacionado às formas de apropriação burguesa da subjetividade operária, ao alargamento das formas de exploração da força de trabalho, à

---

<sup>11</sup> Para uma discussão crítica sobre a queda das taxas de sindicalização, ver Mattoso (1995).

<sup>12</sup> Sobre esse tema ver também André Gorz (1987), Alain Touraine (1989), Robert Kurz (1993).

radicalização da gerência capitalista e à própria adesão da intelectualidade de esquerda ao pensamento liberal — e não por restringir-se a uma diminuição quantitativa do número de postos de trabalho operários.

Entrementes, esta reorganização da produção afetaria, ao mesmo tempo, dois níveis, a saber: a fragmentação e diversificação da classe trabalhadora, e sua conseqüente desmobilização. A reestruturação dos processos produtivos e de trabalho aparecia, dessa forma, como a causa básica do enfraquecimento político das classes trabalhadoras (cf.: Mattoso, 1995: 76).

Naturalizada, a reestruturação produtiva (caracterizada como inevitável) continha (contém) uma dimensão política clara e pouco explorada por estes autores: a da necessidade de adequação teórica a um novo momento da luta de classes. Ou seja, a sociologia do trabalho precisou redimensionar seus parâmetros explicativos, seus pressupostos de análise, para que então pudesse forjar, a partir dessa nova conjuntura, mas ainda em consonância com uma estratégia analítica reformista, um novo objeto científico.

A partir dessa perspectiva algumas análises foram desenvolvidas. Em seu conjunto, observaram, no plano partidário, um recuo organizativo e eleitoral dos partidos comunistas e socialistas na Europa Ocidental e na América Latina, com um correspondente avanço dos partidos conservadores orientados pelo neoliberalismo (cf.: Hobsbawm, 1994; Petras, 1995).

Ao discutir a questão do número de trabalhadores empregados, Claus Offe (1989) notou um deslocamento do número de postos de trabalho do setor secundário (industrial) para o setor terciário (de serviços). Segundo ele, isso implicaria em uma nova forma de organização de resistência dos trabalhadores.

Esta resistência, tradicionalmente oriunda do operariado industrial, deslocar-se-ia e se desenvolveria em uma instância "*fora dos laços do trabalho*", constituindo-se para além da fábrica, posto que o trabalho e o trabalhador haviam perdido a sua capacidade organizativa, o que os alijaria, como meio de análise sociológica, da sociedade capitalista, como também de sua eventual superação (cf.: Habermas, 1980; Offe, 1989).

Assim, como grande cenário de refundação e reconstituição da luta política, foi eleita a sociedade civil. Através dos movimentos sociais, fundamentalmente diferentes daqueles do operariado tradicional, a vida política tenderia à sua consagração (Gorz, 1987; 1991).

A categoria trabalho perderia, então, sua centralidade, dando lugar às preocupações que girariam em torno de questões relativas à ação social como status familiar, questões de gênero, condições de saúde, idade, situações étnicas, movimentos sociais e processos identitários (cf.: Offe, 1989).

Offe, por exemplo, balizou sua análise em dois momentos: o primeiro, marcado pelas transformações na produção (reestruturação produtiva) que geraria, num segundo momento, o deslocamento de problemática dentro da sociologia. Ou seja, um deslocamento quantitativo de trabalhadores ocasionaria um deslocamento de uma das problemáticas centrais, para não dizer a central, nas ciências sociais: o trabalho.

A sociedade civil, dentro desta perspectiva, tornar-se-ia o eixo central para as análises sociológicas, no momento em que as transformações produtivas (automação e informatização da produção) conduziram as organizações políticas do operariado a um relativo, senão total, ostracismo.

A problemática do desenvolvimento inexorável das forças produtivas aparece mais claramente em Robert Kurz (1992). Este autor tem como pressuposto analítico do enfraquecimento do operariado o avanço da ciência e da tecnologia incorporado à produção capitalista. Isso proporcionaria, segundo ele, a diminuição da importância do trabalhador no processo produtivo, pela diminuição da necessidade da força de trabalho. Kurz, dentro dessa perspectiva, parte da insuficiência do ritmo de crescimento do emprego, caracterizado pela reestruturação produtiva em curso, derivando desta tanto o enfraquecimento político da classe operária, como a perda da centralidade do trabalho.

Assim, a sociedade viveria um colapso que estaria enraizado em uma transformação do trabalho em níveis estruturais. Essa transformação geraria, entre outras coisas, o enfraquecimento da classe trabalhadora e, por consequência, uma crise da modernidade, uma nova crise nunca antes vista, que caracterizaria o fim do capitalismo (cf.: Kurz, 1992).

Nesse sentido, Kurz entende que o declínio do movimento operário deveu-se ao crescimento tecnológico que solapou a força de trabalho, colocando em xeque as organizações políticas da classe trabalhadora. Tratar-se-ia de uma crise da racionalização cuja contrapartida seria o “*colapso da modernização*” da economia capitalista.

Uma das críticas possíveis a esta perspectiva, ainda que preliminar, seria a de que estas análises estão marcadas por uma articulação mecânica entre a redução do número de operários presentes na indústria e a forma e a capacidade de organização de sua resistência. No entanto, podemos lembrar ainda que tais perspectivas, em geral, fundamentam uma definição da classe trabalhadora muito restrita à produção industrial, deixando de lado “*todos aqueles*

*que têm por obrigação de sobrevivência a venda da sua força de trabalho*” (Mandel, 1986: 02).

Assim, a atual defensiva da classe trabalhadora seria caracterizada a partir do número de trabalhadores ligados a um dado setor dentro da estrutura ocupacional (industrial ou de serviços). Dessa forma, estes autores partem de pressupostos quantitativos do processo de organização da classe trabalhadora, limitando, assim, a possibilidade de tratar qualitativamente as modalidades emergentes de mobilização e organização classista, ou seja, deixando de enfatizar a possibilidade de atualização dos conflitos e dos antagonismos sociais dentro de uma perspectiva de classe.

#### **I.4. - A Habituação do Trabalhador na Atualidade: as formas de difusão da gerência capitalista**

A despeito da onda de proposições que reduzem ao plano técnico e a uma compreensão idealizada das relações de trabalho, alguns autores<sup>13</sup> ao longo deste século contribuíram decisivamente para o que entendemos ser uma perspectiva voltada à totalidade dos acontecimentos sociais e aos seus reais significados.

Na década de 1970, Harry Braverman desenvolveu suas preocupações acerca das formas da subjetividade operária. Contrapondo-se a uma tendência majoritária que analisava os processos de trabalho e, por extensão, as conseqüências do avanço tecnológico a partir dos elementos técnicos desse processo, Braverman vem salientar os elementos administrativos e de gestão do trabalho que em sua síntese podem ser nomeados como um processo de exploração física e da subjetividade operária.

A história do século XX pode ser relacionada a uma história do desenvolvimento e radicalização da gerência. As formas de transformações técnicas e tecnológicas para ele estariam essencialmente ligadas aos pressupostos de ordem subjetiva que em primeira linha deveriam caracterizar perspectivamente um novo trabalhador adaptado, seja ele o velho artesão taylorizado ou o operário da linha de produção que se tornou operário polivalente. Nas palavras do autor:

“Torna-se portanto fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias. Esta transição apresenta-se na história como a *alienação progressiva dos processo de produção do trabalhador; para o capitalista, apresenta-se como o problema de gerência*” (Braverman, 1980: 59 – grifos do autor).

A gerência, como forma de controle e também apropriação de sobretabalho, torna-se uma das formas mais interessantes ao capital no processo de desqualificação da força de trabalho e de sua conseqüente valorização. Ela, nesse sentido, pode ser analisada como o início de um longo processo, no começo do século, de habituação da força física e psicológica do operário e hoje de sua intelectualidade (de sua criatividade) que compulsoriamente são condicionadas a valorizar o capital.

Dessa proposição, podemos analisar o desenvolvimento, ou melhor, a radicalização da exploração do trabalho pelo capital, dentro de um conjunto de critérios de habituação do trabalhador, mesmo que aparentemente essa habituação seja estimulada por uma certa carga de elementos intelectuais.

---

<sup>13</sup> Lukács (1974), Gramsci (1981 e 1991), Braverman (1980), Thompson (1987), entre outros.

A gerência apresentar-se-ia como uma forma geral do controle que se transforma ao longo do século XX, contudo, conservando seus principais fundamentos, ou seja, assegurar a produtividade e o lucro do capitalista, perpetuando uma relação de exploração social.

Historicamente podemos indicar duas grandes expressões desse controle: primeiro, a habituação física e psicológica do trabalhador a partir da desqualificação do seu trabalho e, segundo, habituação intelectual do trabalhador caracterizada por uma necessidade mercadológica em que a força de trabalho deve estar cada vez mais capacitada a ativar a produção com novas informações (Lazzarato, 1992 & 1993).

O elo conector entre estas duas formas da exploração capitalista deve então estar relacionado à totalidade de seus objetivos, às suas finalidades estruturais. Quando exemplificamos um ciclo restrito da produção de mercadorias como o taylorista e/ou fordista ou quando analisamos um ciclo produtivo ampliado, devemos ter como pressuposição central a figura do trabalhador coletivo. Seus deslocamentos condicionam possibilidades reais da crítica objetiva e particularizada das relações de trabalho, como também, da (des)construção das teses que reduzem todo esse processo a uma leitura fundamentada na incorporação da técnica e da ciência ao processo produtivo.

“Como o capitalismo cria uma sociedade na qual ninguém por hipótese consulta qualquer coisa senão o interesse próprio, e como prevalece o contrato de trabalho entre as partes nada mais prevendo senão evitar que uns prevaleçam sobre os de outros, a gerência torna-se um instrumento mais perfeito e sutil. Tradição, sentimento e orgulho no trabalho desempenham papel cada vez menor e mais esporádico, e são considerados por ambas as partes como ramificações de uma natureza melhor que seria tolo favorecer (...)o controle é, de

fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais, como foi reconhecido implícita ou explicitamente por todos os teóricos da gerência” (Braverman, 1980: 68).

A análise da gerência com sua radicalização no século XX dada, sobretudo, pela acumulação de capital e pelo desenvolvimento muito rápido do aparato pessoal e conceptual, torna claro que a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual é, por um lado, a medida mais simples, mas, por outro, a mais imediata de divisão do trabalho.

Essa separação com a gerência é aprofundada largamente. Segundo Braverman: *“A escala de produção, os recursos tornados disponíveis à empresa moderna pela rápida acumulação de capital, e o aparelho conceptual e pessoal preparado tornaram possível institucionalizar esta separação de um modo sistemático e formal”* (Braverman, 1980: 114).

Na atualidade, a gerência aglutina-se à crescente necessidade de estruturação de um trabalhador “intelectualmente” preparado, ou seja, sua carga de abstrações subjetivas são mais requeridas pelo capital. Assim, configura-se tendencialmente uma força de trabalho onde estaria privilegiada a exploração de seu “intelecto”, de sua capacidade criativa e “inteligente” de solucionar problemas. Como lembra Braverman:

*“As funções dos departamentos de planejamento não mudaram, mas numa era mais requintada, e na qual se debate ardorosamente sobre a organização do trabalho, os administradores são prevenidos e não se julga necessário falar tão cruamente”* (Braverman, 1980: 115).

Quando Braverman analisa as empresas bancárias e as indústrias que introduziram em seu processo de racionalização do trabalho à perspectiva da “humanização” das relações de trabalho na década de 1970, vemos que o conceito de produção é atualizado na tentativa de

revelar que as novas formas de exploração do trabalho ainda reproduzem os mesmos interesses da exploração do trabalho no chão de fábrica.

“Certas firmas consultivas tomaram esta espécie de ‘humanização’ como sua especialidade e estão impondo os esquemas aos gerentes. Seja qual for a sua fraseologia, essas organizações consultivas têm apenas uma função: reduzir custos, aumentar a ‘eficiência’, elevar a produtividade. É inútil qualquer outra linguagem na conversa com o gerente, a menos que seja do departamento de Relações Públicas. Esses consultores possuem, no momento, um valioso acervo de conhecimento do negócio, do princípio da divisão do trabalho, tal como foi aplicado em muitos escritórios grandes, bancos, companhias de seguros, no comércio menor e nos serviços intermediários da indústrias. (...) A presente discussão do trabalho, uma vez que centra a atenção sobre esse aspecto há muito negligenciado da sociedade capitalista, pode não ajudar, mas é útil, sejam quais forem os escassos resultados. Mas como a maioria dessas discussões, nas quais a característica básica de nossa sociedade é ‘revelada’, faz-se uma ‘análise’ superficial, acha-se uma ‘solução’ fácil e logo a seguir esquecida, esta também ainda não chegou a tocar as raízes do assunto. Estamos tratando de um dos fundamentos da sociedade capitalista, e isto significa que mesmo enquanto ligeiras melhorias são aceitas pelas empresas, *a estrutura e o modo de funcionamento do capitalismo reproduzem os atuais processos de trabalho milhares de vezes mais rapidamente, mais volumosamente e mais amplamente*” (Braverman: 1890: 42-43 – grifos do autor).

Em última análise, já que se trata de um tema muito complexo para os objetivos deste estudo, entendemos que na atualidade o enxugamento da força de trabalho no setor industrial e o alargamento de outras áreas ligadas sobretudo ao setor de serviços não cria uma ruptura prática ou conceitual com as relações de exploração da força de trabalho tipicamente capitalistas. Na prática, este redirecionamento da exploração somente demonstra a capacidade historicamente inigualável de recomposição da classe dominante em momentos de crise econômica e política.

Em linha direta com esta argumentação, observa-se que o setor administrativo foi um dos mais atingidos na última reestruturação produtiva. Em geral, as atividades são “simplificadas” e aqueles trabalhadores do chão da fábrica assumem antigas funções da gerência. A hierarquização diminui na proporção direta do acúmulo de funções aos trabalhadores ainda presentes na indústria.

Contudo, a tendência de expansão dos preceitos científicos da gerência para fora dos laços da indústria e as formas de radicalização e aplicação desses preceitos são cada vez mais determinantes para o processo de valorização do capital. Os investimentos no setor de serviços, por exemplo, configuram um novo momento da luta de classes que vem, por fim, confirmar a idéia de que as dimensões de exploração da força de trabalho são muito versáteis e merecem atenção e crítica privilegiada.

#### **I.4. - Continuidade ou Ruptura dos Paradigmas Produtivos**

Passamos agora a análise do debate sobre a não centralidade do trabalho na atualidade, relacionando-a, via *Adeus ao Proletariado*, de André Gorz, à sociologia do

trabalho na conjuntura que foram escritas as obras *Estratégia Operária e Neocapitalismo* (Gorz, 1968a) e *La Nouvelle Classe Ouvrière* (Mallet, 1969).

Inicialmente, temos um problema central para ser discutido e que André Gorz expõe de maneira clara no limiar de *Adeus ao Proletariado*: a crise do proletariado e a crise do marxismo associam-se. As mutações da classe operária fundamentariam a própria crise do marxismo (cf.: Gorz, 1987: 85). Nesse sentido, a sociedade capitalista sobreviveria, apesar de todas as suas oscilações, sendo que o desenvolvimento das forças produtivas mostrar-se-ia cada vez mais incompatível com uma transformação socialista.

Gorz desenvolve seu raciocínio da seguinte forma: a contradição entre um proletariado estraçalhado pelo trabalho excessivamente racionalizado e sua disposição emancipadora acabaria por condicioná-lo a uma impotência intransponível. O capitalismo produziu uma classe operária que, em sua maior parte, não tem capacidade para ser proprietária ou gestora dos meios de produção. Dessa forma, uma possível confrontação classista, acerca do ideal de vida burguês, repousaria em camadas que viessem a constituir uma “*racionalidade diferente*”, uma camada que encamparia como finalidade básica a dissolução de todas as classes sociais.

O aparente deslocamento de problemática que Gorz opera em seu discurso pode ser fundamentado em três argumentos<sup>14</sup>. Primeiro, o de que a alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho, bem como em relação ao conjunto da sociedade, seria insuperável. Assim,

“A única chance de abolir as relações de dominação é reconhecer que o poder funcional (poder alienado) é

---

<sup>14</sup> Sobre essa classificação, ver Tosel (1995).

inevitável e conceder-lhe um lugar circunscrito, determinado de antemão, de maneira a dissociar o poder e dominação e a proteger as autonomias respectivas da sociedade civil, da sociedade política e do Estado” (Gorz, 1987: 81).

O segundo argumento, o de que o indivíduo, às custas dessa insuperável alienação, jamais se reconhecera como parte do coletivo, já que a própria representação política do indivíduo seria garantida pelo Estado (haja vista as tentativas coletivistas do Leste Europeu). Além disso, esta instituição seria – torna-se com o capitalismo – uma instituição impessoal. Nesse sentido, a conquista do poder pelo proletariado teria um caráter apenas substitutivo, já que o poder a ser conquistado apenas seria transferido de mãos, subsistindo sua impessoalidade e o seu caráter burocrático.

O terceiro argumento<sup>15</sup>, o de que “*o proletariado é constitutivamente incapaz de se tornar sujeito do poder*” (Gorz, 1987: 80), dada a não centralidade do trabalho caracterizada pela reestruturação produtiva, aliada à falta de percepção do proletário em se reconhecer como agente soberano da livre criação de riquezas. Esta incapacidade foi imposta, segundo Gorz, pela classe burguesa através da incorporação dos processos de trabalho (taylorismo e fordismo), que tiveram, desde então, de eliminar do trabalho sua dimensão criativa, como também a possibilidade de identificação do operário com seu trabalho e com seus pares (cf.: Gorz, 1987: 58).

Gorz conserva, assim, como parâmetro teórico a figura do trabalhador de ofício que, para ele, tinha orgulho de seu trabalho<sup>16</sup>. Traçando um diferencial entre a classe trabalhadora proveniente dos ofícios e a “pós-taylorista”, Gorz indica que a primeira queria

---

<sup>15</sup> Ver, em contraposição a essa perspectiva, Balibar (1976) pp. 110-115.

tomar o poder do Estado e tinha tal condição, pois tratava-se de uma massa homogênea de trabalhadores com tradições e organizações inclinadas a estabelecer uma cultura diametralmente oposta à burguesa; já a segunda seria uma camada “*miserável, oprimida, ignorante, desenraizada*”, ou seja, incapacitada de tomar o poder (1987: 59).

Ademais, esse retorno à figura do trabalhador de ofício não é gratuito. Gorz quer, com isso, indicar que o último sujeito possível da revolução socialista, pautado na teoria do valor, deveria ser aquele que reconquistasse minimamente seu saber-fazer (sob a insígnia da politecnia). No entanto, esta figura teria sido superada por uma lógica produtiva que conseguiu conviver com sua própria anomalia<sup>17</sup>. Assim,

“Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo e, portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e de realizá-lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialistas vem fundamentalmente disso” (Gorz, 1987: 85).

Dessa forma, a única possibilidade de superação política da sociedade capitalista seria alcançada pela formação de um novo sujeito histórico, um sujeito que estivesse livre da produção alienada, um sujeito situado para além das fábricas, já que não se colocaria mais ao trabalhador

“(...) a questão de se identificar com ‘seu’ trabalho ou com sua função no processo de produção. Tudo parece acontecer

---

<sup>16</sup> Discutiremos detalhadamente a questão dos trabalhadores de ofício como parâmetro analítico de Gorz no item seguinte “*O referencial histórico da sociologia do trabalho*”.

fora dele. O próprio 'trabalho' é uma certa quantidade de atividade reificada que vem de encontro ao trabalhador e o submete" (Gorz, 1987: 86).

A impessoalidade que tomou conta das instituições capitalistas parece ser também, para Gorz, a chave do fracasso do capitalismo de Estado soviético<sup>18</sup> e da impossibilidade da classe trabalhadora em superar o poder político do Estado burguês.

Em semelhança às sociedades capitalistas, nas sociedades soviéticas do pós-Revolução Russa podemos observar-se duas dimensões que salvaguardam os argumentos de Gorz. Para o autor, o Estado soviético herdou do capitalismo a sua burocracia racionalista e, junto com ela, um distanciamento entre os indivíduos e seu trabalho e entre os indivíduos e o Estado. Essa primeira relação de distanciamento, como o autor enfatiza, caracterizaria uma contradição intransponível, própria das sociedades capitalistas que submeteram os trabalhadores a uma lógica que privaria o indivíduo de se realizar em seu trabalho.

A racionalização do trabalho e o grau de alienação do trabalhador o impossibilitariam de transpor as relações sociais de dominação capitalistas. Dever-se-ia, na prática, condicionar a esfera da vida alienada (esfera da heteronomia) à esfera da autonomia, salvaguardando apenas a primeira com a finalidade de, através de suas forças produtivas altamente desenvolvidas, estimular as liberdades individuais agregadas. (Gorz, 1987: 115-125).

---

<sup>17</sup> Nos estudos de Durkheim sobre a divisão do trabalho, mais especificamente em suas formas anômicas, estruturava-se uma pressuposição bastante semelhante às soluções necessárias (em Durkheim regulamentações sociais) à ordenação da sociedade capitalista. Ver Durkheim (1973).

<sup>18</sup> Para uma diferenciação crítica entre socialismo e capitalismo de Estado ver, entre outros, Bettelheim (1976).

Na segunda relação — entre indivíduo e Estado — Gorz destaca a impessoalidade que foi herdada do capitalismo e que seria representada no socialismo pelo ideal de planificação social. Segundo o autor,

“Enquanto os partidos do socialismo fizerem da planificação central (mesmo que seja decidida em planos regionais e locais) a peça principal de seu programa e fizerem da adesão de todos aos objetivos ‘democraticamente elaborados’ do Plano o centro de sua doutrina política, o socialismo continuará a ser uma referência negativa para as sociedades industrializadas” (Gorz, 1987: 99).

No entanto, Gorz afirma que a formação da consciência do novo sujeito não viria de sua condição material, ou seja, de uma insubordinação social frente às instituições privadas, públicas ou semipúblicas que condicionariam a ineficácia do modelo soviético socialista, tampouco de qualquer possibilidade consciente da classe trabalhadora tradicional<sup>19</sup> ao antagonizar-se politicamente frente à estrutura social do capitalismo.

Aparentemente, o autor veicula a idéia de que a determinação da técnica não seria mais o fundamento central de sua análise, já que a incapacidade estrutural da classe trabalhadora encontrar-se-ia em uma situação irremediável. No entanto, Gorz condiciona a (in) capacidade do trabalhador invertendo a determinação do primado das forças produtivas. O elemento, antes entendido como positivo, passa a ser visto como negativo, mas mesmo assim ainda determina as possibilidades materiais de desestruturação do capitalismo.

---

<sup>19</sup> O que se designa como trabalho tradicional estaria relacionado ao operário industrial. Longe de entendermos esta categoria profissional como núcleo inequívoco de possibilidades materiais de superação do capitalismo, vemos que seu caráter tradicional designa apenas uma fundamentação histórica do século XX.

Notamos, assim, que o primado das forças produtivas sobre as relações de produção é ainda fundamental na análise de Gorz, pois antes mesmo de determinar a capacidade do operariado, determina sua inutilidade.

Passamos, dessa maneira, de um estágio no qual as relações de produção eram determinadas pelo avanço das forças produtivas capitalistas a um outro em que esse mesmo avanço facultaria, além de uma impossibilidade em assinalar o trabalho como um meio de luta econômica e política da classe trabalhadora, uma necessária redefinição das bases analíticas da sociedade.

Entretanto, essa negação do trabalho ainda é notabilizada por Gorz como positiva para o conjunto da sociedade, visto que a incorporação da técnica e da ciência à produção determinaria a subjetividade dos indivíduos no momento em que deslocariam sua via de realização – individual ou coletiva –, de emancipação social frente ao capital, explicitando, nesse sentido, a incapacidade histórica e a superfluidade na qual estes trabalhadores estariam condenados.

Dessa forma, a burocracia, desenvolvida pelas instituições capitalistas, incapacitaria a formação de um sujeito combativo. O trabalho, dentro dessa lógica, condicionaria o trabalhador a uma atitude funcional e impessoal. Agregando na mesma unidade de análise o trabalho e trabalhador, Gorz considera a impossibilidade deste último desenvolver uma consciência política a partir de sua própria ocupação.

No entanto, Gorz reelabora sua teoria deslocando o seu eixo de análise da esfera produtiva para a da circulação, aonde, segundo ele, estariam presentes os reais sujeitos históricos. Abstraído de um movimento de transformação produtiva, aliado a uma radicalização da racionalidade capitalista, um tipo de vanguarda seria sintetizado por aqueles

que estabeleceriam uma *"negação positiva"* do modo de produção capitalista (Gorz, 1987: 30).

Para ele, esse novo sujeito viria exatamente do oposto simétrico da classe trabalhadora, de um grupo desprendido das formas de dominação produtivas que reproduziriam a todo momento sua hegemonia de classe. O gérmen de uma nova cultura residiria na antagonização absoluta da classe trabalhadora, a saber, a *"não-classe"* dos *"não-trabalhadores"* (Gorz, 1987: 17-19).

Essa *"não-classe"* seria formada, nas palavras do autor, a partir de uma imposição de classe que em uma dada conjuntura teve que diluir o operariado tradicional, na tentativa de reproduzir as relações sociais burguesas. Ou seja, caracterizou-se uma necessidade histórica natural de transformação das chamadas formas de resistência. Valeria, então, nos anteciparmos a esse movimento inevitável de incapacidade e de dissolução da classe trabalhadora, engrossando a idéia de que o trabalho e, por conseqüência, os seus produtores diretos não desempenhariam mais um papel central na constituição de um elo de sociabilidade revolucionária (para o caso da classe) e de meio comum para a sua efetivação.

Nesse sentido, apenas uma classe de indivíduos que esteja fora desse tipo de atividade alienada e impessoal seria capaz de criar uma *"nova identidade"*, *"um pertencimento de classe"* que alavancasse a transformação da estrutura social e esgotasse a cultura capitalista, condicionando-a a um apêndice desta última (Gorz, 1987: 85-93).

Nesse contexto de análise, surge a figura de um *"não-sujeito"* como radicalização negativa do trabalho na sociedade capitalista: *"a não-classe dos não-trabalhadores"*, que se torna, no entender de Gorz, a forma eminente e tendencial de uma possível liberação do

trabalhador, uma liberação que tende a se generalizar na medida em que seria racionalmente direcionada (cf.: Gorz, 1987). Vejamos como Gorz desenvolve seus argumentos:

“Essa não-classe engloba, na realidade, o conjunto dos indivíduos que se encontram expulsos da produção pelo processo de abolição do trabalho, ou subempregados em suas capacidades pela industrialização (ou seja, pela automatização e pela informatização) do trabalho intelectual. Engloba o conjunto desses extra-numéricos da produção social que são os desempregados reais e virtuais, permanentes e temporários, totais e parciais. É o produto da decomposição da antiga sociedade fundada no trabalho: na dignidade, na valorização, na utilidade social, no desejo do trabalho” (Gorz, 1987: 88).

André Gorz, desta forma, acaba por eleger seu novo sujeito histórico, o “*proletariado pós-industrial*”, mesmo que em seu jogo de palavras este seja um “*não-sujeito*”. Esta escolha ocorreu no momento em que pressentiu um declínio da força política do operariado tradicional e um conseqüente deslocamento desse campo de força política para “*a não-classe dos não-trabalhadores*”, força essa pautada na subjetividade do seu “*não-ser*” (Gorz, 1987: 92).

Diferente daquele operário polivalente<sup>20</sup> que fundamentava seu poder político-reivindicativo em um conhecimento técnico da produção, o “*proletariado pós-industrial*” legitimaria sua força em sua própria marginalidade.

Nesse sentido, Gorz parece indicar a formação de uma nova contracultura, balizada, sobretudo, por aqueles despossuídos de qualquer vínculo com a “*produção de*

---

<sup>20</sup> Aprofundaremos a discussão sobre o operário polivalente nos capítulos subsequentes.

*necessidades*”, ou seja, a formação de uma cultura de “*não-trabalhadores anti-capitalistas*”. A antagonização radicalizar-se-ia na medida em que “*a classe de não-trabalhadores*” invadissem “*espaços de autonomia*”, estabelecendo uma relação de força objetiva e contrária à lógica vigente.

“Diferentemente da classe operária tradicional, essa não-classe é subjetividade liberada. Enquanto o proletariado industrial tirava da transformação da matéria um poder objetivo que levava a se considerar como uma força material, base de todo o devir social, o novo proletariado é não-força, desprovido de importância social objetiva, excluído da sociedade” (Gorz, 1987: 92).

Inesperadamente, Gorz recorre aos *Grundrisse* para justificar sua tese sobre o tempo liberado. Segundo ele, na referida obra, Marx resgataria a análise de um tempo que seria liberado pelo desenvolvimento das forças produtivas, para nós, tempo este condicionado também à revolucionarização das relações de produção.

Significativamente, a liberação do trabalho que Gorz presenciava à época da redação de *Adeus ao Proletariado* era bastante diferente daquela que Marx tomou como referência para suas análises. Como nos lembra André Tosel (1995), a sociedade atual ainda está baseada no tempo de trabalho vivo, ou seja, ainda tem como medida de valor o tempo de trabalho na produção imediata. Este tempo de trabalho necessário, agora diminuído, não tem como finalidade própria permitir à maioria dos homens, liberados da produção, dispor livremente do tempo crescente de não-trabalho. Logo, conclui Tosel, a economia capitalista funciona com base no desperdício de recursos humanos e na marginalização/excedentarização de uma parte crescente da força de trabalho. Esta é

“(...) a centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho na massa dos excluídos do trabalho vivo, de todos aqueles que não podem mais (se fazer) aparecer como individualizados e socializados pelo trabalho, e que buscam desesperadamente formas de individuação e de socialização nas únicas esferas do não-trabalho (atividades de formação, de benevolato e de serviços)” (Tosel, 1995: 02).

Para além disso, o autor nos mostra que esta constatação é apenas aparente e não justifica a tese da não centralidade do trabalho. Segundo ele, as teses sobre a centralidade do trabalho estão a impregnar diversas teorias que opõem o paradigma do trabalho a questões, como, por exemplo, a do agir comunicacional, mediatizadas, sobretudo, pela dita esfera pública (Habermas, 1995). Assim, complementa Tosel:

“(...) digamos que a centralidade do trabalho é a unidade contraditória do trabalho e do não-trabalho. Tal contradição não parece encontrar hoje seu desenvolvimento integral, já que: entre a centralidade do trabalho e a centralidade do não-trabalho se interpõe a centralidade do não-trabalho, no interior do próprio trabalho” (Tosel, 1995: 03).

Tosel conclui que a centralidade atual do não-trabalho é negativa, pois não permite a organização relacional entre atividades inseridas no tempo de trabalho e atividades inseridas no tempo livre (estéticas, práticas e cognitivas). Ou seja, este tempo livre indicado por Gorz como uma tendência a ser explorada não permitiria o desenvolvimento integral das capacidades humanas, pois ele é negativamente liberado pela forma do desemprego, vinculando, assim, a impossibilidade material de seu usufruto (Tosel, 1995:04).

Tosel reconhece nesse novo quadro produtivo, caracterizado pela reestruturação produtiva, a destituição da importância do trabalho imediato e a emergência de uma nova forma de organização política da classe trabalhadora. Nas palavras do autor:

“Esta mutação tem qualquer coisa de autônoma e (ela) destitui de fato, de sua função de ‘grande pilar da redução e da riqueza’, tanto ‘o trabalho imediato efetuado pelo próprio homem’ quanto ‘seu tempo de trabalho’. Ela coloca, em seu lugar, um novo pilar: ‘a apropriação pelo homem de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e sua dominação da natureza, sua existência enquanto corpo social” (Tosel, 1995: 04).

Já para Gorz, o trabalho é analisado em seu sentido negativo: ele vê no “*não-trabalho*” a possibilidade da construção de uma sociedade emancipada do reino das necessidades, ou melhor, vê a possibilidade de superação da sociedade capitalista, baseada na “*(re)produção de utilidades*”, para uma sociedade baseada na construção da liberdade em relação ao chamado reino das necessidades.

Para chegar a tal conclusão, Gorz generalizou, a partir de certos focos de desemprego, uma possibilidade real para todas as sociedades capitalistas, tentando, com isso, caracterizar uma suposta não centralidade do trabalho vivo nessas sociedades.

Dentro desta visão, “*ilhas*” (cf.: Tosel, 1995) de desemprego estrutural estariam, elas mesmas, inseridas em uma sociedade ainda baseada no reino das necessidades, na “*essenciabilidade*” do trabalho abstrato. Desta forma, Gorz nos diz:

“Uma época chega a seu término: a época em que o trabalho humano era fonte de toda a riqueza. Há vinte e cinco anos em gestação, começou a terceira revolução industrial. Ela

promete – ou ameaça, segundo o ponto de vista que se adote – estender-se a domínios que a industrialização ainda não havia tocado até agora. Rompe o laço entre crescimento da produção e crescimento do emprego. Põe em maus lençóis um dos dogmas da economia política Keynesiana, a saber: que a retomada do investimento reduzirá o desemprego” (Gorz, 1987: 161).

Tal teorização acaba por assimilar a crise do movimento operário e a crise das teses marxianas quanto a superação do capitalismo ao mesmo momento que desqualifica teoricamente o trabalho vivo dentro do atual processo de acumulação de valor. Entendemos que esta análise foi formulada, essencialmente, a partir de um leque de transformações tecno-organizacionais do trabalho fabril em seu sentido genérico. Todavia, seu verdadeiro fundamento parece residir na luta ideológica que se trava no interior da *intelligentsia* da esquerda marxista.

Em outros termos, podemos sublinhar que a reestruturação produtiva foi, por exemplo - em um momento de crise do capital - um meio de desorganizar as formas de resistência da classe trabalhadora para, então, restaurar as formas de dominação dos grupos dirigentes impondo novos processos de trabalho, de gestão do capital, de redefinição dos parâmetros de qualificação do trabalhador, de reordenamento das políticas públicas, como também de redefinição das leis trabalhistas e das prioridades sociais ditadas pelo Estado<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Sobre este assunto ver Dias (1997).

### **I.5. - O Referencial Histórico da Sociologia do Trabalho**

Vimos até agora que as análises sobre as recentes “mutações” realizadas por Gorz estabeleceram novas formas de tratamento da categoria trabalho. Neste percurso, notamos que o primado das forças produtivas reaparece sob o invólucro da crise do trabalho, facultando o autor a determinar a sua não centralidade.

Contrariamente, indicamos que não há ruptura e sim uma continuidade na utilização dos pressupostos tradicionais da sociologia do trabalho dominante, cuja síntese pode ser identificada na ênfase à noção de progressividade do progresso técnico, caracterizando, portanto, o que apontamos como sendo uma análise de tipo reducionista.

Passemos agora a outra questão já presente nos escritos de Gorz dos anos 60, bem como nos de outros autores contemporâneos seus, no momento em que discutia as “mutações” na produção e no trabalho.

Um pressuposto que norteava a sociologia do trabalho, para além daquele do primado das forças produtivas, foi o do trabalhador de ofício, do artesão, visto por Gorz (1968a), e também por Georges Friedmann (1973), como um trabalhador pleno, ou seja, que dominaria suas potencialidades psicofísicas, já que maneja conscientemente a totalidade do ciclo produtivo (da concepção do produto aos processos de trabalho) do qual decorre em última instância a sua obra.

Do nosso ponto de vista, a questão tal qual acima colocada denota a particularidade da apropriação feita pelos autores, aqui em questão, de conceitos e fatos históricos subordinada a uma perspectiva filosófica questionável: a questão do trabalhador pleno tal como colocada em torno da reunificação do saber-fazer deveria ser, antes de mais

nada, subordinada a relação entre força de trabalho e meios de produção, sua separação como também sua oposição.

Em nosso entendimento, não bastaria a apropriação, por parte da classe trabalhadora, dos meios de produção: pelo contrário, a superação revolucionária do capitalismo exigiria a radicalização desta separação, dando lugar, assim, ao aprofundamento das formas de socialização das forças produtivas como base material do novo Estado.

Na análise das origens da sociologia do trabalho, vemos que esta perspectiva tomou outra dimensão. Naquele momento, ela passou a ser vista como uma atividade também materializada, mas enviesada por dispositivos deterministas, difundidos pelo pensamento sociológico em formação. Assim, o conceito de trabalho acabou sendo caracterizado como uma atividade útil e integrada, por vezes relacionada a uma condição transformadora da realidade e das formas de vida dentro da lógica capitalista, ou seja, como meio de sobrevivência, como valor de uso.

Como numa derivação, subjazia a figura de um tipo de trabalhador, ou seja, de um ideal de homem a ser construído. Na prática, muitas dessas teses veicularam uma certa concepção de sujeito revolucionário que, na dependência de uma normatividade teórica, identificaram-no como categoria profissional verdadeiramente revolucionária, ora na figura do mestre artesão, ora na *“nova classe operária”*, ora no operariado industrial tradicional, ora, finalmente, elegendo uma *“não-classe”*.

Como resultado, estas perspectivas sociológicas difundiram a idéia de um necessário retorno à figura do artesão, criando com isso uma análise restrita do trabalhador, ou seja, de um indivíduo esculpido em uma realidade formalista. Assim, acabaram por enfatizar a

superação do capitalismo ou de sua reforma dentro de um universo teórico que reduziu o indivíduo (sujeito) a um mero observador (objeto) de uma realidade alheia a ele.

Dentro dessa perspectiva, André Gorz indicou um novo caminho revolucionário vinculado a uma perspectiva ideal do trabalhador de ofício. A discussão sobre o processo de desalienação torna-se, assim, uma questão-chave. Entretanto, seu caráter intransponível acaba por sucumbir à apreensão de qual seria a importância do trabalho, fisingando apenas a sua questionável negatividade.

Retomando os argumentos centrais de Gorz, vemos que a revolução socialista seria impossível de ser alcançada, já que a divisão social do trabalho teria constituído uma racionalização da produção hoje insuperável. Assim, a classe imediatamente condicionada por esta produção estaria fadada a constituir-se como classe alienada.

“Trata-se, aí, de uma alienação inerente não apenas às relações de produção capitalistas, mas à socialização do próprio processo de produção: ao funcionamento de uma sociedade complexa. Essa alienação pode ser atenuada em seus efeitos, mas não pode ser suprimida” (Gorz, 1987: 19).

No sentido oposto, a “*não-classe dos não-trabalhadores*” teria, segundo a mesma perspectiva, o potencial revolucionário que fora perdido pelos trabalhadores industriais. A “*não-classe*” apontaria para a formação de uma nova cultura de resistência, constituída fora da esfera da produção alienada.

Esboçar-se-ia, assim, uma tendência: a automação (que, somada à padronização da produtividade e à divisão social do trabalho, ocasionaria uma diminuição no tempo de trabalho) liberou uma parte considerável da classe trabalhadora tradicional através do

desemprego. Essa liberação seria, para Gorz, o indicador da formação de um novo sujeito histórico. Ou seja,

“Considerar a ‘não-classe’ dos ‘não-trabalhadores’ como sujeito social potencial da abolição do trabalho não decorre de um opção ideológica ou ética: a opção não está entre abolir o trabalho ou fazer renascer ofícios completos em que cada um possa se realizar. A escolha é entre a abolição libertadora e socialmente controlada do trabalho ou sua abolição opressiva e anti-social” (Gorz, 1987: 17).

A revolução socialista, ou qualquer forma de combatividade política, tornar-se-ia, assim, alheia à figura do trabalhador industrial, ou ainda, a toda classe trabalhadora.

Para Gorz, a revolução socialista não viria mais da fábrica, mas sim da articulação dos movimentos sociais desprendidos da esfera das necessidades imediatas. Com isso, a mediação deste processo contraditório de diminuição do trabalho, dado pelo desenvolvimento das forças produtivas, tonar-se-ia indispensável à revolução.

Neste sentido, qual seria o referencial de Gorz para analisar esse novo sujeito revolucionário que estaria por se formar? Desde já, fica declarado que o autor não fundamenta esse novo sujeito como o fez Marx nos *Grundrisse* (1985: 105-121), ou seja, a partir da figura do ‘*general intellect*’. Gorz, em outros termos, estabelece sua análise a partir da figura do artesão preso à sua ferramenta e à sua obra.

Nos capítulos dois e três, veremos como hoje Gorz desenvolve suas teses sob os mesmos parâmetros das décadas de 1960/70, ou seja, a partir de uma mesma perspectiva ideal de trabalhador. No entanto, sua conclusão fica presa aos desdobramentos, leia-se, ao

desenvolvimento da técnica e da ciência incorporados à produção, caracterizando ora o operário polivalente, ora a “*não-classe*” dentro de uma tendência social irreversível.

Indicamos, assim, que o problema da análise de Gorz pode estar relacionado à sua interpretação de um ideal de trabalhador. Este ideal admitiria uma ou outra interpretação histórica da mudança na medida em que é examinado dentro de parâmetros dados, sobretudo, pelo desenvolvimento das forças produtivas e da excessiva racionalização do trabalho.

A impessoalidade inerente à produção capitalista não permitiria a emancipação social do trabalhador. Segundo Gorz, dever-se-ia fundamentar essa emancipação em outro lugar e por outro sujeito social, respectivamente, a esfera da autonomia e a “*não-classe dos não-trabalhadores*”. É necessário, assim, que o proletariado negue seu ser de classe alienado e despoje-se de sua formação alienada para dar lugar a um sujeito que viva para o coletivo.

“Basta que o proletariado, totalmente negado por um sistema social fundado sobre sua alienação perpétua, aceite-se em seu despojamento e negue-se totalmente como indivíduo para recuperar, como classe, a totalidade do que lhe é alienado: ele deve se perder como indivíduo para se encontrar, como classe, senhor do sistema que o aliena” (Gorz, 1987: 48).

Gorz fundamentou a emancipação do trabalhador como um retorno às atividades do artesão, no qual, segundo ele, o trabalho era identificado como uma atividade ainda prazerosa. Daí descrever a nova era como um inevitável abandono dessa perspectiva. Ou seja, não existe possibilidade alguma do trabalhador identificar-se com seu trabalho. Este trabalho seria uma atividade penosa em si, que impossibilitaria a construção de uma identidade de classe ou de um compromisso de classe. “*O trabalho deixa de ser, para ele [o trabalhador],*

*uma atividade ou mesmo uma ocupação principal para se tornar um tempo morto à margem da vida, onde se está 'ocupado' em ganhar algum dinheiro” (Gorz, 1987: 89).*

Contrariamente às teses de Gorz, cremos que sua concepção de trabalho e de trabalhador está marcada por um conservadorismo que o fez reproduzir (e ainda o faz) o ideal de trabalhador satisfeito com (e na) sua atividade. A questão está, portanto, na relação entre a consciência de classe e a identidade entre o trabalho, o trabalhador e a sua obra, o que deve ser rigorosamente criticada.

Esse trabalhador deveria ser exposto como um meio (uma ferramenta) de reprodução social e da salvaguarda dos interesses da classe dominante, como fruto do caráter espoliativo e antagônico inerente às relações de trabalho capitalistas. Essa noção de salvaguarda dos interesses da classe dominante, negligenciada por Gorz, justificaria, mesmo que preliminarmente, o caráter enviesado e reducionista de suas teses.

A necessidade de prescrever o fim da história e da luta de classes já foi, no século passado, criticada por Marx<sup>22</sup> quando este apontava o caráter unilateral (burguês) da visão da Economia Política de Adam Smith e David Ricardo.

Nas teses que compõem o debate sobre a centralidade do trabalho na atualidade, como também da crise da sociedade do trabalho, esta questão, mesmo que sob uma nova roupagem, vem sendo reeditada. Isto clarifica a idéia de que o discurso liberal sempre supôs – e necessitou – a tese do fim da história (cf.: Dias, 1997; Jameson, 1996 e Wakaloulis, 1994).

---

<sup>22</sup> “Os economistas raciocinam de singular maneira. Para eles não há mais que duas classes de instituições: umas artificiais, as outras naturais. As instituições do feudalismo são instituições artificiais e as da burguesia são instituições naturais. (...) Ao dizer que as atuais relações – as da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que se trata, precisamente, de um tipo de relações sob as quais cria-se a riqueza e desenvolvem-se as forças produtivas, de acordo com as da natureza. Por conseguinte, essas relações são em si leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas as quais devem, sempre, reger a sociedade. De modo que, até agora, houve história, agora porém, não há mais” (Marx, 1976: 115-116).

Esta necessidade teórica fundamentar-se-ia nas teses sobre o desenvolvimento autônomo das forças produtivas, ao justificar e obscurecer a natureza das formações sociais capitalistas e as condições de sua transformação-reprodução social, bem como as tarefas para a construção do socialismo. Para além disso, tais teses têm como função, hoje, difundir e legitimar ideologicamente o neoliberalismo como conjunto de metas econômicas isentas de determinações políticas, corporativas ou classistas. Na prática, veiculam a idéia de que a história teria uma via de mão única, motivada, sobretudo, por uma determinação negativa, mas determinante, das forças produtivas, caracterizada, em sua síntese, por um imperativo técnico. Para usar os termos de Gorz, vemos que *“a exigência ética é, assim, pura e simplesmente substituída pelo imperativo técnico”* (Gorz, 1987: 113).

Notemos que os fundamentos dessa perspectiva podem ser relacionados às suas formações originárias. Examinar a sua constituição, além de reconstruir os termos históricos do conhecimento, pode nos qualificar a atualização de conceitos centrais ao debate político e à luta de classes no terreno da teoria.

#### **I.6. - Elementos para uma Análise Marxista sobre as Mutações no Trabalho**

O debate sobre a centralidade do trabalho, nos termos em que é apresentado na atualidade, deve ser continuamente criticado. Sua pressuposição teórica empobrece qualquer possibilidade de análise das atuais relações de trabalho e de produção. Em linhas gerais, a perspectiva da classe trabalhadora é abandonada no momento em que se questiona a validade de sua intervenção política e social.

No entanto, uma possibilidade de resposta a tais argumentações, estabelecendo uma análise dentro do campo marxista das atuais formas de exploração da força de trabalho, mostra-se, mesmo que preliminar, indispensável no sentido em que se preocupa em desmistificar a relação social antagônica entre capital e trabalho num novo quadro histórico da luta de classes.

Em resposta as teses sobre a não centralidade do trabalho, desenvolveu-se um conjunto de argumentações sobre a atualidade dos análises de Marx. André Tosel, por exemplo, examinou o debate salientando que as formas de exploração do trabalhador estariam calcadas na superfluidade das classes trabalhadoras.

A centralidade atual do não-trabalho seria, então, negativa, pois não permitiria a organização de relações entre atividades inseridas no tempo de trabalho e atividades inseridas no tempo livre (estéticas, práticas e cognitivas). Ou seja, este tempo livre, indicado por Gorz como uma tendência a ser explorada, não permitiria qualificar qualquer possibilidade material de desenvolvimento de capacidades humanas, pois ele seria negativamente liberado pela forma do desemprego, veiculando, assim, a impossibilidade efetiva de seu usufruto.

Se, por um lado, Gorz afirmou a não centralidade do trabalho e, deste modo, a necessidade de superação da teoria marxiana, por outro, torna-se necessário reafirmar seus mais centrais fundamentos através de uma possível atualização dos conceitos de produção e de reprodução social.

Nesse sentido, concordamos com a tese de que o trabalho seria a forma necessária, contingente e inequívoca de organização das relações de (re)produção social capitalista e de que o trabalho, dada a sua centralidade, seria o meio para a dissolução da estrutura política e

ideológica capitalista, caracterizando-se como lugar de uma possível síntese material dos antagonismos sociais.

“(...) não tanto como figura de equilíbrio, mas como figura antagonista, objeto de ruptura dinâmica do sistema. Em toda a obra de Marx, tanto antes quanto após a ‘inflexão’ teórica, o conceito de força de trabalho é considerado como elemento valorizante da produção de uma maneira relativamente independente do funcionamento da lei do valor. O que quer dizer que a unidade do valor é, antes de tudo, identificada na relação com o ‘trabalho necessário’, o qual não é uma quantidade fixa, mas um elemento dinâmico do sistema” (Negri, 1992:02).

Hoje, mostra-se tendencial a caracterização de algumas formas de exploração da força de trabalho que ao ampliar as formas de controle e de domínio do trabalhador parecem alargar-se nos termos de uma produção imaterial<sup>23</sup>.

O trabalho imaterial sintetizar-se-ia a partir da apropriação de informações (do intelecto) do trabalhador que devem ser acionadas no processo de valorização do capital. Como forma de exploração social ainda embrionária, esta produção requereria uma força de trabalho “intelectualizada”, ou melhor, que contribuísse criativamente na formação de novas necessidades.

Como já aprofundamos nesse estudo, a gerência científica, por exemplo, quebra sua hierarquia, mesmo dentro das fábricas, tornando aparente a responsabilidade dos trabalhadores do chão de fábrica em organizar parte da produção (Braverman, 1980).

---

<sup>23</sup> Aqui utilizamos essa expressão imaterial não em oposição a material. Em síntese, este termo deveria ser retido a partir da compreensão de novas formas de exploração do trabalho ligadas, sobretudo, às relações da produção

Reapropriada da teoria de Marx como produção de um “ciclo” ampliado, esta tendência parece confrontar-se com os preceitos da indústria maquinofatureira. Em consequência, como adverte Lazzarato (1993), a indústria tradicional daria lugar a uma grande empresa, uma espécie de empresa-sociedade, que não estaria apenas articulada ao local de trabalho, mas à produção de uma informação que se sociabiliza.

Este “ciclo” da produção imaterial, como chamou Lazzarato (1993), extravasa o chão de fábrica e torna a figura do trabalhador autômato uma possibilidade para o conjunto da sociedade capitalista. Nesse sentido, a abrangência dessa produção e da exploração do trabalho como força produtiva central para a reprodução das relações capitalistas se radicaliza ao universalizar um tipo de cooperação produtiva que aprofunda a exploração da subjetividade do trabalhador e faz reproduzir a *subsunção* real de sua condição social.

“O conceito de trabalho imaterial como pressuposto e resultado de um alargamento da ‘cooperação produtiva’ passa a incluir a produção e a reprodução da comunicação e, portanto, seu conteúdo mais importante: a subjetividade. Se o fordismo integrou o consumo ao ciclo de produção do capital, o pós-fordismo integra a comunicação” (Lazzarato, 1993: 01).

Lazzarato nos indica, em consequência, uma recomposição do trabalhador-consumidor que, diferente daquele constituído pela produção taylorista<sup>24</sup>, deveria ativar novas condições de trabalho no “ciclo” de produção do qual faz parte.

---

imaterial. Sobre esse tema ver o próprio Marx (sd: 119-120), Lazzarato (1992, 1993), Vincent (1993), e sobre a imaterialidade do trabalho no setor bancário, ver Pagotto (1996).

<sup>24</sup> Em duas diferentes esferas, quais sejam, a da produção e a da circulação, produtivismo e consumo foram elementos indissociáveis e complementares para a projeção do taylorismo e de todas as suas representações sociais.

“O consumidor é inscrito na fabricação do produto e depois em sua concepção. O consumidor não se limita mais a ‘consumir’ uma mercadoria (a destruí-la no ato de consumir). O consumo é, então, antes de tudo, um consumo de informação. Ele não é mais apenas a ‘realização’ de um produto, mas um verdadeiro processo social que por enquanto definimos com o termo comunicação” (Lazzarato, 1993: 02).

Assim, Lazzarato percebe a necessidade de reorganizar as formas clássicas do conceito de produção. Segundo ele, a produção pós-taylorista, entendida como aquela que torna também produtiva a comunicação social e a própria relação social que a constitui, obriga-nos a examinar o conceito de produção dilatando-o.

O fundamento de sua análise repousa, dessa forma, na questão da criação antecipada de uma necessidade, ou seja, hoje nada seria produzido sem antes ser vendido. A chave da valorização do capital estaria, com isso, na capacidade das empresas em colher informações que as permitam antecipar e recriar novas formas de consumo que, em certo sentido, já se anunciam no mercado. *“Essa estratégia se apóia sobre a produção e o consumo de informação. Ela mobiliza importantes estratégias de comunicação e “marketing” para recolher as informações (conhecer tendências do mercado) e fazê-las circular (construir o mercado)”* (Lazzarato, 1993: 03).

Vislumbra-se, assim, uma ampliação do trabalho imaterial como tendência nas atuais formas de produção. Ele aparece, aos olhos de Lazzarato, com a particularidade de inovar as relações de produção e de colocar os trabalhadores inseridos nesse universo

produtivo em contato com informações que podem, pelo lado do capital, garantir a produção ao acionar estas informações com criatividade.

Em campos diferentes, essa indicação mostrar-se-ia tendencial. Tome-se como exemplo as campanhas audiovisuais, publicitárias, de modas, aliadas às pesquisas de mercado, de consumo, como também de produção de sistemas operacionais. Em suas variadas formas, esse tipo de produção requer e necessita de um trabalhador que se auto-qualifica a todo momento, retendo informações cotidianas e utilizando-as na realização de seu trabalho.

Nesse sentido, o trabalhador deveria integrar-se a esse universo tendo que, a partir da incorporação de novos conhecimentos, incrementar a produção. Ou seja, caracterizar-se-ia uma necessidade que, diferentemente daquela da produção de tipo taylorista<sup>25</sup>, tornaria a capacidade intelectual do trabalhador o incremento central da produção em geral<sup>26</sup>.

Dentro desta perspectiva, se por um lado a produção taylorista separava e condicionava o trabalhador-consumidor a objeto, na medida em que lhe impunha uma forma de produzir, mas também de consumir, por outro, a “pós-taylorista”, como denomina Lazzarato, passa agora a utilizá-lo como um indivíduo que “decide” e informa, dentro de um número restrito de possibilidades, o que deveria ser produzido. Sintetiza-se, assim, a figura do trabalho imaterial como uma atividade de ligação entre o produtor e o consumidor.

---

<sup>25</sup> Longe de fazermos uma exposição reduzida da produção taylorista ou fordista ao caracterizá-las como uma produção na qual o trabalhador estaria despojado de sua dimensão intelectual e em que sua subjetividade não fosse reclamada pelo capital, acreditamos que, na prática, a dimensão intelectual nunca pode ser racionalizada a ponto de ser totalmente dissolvida. A questão é que Lazzarato, ao afirmar a tendência de uma produção e de um trabalho imaterial, percebe que nesse momento a subjetividade e a dimensão intelectual do trabalhador são trazidas à tona, tornando-se, dessa forma, pressupostos básicos da produção. De um lado, a produção taylorista tentava progressivamente pulverizar qualquer forma de expressão intelectual do trabalhador ao submetê-lo a uma racionalização da produção voraz, que o condicionava como uma “*máquina viva*” (Romero, 1999). Por outro, a produção imaterial que Lazzarato define faz da dimensão intelectual meio de valorização do capital. Valeria precisar como essa subjetividade seria utilizada hoje.

<sup>26</sup> Como nos lembra Marx, ao analisar o trabalho em seu núcleo comum, o valor é parte alíquota, do total de mercadorias produzidas pelo operário, que não é paga pelo capitalista (sd: 109).

“É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação social produção/consumo. O ativamento, tanto da cooperação produtiva, quanto da relação social com o consumidor, é materializado nesse processo de comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Ele dá forma e materializa as necessidades, o imaginário, os gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (seu valor de uso sendo essencialmente seu conteúdo informacional e cultural) consiste no fato de que ela não é atribuída no ato do consumo, mas ao contrário é alargada, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Seu valor de uso não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma seu usuário” (Lazzarato, 1993: 05).

Nesse sentido, a análise da composição técnica e subjetiva da classe operária seria para Lazzarato o meio para se avaliar o alargamento do conceito de trabalho. Abrem-se, pelo menos, dois caminhos para se fundamentar esse conceito. Por um lado, ele estaria relacionado ao “*conteúdo informacional*” da mercadoria. Esta questão se explicitaria, para o autor, a partir de uma postulação quantitativa. Segundo ele, o trabalho imediato utilizado nas empresas financeiras, nas empresas industriais, bem como nas do setor de serviços, estaria se subordinando às formas do trabalho imaterial, ou seja, “*à capacidade de processamento da informação e da comunicação horizontal e vertical*” (Lazzarato, 1992: 01). Por outro, ele estaria relacionado às atividades que produzem o “*conteúdo cultural*” da mercadoria. Atividades estas que salvaguardam e reiteram opiniões, gostos, modos de viver e de consumir, além de caracterizarem expressões artísticas, estéticas e religiosas que normalmente não são relacionadas ao trabalho.

“Do ponto de vista do ‘conteúdo’, o trabalho imaterial pode ser aprendido somente pela ‘implicação da subjetividade’ e pela cooperação produtiva do trabalhador coletivo. Implicação da subjetividade e cooperação são duas faces do mesmo processo, pois um aprofundamento e um desenvolvimento da subjetividade são o pressuposto e o resultado de um aprofundamento e de um desenvolvimento das formas de cooperação e de coordenação do trabalho. Contudo, o trabalhador da grande empresa deve ser capaz de ‘analisar uma situação’ de ‘tomar decisões’, de controlar situações inesperadas e ao mesmo tempo de ter uma capacidade de comunicação e de trabalho coletivo, pois as tarefas prescritas aos operários não concernem senão às operações codificadas previamente, senão à quantidade do fluxo, o fato que, de toda forma, o sistema técnico ‘deve rodar’. O operário, mais que o apêndice da máquina, deve se tornar um elo na integração cada vez mais inserida na relação equipe/sistema” (Lazzarato, 1993: 02).

Segundo Lazzarato, pode-se identificar um “sujeito ativo” na produção. O trabalhador não estaria mais subordinado a um comando racionalizado e exterior a ele. As formas de intervenção do trabalhador dependeriam muito mais de sua própria aprendizagem, de sua “*capacidade de ativar e gerar a cooperação produtiva*” (Lazzarato, 1993: 02), do que de agregar funções preestabelecidas e exteriores a ele.

Lazzarato parte da hipótese de que seria possível associar o processo de valorização ao processo de comunicação, pressupondo que tanto um processo quanto o outro ganharam nas últimas décadas uma dimensão social e também espacial.

Esse redimensionamento da produção viria marcado por uma redefinição da relação entre produção e consumo. O consumidor colaboraria na valorização do capital, na medida em que ele mesmo comporia um ciclo produtivo cuja sua finalidade seria a de “*ativar*” a produção.

“A recepção é, então, desse ponto de vista, um ato criativo e ela é parte integrante do produto. A transformação do produto em mercadoria não pode abolir este duplo processo de ‘criatividade’, que deve ser assumido enquanto tal e não pode tentar controlá-la e submetê-la a seus valores” (Lazzarato, 1993: 11).

A relação entre a grande indústria e a produção de serviços tornar-se-ia, nesse sentido, um dos eixos centrais de legitimação do trabalho imaterial como meio de produção significativo na atualidade.

Para nós, isto está relacionado, sobretudo, a passagem de um tipo de economia de tempo (escala) para uma economia de inovação. Ou seja, a passagem da indústria taylorista para a empresa baseada na economia de inovação, que se caracteriza a partir do desperdício de força de trabalho e também por imperativos colhidos na circulação. Sua diferença estaria na questão da dispensabilidade permanente de uma parcela da força de trabalho, ou seja, o desemprego tornar-se-ia uma questão sem resolução nesse contexto de crise (Tosel, 1995).

Além da racionalização do trabalho sempre necessária, ganha peso em nossa sociedade a racionalização de dispositivos comerciais. “*Parece, então, que a mercadoria ‘pós-industrial’ seja o resultado de um processo de criação que engaja tanto o produtor quanto o consumidor*” (Lazzarato, 1993: 03). Nesse sentido, “*o conteúdo do trabalho e a divisão do*

*trabalho (a relação concepção/execução) perdem sua característica unilateral” (Lazzarato, 1993: 04).*

A mercadoria seria constituída, dessa forma, com a intervenção do consumidor, estando, assim, produto e produtor sempre em mutação. Em consequência, a definição de produtividade não poderia estar circunscrita ao terreno da indústria estrito senso. Essa hipótese desenvolvida por Lazzarato acaba por indicar a existência de uma inversão na relação dialética entre produção e consumo<sup>27</sup>.

“A ‘necessidade de consumir, capacidade de consumir, a pulsão ao consumo’ não são mais produzidos indiretamente pelo objeto (produto), mas diretamente pelos dispositivos específicos que tendem a identificar-se com o processo de constituição da ‘comunicação social’. A publicidade é a produção da ‘capacidade de consumir, do impulso ao consumo, da necessidade de consumir’ que se tornou um ‘processo de trabalho’. O trabalho imaterial produz em primeiro lugar uma relação social (uma relação de inovação, de produção e de consumo) e isso somente se a reprodução desta atividade assegurar-lhe um valor econômico” (Lazzarato, 1993: 06).

Portanto, o trabalho imaterial, para o autor, revela a produção como um ciclo que deve também produzir a própria relação social capitalista. Em consequência, a produção hoje predominante seria a de uma “relação social”, e seu objeto (sua matéria-prima) seria a subjetividade das classes trabalhadoras.

Rompendo, de um certo ponto de vista, com a lógica da produção de tipo taylorista, que controlava a subjetividade operária ao reduzi-la, desqualificando-a técnica e

culturalmente, a produção imaterial parece estabelecer esse controle a partir de um outro patamar. Ela impõe a constituição da própria subjetividade como forma útil de valorização do capital, ou seja, inusitadamente, se a compararmos ao padrão de produção taylorista, hoje a subjetividade operária mostrar-se-ia tendencialmente como o substrato central da produção (como forma produtiva central).

O que mais chama a atenção no texto de Lazzarato é a sua preocupação em situar o trabalho imaterial como uma atividade que deveria, antes de tudo, submeter-se à lógica de valorização do capital (Lazzarato, 1992: 10). Esse trabalho, ligado a uma forma de “*cooperação*”, deveria ser caracterizado, prioritariamente, como um valor de uso do capital. Não obstante, Lazzarato indica a necessidade de atualização teórica do conflito de classe, já que o sentido da utilização do trabalho imaterial, apesar de estar ligado à valorização do capital, deveria ser agora analisado sob um novo patamar. Segundo ele, essa atividade “*inaugura antagonismos e contradições que, no mínimo, para retomar uma expressão marxista, exigem uma ‘nova forma de exposição’*” (Lazzarato, 1992: 10).

Entretanto, se questionarmos o conjunto de tais argumentos de Lazzarato, preliminarmente apresentados, consideramos que o autor parece ir muito rápido na sugestão de que esse novo tipo exploração da força de trabalho salvaguardaria a chave para a formação de uma cultura revolucionária. Consequentemente, suas conclusões estão vinculadas à suposição de que, através do contato travado com a informação necessária à execução do trabalho imaterializado, existiria algum componente libertário.

Para não cometermos os mesmos equívocos que Serge Mallet, André Gorz e Radovan Richta cometeram quando afirmaram o caráter revolucionário do operário

---

<sup>27</sup> Essa inversão também é exposta por Tosei (1993: 06).

politécnico, a partir de sua proximidade com a técnica e com a ciência, indicamos que a constituição de uma consciência revolucionária não pode ser dada a partir de formulações exteriores ao trabalhador, haja visto que observamos a incorporação de informações que são, em sua quase totalidade, significativas apenas à produção e à valorização do capital.

Esse tipo de análise está fundamentada no pressuposto de que o trabalhador (sua subjetividade) constitui-se através de sua atividade profissional. Ou seja, confunde-se toda a sua subjetividade com a atividade que o trabalhador exerce na divisão social do trabalho. Donde a possibilidade desses autores desenvolverem uma análise que acabou por indicar a fundamentação de uma consciência crítica a partir da incorporação de elementos técnicos.

Diante disso, vemos a necessidade de apresentarmos uma discussão que procure estabelecer os nexos centrais entre a utilização de uma força de trabalho qualificada e as mais significativas relações dessa força de trabalho (desse coletivo de trabalhadores), que assimile informações necessárias à ativação da produção imaterial, com possíveis formas de resistência providas desse contato. Mostra-se, assim, a urgência em se verificar quais seriam as atuais contradições sociais que essa nova forma de trabalho estaria caracterizando.

Dessa maneira, concordamos com a perspectiva teórica que defende que as novas formas de utilização da força de trabalho trazem também novos antagonismos sociais que podem servir como fundamento da resistência da classe trabalhadora. Mas, daí afirmarmos que uma imposição criadora de valor (a informação necessária ao trabalhador) acionaria a criatividade do trabalhador, possibilitando a constituição de um núcleo combativo, seria, no mínimo, imprudente.

Entendemos, nesse sentido, que o contato com esse tipo de informação pode ser também racionalizado e exterior à sua própria dimensão crítica. Permaneceria, assim, uma

questão em aberto: essa informação não estaria dentro de limites precisados que indicariam a impossibilidade da articulação de uma consciência crítica?

Em concordância com Marx, o que deveria ser aprofundado gira em torno da problematização de que:

“Enquanto o meio de trabalho tiver um caráter imediato e se encontrar no estado histórico em que o capitalismo capta e o introduz no seu processo de valorização, ele apenas pode sofrer uma mudança formal. Mas isso é suficiente para que deixe de aparecer apenas com as suas propriedades físicas: ele tornou-se um modo de existência particular do capital, determinado pelo conjunto do processo capitalista; é capital fixo” (Marx, 1980: 37).

De toda forma, a informação (como produto da força de trabalho) apareceria como uma mercadoria altamente valorizante. Sua importância poderia determinar um momento particular da luta de classes que poderia fazer crescer a resistência da classe trabalhadora, pelo menos em relação a uma luta corporativa, haja visto, as possibilidades do trabalhador de, ao lidar com essas informações, capacitar-se profissionalmente.

Assim, devemos analisar a efetivação ou não de uma cultura proletária, a partir das novas possibilidades materiais que são abertas no quadro da organização da produção social que se apresenta. Nesse sentido, a informação sociabilizada seria uma fonte de incremento da capacidade de luta política da classe trabalhadora, mas viria também marcada por limites que sancionam e determinam a reprodução das classes sociais.

Embora a problematização de Lazzarato não seja em seu todo pertinente, ela nos oferece proposições interessantes que iluminam as formas de antagonização das classes sociais

hoje. Sua apreciação fornece, para além da exposição das formas de dominação de classe, a possibilidade de caracterizarmos um novo momento da luta de classes.

Com a mesma intenção Tosel (1995) aponta para o crescimento da superfluidade do trabalho. No entanto, fundamenta essa tendência como elemento necessário à formalização de uma nova faceta da exploração capitalista.

A superfluidade do trabalho estaria calcada na pressuposição de que a produção de mercadorias ampliou-se, ou seja, que ela não está apenas ligada à produção industrial (ao setor secundário); sua abrangência seria, assim, prerrogativa de uma nova lógica produtiva ainda determinada pela valorização do capital.

A hipótese de Marx da supressão do trabalho vivo e do aumento do trabalho morto nunca foi tão pertinente. Esse pressuposto se soma a outro: o emprego, em sua concepção tradicional, não poderia mais crescer, pois hoje a incorporação da inovação tecnológica estaria cada vez mais presente.

Diferentemente daqueles que a partir dessa constatação desvinculam a teoria do valor-trabalho da luta de classes e das análises dos conflitos sociais, Tosel caracteriza um outro quadro social. Para ele, a centralidade do trabalho abstrato produz a não centralidade do trabalho vivo para o conjunto de desempregados do mercado de trabalho. E, mesmo para aqueles que ainda trabalham, essa dinâmica do trabalho abstrato condiciona a desregulamentação (chamada flexibilização) das relações de trabalho, passando esses trabalhadores empregados, muitas vezes, a “*prestatários*” autômatos de serviços.

Em última análise, Tosel nos diz: “*não seria o caso de situar (também) no mesmo espaço, a apropriação pelo capital das forças intelectuais?*” Mas, como considerá-la sob a ótica de que a “*missão histórica do capital é de depreciar o valor de troca força de trabalho,*

*aumentando, assim, a força produtiva e fazendo do desenvolvimento do indivíduo social o novo alvo imanente da produção?” (Tosel, 1995: 03 e 05).*

A mercadoria força de trabalho em sua forma supérflua acaba, segundo o autor, por redefinir um estágio do desenvolvimento das forças produtivas (trabalho abstrato), que em seu conjunto podem caracterizar a ruptura mas que, contrariamente, encaminham a permanência. *“Tem-se, assim, uma dialética de continuidade pela ruptura e no interior da ruptura uma ‘Aufhebung’, pois a força produtiva social e o indivíduo social são conservados dentro de e por um novo modo de produção fundado sobre o princípio do tempo disponível (dito também supérfluo no sentido de liberado do trabalho)” (Tosel, 1995: 06).*

A pressuposição básica de Tosel, que aponta para uma continuidade do processo de valorização do capital e do trabalho como meio de realização dessa valorização, seria a de que o trabalho na sua forma imediata dá lugar às formas mediatas da atividade produtiva, estruturando-se, não obstante, e é por isso que eles conservam a caracterização do trabalho como central, uma expressão metamorfoseada do valor-trabalho (Vincent, 1993; Lazzarato 1992; Tosel 1995; entre outros).

A forma do valor tornar-se-ia cada vez mais a forma do valor trabalho intelectual-abstrato, ou seja, as formas de intelectualização da força de trabalho poderiam, assim, ser entendidas como razão primeira da valorização do capital. Flexibilidade, rapidez de deslocamento, auto-transformação permanente caracterizam-se e se auto-valorizam através da incorporação constante do conhecimento retido como valor de troca.

A cooperação, nesse sentido, tornar-se-ia uma forma produtiva *“processual”*, ou seja, a produção capitalista manifestar-se-ia sempre como jogo de um imenso autômato social, *“mas ela agora estaria dotada de um ‘general intellect’, para retomar a terminologia de Marx,*

isto é, de uma inteligência plural, multiforme, em mutação permanente sem a qual ela será arruinada?” (Vincent, 1993: 02).

Daí decorre que, mesmo estando sob a tutela da valorização do capital, a sociabilização da informação como elemento necessário a esta valorização pode tornar possível a antagonização desse sujeito social ao explicitar este processo.

“O trabalho intelectual, abstrato, e seu ‘capador’, o capital, obedecem a uma lógica da subsunção generalizante sob leis da valorização que, de modo reducionista, não tomam em conta senão certos processos reais. O trabalho intelectual concreto, múltiplo, ao contrário, obedece a uma lógica aberta da confrontação (sobre os objetivos e os métodos), da junção (para superar as descontinuidades) e da complementaridade assumida coletivamente” (Vincent, 1993: 02).

A produção, como já indicamos, e as relações de reprodução social ligadas a ela, ampliam-se hoje em relação à produção taylorista. O que foi uma relação direta em que era necessário desqualificar a força de trabalho para explorá-la, passa a ser indireta sob um duplo sentido. O primeiro seria o da informação que passa das unidades produtivas como imperativos do quê e de como produzir e o segundo seria o da interligação de ramos da produção à circulação que se estimulariam reciprocamente. No entanto, esta tendência deveria ser caracterizada como núcleo de valorização do capital que estaria singularmente ligado à necessária precarização do trabalho material.

A dinâmica capitalista, como regulamentação da produção, deixaria, nesse sentido, de responder a uma imposição que freia a intelectualização do trabalhador e passa a valorizar este elemento, já que necessita de indivíduos que estejam aptos a agir e a tomar decisões —

mesmo que dentro de padrões estabelecidos. “É neste contexto que deve ser recolocado o problema da medida do trabalho como momento da constituição do trabalho abstrato partindo das atividades intelectuais concretas” (Vincent, 1993: 06), especificamente, quando nos referimos à formação profissional de cada trabalhador.

A produção de um conhecimento específico deve ser “*objetivada*”. Nesse sentido, as relações de troca aparecem como formas de automatização do trabalho intelectual, já que ele mesmo deveria ser objetivado como valor, através do dinheiro.

Disso decorre que o trabalho imaterial fundamentaria um conjunto de relações sociais que articulam-se em um coletivo como um ciclo produtivo ampliado e ativado pelo conjunto desses trabalhadores. No entanto, essa coletivização da informação como fundamento necessário à valorização do capital pode acabar por sobredeterminar a produção do valor.

“O capitalismo, ao tornar cultiváveis novos espaços para a produção e o consumo, valendo-se crescentemente dos acontecimentos e dos canais de intercomunicação, desloca permanentemente os horizontes vitais. As conexões dos indivíduos com o mundo e com a sociedade modificam-se rapidamente na desordem: a família, os papéis masculinos e femininos, a sexualidade, as relações entre gerações são resolvidas em profundidade” (Vincent, 1993: 12).

O ‘*general intellect*’ deveria ser qualificado a partir da incorporação de novos conhecimentos dados no processo de reorganização da produção. A crescente “*intelectualização*” do trabalho, caracterizada pelo deslocamento da formação e de sua valorização, da produção estrito senso para outras áreas concernentes muitas vezes à

administração e ao gerenciamento de fluxos de informação, faria aflorar novas possibilidades de superação da ordem vigente e da estruturação de um novo modo de vida. Nesse sentido, o *'general intellect'* apareceria como figura que agregaria conhecimentos múltiplos imersos nessas relações de trabalho.

Entretanto, quando Vincent sintetiza o núcleo dessa figura coletiva capacitada de informações que poderiam libertar-se das amarras do processo de valorização, o autor acaba por reduzir a subjetividade desse possível sujeito às formas de obtenção política e ideológica determinadas, outra vez, pela dimensão imposta pela lógica da valorização do capital. Ou seja, a informação que seria absorvida ainda seria determinada pela unidade antagônica da relação capital/trabalho. A incorporação dessa informação propiciada por esse tipo de produção não garante, como não garantiu historicamente, a formação de um sujeito revolucionário.

Para além disso, a questão deveria ser retida a partir da idéia de que tais incorporações geram antagonismos que podem dar fundamento a uma contra-ofensiva da classe trabalhadora, já que eles mesmos são incompatíveis com as promessas de equidade contidas na ideologia do progresso técnico do trabalho e da produção.

Nesse sentido, uma das questões mais pertinentes ao debate dentro do marxismo seria entender os limites dessa incorporação na medida em que devem estar articuladas a uma lógica de conjunto que tende sempre a impedir a autonomização do trabalhador frente às imposições econômicas, políticas e sociais ativadas pelo capital.

A emergência do trabalho imaterial em contraposição às indicações sociológicas acerca da supressão do trabalho vivo poderia, assim, ser explicitada. Esta caracterização dá-se a partir da articulação entre o debate acerca do trabalho imaterial presente hoje no meio acadêmico e as indicações de Marx sobre o tema.

Finamente, o trabalho imaterial surgiria como um problema da teoria social dada sua crescente amplitude na organização social do trabalho. Em poucas palavras, o trabalho imaterial define-se como um meio ou uma atividade produtiva “intelectualizada”. Ou seja, trabalhos como o do gerente de marketing, do produtor de discos, do gerente administrativo, etc., tornam-se meios ainda mais significativos à valorização do capital, já que agora englobam um trabalho que exerce um auto-gerenciamento.

A perspectiva positiva dos processos de trabalho deve, nesse sentido, ser duramente combatida. As formas de sua veiculação teórica, como apresentamos nesse estudo, podem ser explicitadas nas teses desenvolvidas por parte da sociologia do trabalho que hoje tornou-se hegemônica no meio acadêmico. A caracterização crítica dessa perspectiva tem aqui sua necessidade configurada. Nesse sentido, tornar claras as formas de reprodução social nas teses acerca do progresso técnico caracteriza uma iniciativa sempre indispensável à análise marxista.

## CAPÍTULO II - DA SOCIOLOGIA DA ANOMIA À SOCIOLOGIA DA ALIENAÇÃO

### II.1. - As Origens da Sociologia do Trabalho

A sociologia do trabalho surge como uma disciplina que procurava sanar os conflitos sociais que o desenvolvimento do taylorismo ocasionou (cf.: Rolle, 1978: 21-29). Na medida em que procurava responder às teses centrais de Taylor, ela acabou por criar um novo campo de discussão teórica, sem contudo romper com os pressupostos da análise tayloriana, quais sejam, os princípios de produtividade e de adequação e conformação psicofísica do trabalhador à estrutura produtiva e à divisão social do trabalho.

Nesse contexto, grandes sociólogos investiram suas análises no campo industrial em ampliação, tentando, com isso, equacionar (dar conformidade) as contradições sociais que afloravam da produção de mercadorias. Nas palavras de Braverman, vemos que:

“Logo depois de Taylor, surgiram a Psicologia industrial e a fisiologia industrial para aperfeiçoar os métodos de seleção, adestramento e motivação dos trabalhadores, e foram logo ampliadas numa pretensa Sociologia industrial, para o estudo da oficina como um sistema social. (...) O aspecto básico dessas diversas escolas e das correntes no seio delas é que, diferentemente do movimento da gerência científica, não se interessam em geral pela organização do trabalho, mas pelas condições sob as quais o trabalhador pode ser induzido melhor a cooperar no esquema de trabalho organizado pela engenharia industrial” (Braverman, 1980: 125).

Percebemos que em seu conjunto a problemática sobre a habituação do trabalhador já estava presente na sociologia desde o final do século XIX. No entanto, seu desenvolvimento

sistemático e sua instrumentalidade viriam a se constituir no início do século XX com a agudização das contradições advindas da imposição do taylorismo.

“A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Faltam-lhe as características de uma verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela parte, não obstante um ou outro protesto em contrário, não do ponto de vista humano, mas do ponto de vista do capitalista, do ponto de vista da gerência de uma força de trabalho refratária no quadro de relações sociais antagônicas. Não procura descobrir e confrontar a causa dessa condição, mas a aceita como um dado inexorável, uma condição ‘natural’. Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital. Entra na oficina não como representante da ciência, mas como representante de uma caricatura de gerência das armadilhas da ciência” (Braverman, 1980: 82-83).

Em resposta a esses conflitos caracterizados pela implantação do taylorismo, a psicossociologia de Elton Mayo, a sociologia das organizações, a sociologia da empresa, entre outras, desenvolvem-se. Mayo, por exemplo, responde ponto a ponto as teses centrais da organização científica do trabalho (OCT), a partir da criação, no contexto da universidade, da

*management sociology*, entrementes, a formação dos “*Societs Groups*” (cf.: Rolle 1978: 21-29)<sup>28</sup>.

Cada um à sua maneira, muitos autores responderam a essas mutações tendo como objetos de análise, primeiro, a divisão social do trabalho (DST) e, segundo, o pressuposto da cooperação, ambos considerados como uma forma necessária e talvez como caminho único para o funcionamento ideal das sociedades.

O taylorismo aparecia, é bom frisar, como o caminho possível para a organização das sociedades modernas, no sentido em que foi difundido como uma decorrência inexorável da história e a partir de uma evolução racional das forças produtivas. A ideologia taylorista pôde caracterizar-se, então, como uma expressão objetiva da evolução humana; concretamente, constituía a modernização e a racionalização (cf.: Gramsci, 1991) da economia e da cultura frente à conjuntura social que a precedera (cf.: Tude de Souza, 1992: 18).

Foi neste contexto histórico-teórico específico que a sociologia do trabalho teve sua origem. Contexto no qual a estrutura empresarial constituía-se com base na organização científica do trabalho aplicada à produção. Pela introdução do cronômetro (aqui como metáfora da maximização da produção pela diminuição dos tempos mortos: eficiência e eficácia na produção), pelo industrialismo, pelo produtivismo e pela projeção da classe

---

<sup>28</sup> Enquanto “*Taylor ocupava-se dos fundamentos da organização dos processo de trabalho e do controle sobre eles, as escolas posteriores de Hugo Münsterberg, Elton Mayo e outros, ocupavam-se sobretudo com o ajustamento do trabalhador ao processo de produção em curso, na medida em que o processo era projetado pelo engenheiro industrial. Os sucessores de Taylor encontravam-se na engenharia e projeto de trabalho, bem como na alta administração; os sucessores de Münsterberg e Mayo achavam-se nos departamentos de pessoal escolas de psicologia e sociologia industrial. O trabalho em si é organizado de acordo como os princípios tayloristas, enquanto os departamentos pessoal e acadêmico têm-se ocupado com a seleção, adestramento, manipulação, pacificação e ajustamento da ‘mão-de-obra’ para adaptá-la ao processo de trabalho assim organizado. O taylorismo domina o mundo da produção; os que praticam as ‘relações humanas’ e a ‘psicologia industrial’ são as turmas de manutenção da maquinaria humana*” (Braverman, 1980: 83-84).

burguesa como classe que garantiria o desenvolvimento de toda a sociedade, a organização científica do trabalho universalizava-se.

As forças sociais dominantes naquele período articularam um inovador universo ideológico, no qual racionalidades científicas (como p. ex. a organização científica do trabalho) funcionaram como porta-voz de um ideal de vida, propondo, então, um novo caminho social, ao mesmo tempo em que a classe burguesa pôde, a partir da ampliação de seus aparelhos hegemônicos, imersos na sociedade de classes, unificar a vida cultural, constituindo uma nova sociedade, sintetizada, sobretudo pela figura da indústria moderna.

Conformaram-se, desse modo, práticas que organizaram o social e universalizaram uma determinada maneira de agir e de pensar de uma classe à sociedade como um todo. Como nos lembra Tude de Souza:

“Para além de uma ideologia constituidora do real, [o taylorismo] se revelou como uma poderosa arma política contra a classe operária e suas organizações de combate; com ele se inaugura uma nova composição política e ideológica das classes trabalhadoras assalariadas, marcada pelo aprofundamento dos seus plurais e de sua heterogeneidade. Além de operar a quebra da hegemonia operária no interior do salariado capitalista, o novo paradigma das relações industriais, parece ter inscrito na história do modo de produção como momento a partir do qual o capital dá início ao processo, hoje ainda em curso, de deslocamento da centralidade da classe operária na história das lutas de classe

contra a burguesia e seus aparelhos” (Tude de Souza, 1992: 07)<sup>29</sup>.

A agudeza dos conflitos que se estabeleceram entre as práticas tayloristas no contexto da fábrica e suas contraposições acadêmicas acabaram por definir, mesmo que difusamente, um novo campo teórico de intervenção, formando-se o que poderíamos identificar como sendo o da origem da sociologia do trabalho. Elton Mayo, por exemplo, vai de encontro ao “*the one best way*”<sup>30</sup>, reprovando a idéia de uma única e melhor forma de se produzir.

<sup>29</sup> Mesmo que este trecho no texto de Tude de Souza não esteja vinculado especificamente ao taylorismo, mas sim ao Americanismo e ao Fordismo, a relação cabe quando o taylorismo é visto como um conjunto de intervenções sociais e históricas implementadas pela burguesia no sentido de romper com as formas de resistência operária a partir da adequação e da conformação, na maioria da vezes compulsórias, do trabalhador ao trabalho.

<sup>30</sup> “*The one best way*” – A única e a melhor maneira; essa expressão, consagrada por Taylor, revela dois aspectos: por um lado, a padronização da produção dada por um conjunto de saberes técnicos impostos aos operários, agrupados por um segmento de trabalhadores técnico-científicos dirigente; por outro, também expressa a maximização da produção industrial a partir da diminuição dos “poros” ou tempos mortos na produção de mercadorias, fundamentados pelos princípios da eficiência e da eficácia, impulsionados pela introdução do salário por peça, recurso este bastante valorizado por Taylor. Em suma, “*The one best way*” procurava colocar-se como a *única* maneira de produzir, por se apresentar como uma maneira cientificamente desenvolvida e, assim, incontestável.

Seguem fragmentos de um discurso de Taylor sobre um “ótimo dia de trabalho” à Comissão Especial de Representantes dos Estados Unidos vinte e cinco anos após ter sido promovido a chefe de turma na oficina de Midvale Steel Works: “*Ora, a oficina (...) era de trabalho por tarefa. Todo dia era praticamente feito por tarefa, e seguia dia e noite — cinco noites por semana. (...) Logo que me tornei chefe da turma os homens que trabalhavam comigo e que, naturalmente, sabiam que eu estava no jogo do marca-passo e deliberadamente restringindo à produção vieram a mim de repente e disseram: 'Fred, agora você não vai ser um porco maldito contra nós, vai?' (...) E disse: 'Vocês devem lembrar que estive com vocês como companheiros até agora e que trabalhei como vocês. Não fugi à regra. Estive do lado de vocês. Mas, agora aceitei a função de gerência nesta companhia, e estou do outro lado'. (...) Aquilo era o início de uma briga que iria durar três anos. Comecei por ir à administração e dizer-lhes do modo mais claro, mesmo antes que aceitasse a chefia de turma, o que aconteceria. Disse: 'a única coisa que lhes peço, e devo ter sua firme promessa, é que quando digo um coisa é por que é assim mesmo, e a minha palavra tem que valer contra a de 20 ou 50 nesta oficina'. Comecei evidentemente, por orientar um homem a fazer mais do que fazia antes, e então pus-me eu mesmo ao torno e mostrei-lhe como deveria ser feito. Após tentar essa política por algum tempo e tendo fracassado (...) juntei alguns trabalhadores mais inteligentes e com competência, mas que não tinham tido oportunidade de aprender um ofício, e resolutamente ensinei-lhes a operar um torno e como trabalhar rápido. Todos eles me prometeram: 'Se você me ensinar o ofício de torneiro, quando eu aprender a manejar um torno farei um 'ótimo dia de trabalho' (...) Quando preparei um número suficiente desses trabalhadores, de modo a que pudessem manejar os tornos, fui a eles e lhes disse: 'Agora vocês a quem ensinei um ofício, estão numa situação inteiramente diferente dos torneiros que trabalhavam aqui antes que vocês viessem. (...) Não rompi o trato, mas todos vocês romperam. Agora, vou reduzir a tarefa de vocês para dia sim dia não, e vocês ganharão a metade do preço daqui por diante. Mas tudo o que têm a fazer é produzir um ótimo dia de trabalho e poderão ganhar melhores salários do que*

No desenvolvimento dessa crítica, Mayo deu ênfase à relação entre indivíduos e grupos que se integrariam no ambiente da indústria. A exposição dessa relação acabou por estabelecer um novo objeto analítico ligado essencialmente à indústria moderna, isto é, à forma da empresa moderna, com sua produção em larga escala.

Segundo Rolle (1978) um dos pressupostos de Mayo, em resposta às teses de Taylor, era a de que seria necessário selecionar o melhor trabalhador para cada posto específico de trabalho. Esta prerrogativa difere, essencialmente, das teses veiculadas pela OCT, pois, para Taylor, a padronização das tarefas dadas pela simplificação seria o ponto central de homogeneização da produção. Dever-se-ia, nesse sentido, dividir o trabalho até o ponto em que ele estivesse apto a qualquer trabalhador, independente de sua qualificação.

Para Taylor, não era o trabalhador que deveria adaptar-se ao trabalho, mas sim este simplificar-se a tal ponto que qualquer indivíduo pudesse executá-lo. Nota-se, no conjunto das teses de Taylor, a necessidade de operar a desqualificação do trabalhador e de controlá-lo tanto na esfera produtiva quanto em sua vida fora do trabalho.

---

*jamais ganharam'. Cada vez que reduzia o pagamento ou forçava novos homens (...) a uma velocidade razoável, alguns desses mecânicos deliberadamente quebravam uma peça de sua máquina. A cada acidente que acontecer nesta oficina (...) terão que pagar o custo do conserto ou uma multa. Finalmente, quando perceberam que essas táticas não produziam o desejado efeito junto à gerência, cederam, e cansados de ser multados sua oposição cedeu, e eles prometeram trabalhar direito. Depois disso ficamos bons amigos (...)" (Taylor apud Braverman, 1980: 90-91).*

*A partir de uma outra perspectiva Braverman nos lembra que: "O problema, neste caso, gira em torno do conteúdo de um dia de força de trabalho, que Taylor define na expressão 'um ótimo dia de trabalho'. A este termo ele deu uma interpretação cruamente fisiológica: todo o trabalho que um operário pode fazer sem dano à sua saúde, em um ritmo que pode ser mantido através da vida de trabalho. (Na prática, ele tendia a definir este nível de atividade em um limite extremo, escolhendo um ritmo que apenas alguns podiam manter, e mesmo assim sob força.) Por que um 'ótimo dia de trabalho' devia ser definido como um máximo fisiológico, nunca se tornou claro. Na tentativa de dar um significado concreto à abstração 'ótimo', teria feito exatamente o mesmo ou até mais sentido exprimindo o 'ótimo dia de trabalho' como a quantidade de trabalho necessário para acrescentar ao produto o valor igual ao da paga ao operário; em tais condições, é claro, o lucro seria impossível. A expressão 'um ótimo dia de trabalho' deve portanto ser considerada como inerentemente sem sentido, e preenchida com aquele conteúdo que os adversários na relação de compra e venda tentam lhe dar" (Braverman, 1980: 91).*

As estratégias de coerção do trabalhador estariam, dessa forma, articuladas pela imposição e pela busca de um consentimento ativo, por meio de estímulos, salariais ou individualizados ligados, em seu conjunto, a uma determinação externa do aumento da produtividade.

Impõe-se, com isso, uma nova prerrogativa à produção taylorista, a saber, a constituição de um novo homem, de um novo trabalhador e de uma nova classe, adaptada, sobretudo, às necessidades dos novos métodos de produção e de trabalho, o que acarretou, como já indicamos, um novo modo de vida (cf.: Gramsci, 1991).

A relação entre indivíduo e sociedade foi, então, calculada a partir da organização industrial, tornando-se a empresa o lugar privilegiado de fusão/unificação entre as partes (os trabalhadores) e o todo (a sociedade)<sup>31</sup>.

Na argumentação de Durkheim, vemos a relação entre a solidariedade e a atividade funcional das partes especializadas (os trabalhadores). Para ele, quanto mais contínua for a atividade das partes, mais solidariedade obtém-se. Nesse sentido, seriam necessárias a supressão dos empregos inúteis e a distribuição dos trabalhos de forma tal que os trabalhadores realizassem uma tarefa completa, aumentando, assim, a atividade funcional de cada um deles (cf.: Friedmann, 1972: 119).

A análise de Durkheim caminha no sentido de que tal integração seria uma forma de relacionar as partes sociais dando unidade a uma sociedade cada vez mais heterogênea<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Ao discutirmos, neste mesmo capítulo, no item “*Durkheim e o Taylorismo*” veremos que, nas teses de Durkheim sobre a DST, a questão do indivíduo e de sua integração à sociedade, a partir de sua profissionalização, é fundamental. Essa perspectiva pode ser caracterizada também nas teses mais centrais que compõem o debate sobre a não-centralidade do trabalho.

<sup>32</sup> Para Durkheim, quanto maior for a especificidade da função cumprida por um indivíduo, maior será sua colaboração com o organismo social. Entretanto, como bem sabe Durkheim, essa especificidade individual requer

Assim, Durkheim reclamou a necessidade de uma certa solidariedade do indivíduo para com o organismo social<sup>33</sup>. O indivíduo deveria privar-se, nesse sentido, de parte dos seus anseios individuais e mesquinhos para solidarizar-se organicamente num todo homogêneo (cf.: Durkheim, 1973: 99-116).

Steven Lukes (1984) acrescenta que para Durkheim haveria a necessidade de conservação das individualidades, no sentido que a especialização garantiria a própria estruturação do consenso, sobretudo, no momento em que se fundamenta uma solidariedade orgânica pautada em regulamentações morais para além das determinações estatais.

Cada indivíduo colaboraria com o organismo na medida em que realiza uma função específica na divisão social do trabalho. *“O problema geral que se perguntava Durkheim (...) era nada menos que a natureza do organismo social”, ou seja, “quais são os laços que unem os homens?”* (Lukes, 1984: 138). A divisão social do trabalho, nesse sentido, seria a única condição para assegurar os princípios da coesão social face aos da individuação. Desta forma, o indivíduo deveria diferenciar-se profissionalmente cada vez mais. Isto implicaria o próprio desenvolvimento ordenado do corpo social.

O que Durkheim não aprofundou em sua análise foi que esta integração, na prática, não era voluntária, mas sim compulsória, o que, mesmo se assinalarmos apenas o ambiente da empresa, incapacitava os indivíduos de exercer qualquer atividade organicamente social (cf.: Friedmann, 1972: 113-154). Ademais, essa integração acabaria por representar uma forma específica de subordinação social requerida e necessária à OCT, pois fundamentava-se como uma relação social central que mediava a adequação dos trabalhadores às empresas,

---

uma necessária forma de coerção social que conserve os indivíduos em suas funções e caracterize uma harmonia social. Como nos lembra Cohn (1987), Durkheim estaria em busca da unidade em uma sociedade dividida.

acomodando e subordinando a classe trabalhadora no processo de radicalização das relações sociais de dominação na produção.

O princípio de integração, constitutivo das análises durkheimianas, vem compor uma tentativa de diagnosticar uma anomia social e, além disso, apontar caminhos para sua resolução. Isto faz Durkheim ver na integração do trabalhador ao princípio cooperativo uma possibilidade de remediar - e talvez de sanar - os conflitos sociais para ele tão expressivos no âmbito das indústrias.

A empresa tornar-se-ia, desse modo, o meio ideal de organização social da produção e correlativamente um dos objetos da nascente sociologia do trabalho. Difundindo-se como a forma acabada de resolução dos problemas da sociedade a partir da idéia de mediação e de comunicação entre o indivíduo (trabalhador) e a sociedade, a empresa corresponderia a uma forma aparente de dissolução das classes, na medida em que os indivíduos isolados trabalhariam em benefício da coletividade.

Ter-se-ia, assim, a idéia da empresa como meio de resolução das contradições sociais e de consenso em torno de um processo de unificação dos interesses da sociedade ou, como diria Weber (1964), a coletividade da empresa acaba por constituir-se como um “*grupo dirigente estratificado*”, estabelecendo-se como lugar privilegiado, onde os vários estratos sociais formariam um grupo de interesses comuns.

Esta conciliação foi, em certa medida, viabilizada pela repartição dos lucros, do pagamento do salário por peça<sup>34</sup> etc., isto é, foi deflagrada pela imposição por parte da

---

<sup>33</sup> Durkheim, por vezes, relaciona a sociedade (e todos os seus conceitos de análise) às formas de um organismo animal. Ver Durkheim (1973).

<sup>34</sup> O salário por peça foi uma das muitas formas de “estímulo” ao trabalhador criada pela produção taylorista na tentativa de aumentar sua produtividade, mas, para além disso, introduziu entre os operários um caráter competitivo, que caracterizava, entre outros fatores, uma ambivalência no seio da classe operária em questão.

burguesia, através da produção taylorizada, de um novo tipo de produtor e também de um novo tipo de consumidor que, articulados, consagraram uma ideologia produtivista.

Analisamos, assim, o taylorismo como um conjunto de transformações sociais que estruturaram uma reforma moral (cf.: Gramsci, 1991), como um “processo civilizatório” constituído a partir de uma linguagem singular: a da reconstituição dos processos de trabalho na indústria.

Este “processo civilizador” divulgou a ciência e a técnica, aplicadas à produção, como racionalidades desinteressadas<sup>35</sup> e que, de formas variadas, puderam desenvolver-se como práticas sociais portadoras de verdade.

O conjunto dessas elaborações científicas caracterizou-se, nos Estados Unidos e na Europa, como expressões cientificamente organizadas que, uma vez articuladas, poderiam, segundo seus precursores, assegurar o bem-estar<sup>36</sup> da classe trabalhadora ao suprimir os antagonismos inerentes à produção capitalista. Este estado de coisas poderia, a partir do princípio de integração durkheimiano já exposto, resgatar os indivíduos isolados de suas relações corporativas e sectárias para o ambiente da empresa capitalista.

Nesse momento, forjaram-se os objetos da sociologia do trabalho que, em certo sentido, confundem-se, levando em conta o processo de organização teórico e prático da

---

<sup>35</sup> A discussão sobre a positividade/negatividade da ciência e da técnica será melhor trabalhada ao longo deste texto. Entretanto, essa questão remete especificamente ao debate em torno da relação entre forças produtivas e relações de produção (cf.: Magaline, 1977). Nesse sentido, a crítica ao pressuposto do primado das forças produtivas seria uma das formas de combate às teses sobre a não centralidade do trabalho e do fim das classes sociais na atualidade. Sobre este último tema ver, por exemplo, André Tosel (1995: 209-218).

<sup>36</sup> No fordismo, por exemplo, criam-se departamentos pessoais que controlam o cotidiano de trabalho dos operários. “*Coube (então) ao Labor/Service Departement da FMC controlar a aprendizagem, o ‘bem-estar do trabalho’ e ordenar as relações hierárquicas no interior do novo trabalhador coletivo da empresa. Essas tarefas ficaram a cargo dos novos especialistas das ‘relações industriais’- engenheiros de produção, chefias intermediárias (shop-stewards) e gerências de pessoal*” (Tude de Souza, 1992: 21).

indústria taylorizada, com as próprias formas de constituição política e cultural das classes sociais.

“Tendo identificado os interesses da ‘civilização’ não com os da imensa maioria de trabalhadores, mas com os daqueles que os controlam, pode agora enfrentar sem reservas os efeitos diários do ‘projeto de trabalho científico’ sobre o trabalhador: ‘... o desenvolvimento da gerência científica demonstrou claramente que os aperfeiçoamentos mais importantes são precisamente aqueles deduzidos das pesquisas científicas, sem em primeiro lugar satisfazer aos trabalhadores propriamente, até que se tenha constituído um novo hábito” (Braverman, 1980: 127).

As teses sobre as transformações na composição das classes trabalhadoras desenvolvidas sob o impacto da difusão do taylorismo teriam como um de seus desdobramentos a necessária caracterização de uma nova civilização. Esta última se formaria a partir de uma concepção ideológica consoante com os interesses da burguesia em contraposição aos da classe trabalhadora. Em consequência, as escolas teóricas que problematizaram as relações de trabalho posteriores a Taylor tinham como objetivo central oferecer uma formalização teórica elevada das contradições na prática do chão de fábrica. Significativamente essas teses contribuíram, não só para o obscurecimento dos interesses sociais em presença, mas dificultaram a própria visibilidade das contradições sociais daquele período.

Dessa forma, na constituição teórico-metodológica da sociologia do trabalho, prevaleceu a ênfase nas transformações técnicas do processo de racionalização da produção, não levando em conta uma perspectiva da totalidade social — como articulação entre

economia, política e ideologia no terreno imediato da produção — e, portanto, afirmando uma análise que se consolidava como uma expressão acaba do mecanicismo.

Este legado marcado aqui pelo empiricismo se dissimula em uma suposta objetividade científica que negligenciou, entre outros fatores, a subjetividade operária e a luta de classes na produção. Como conjunto de teses desenvolvidas no meio acadêmico, a sociologia do trabalho veio corroborar e aprofundar essas formas de organização social essencialmente restritivas. Assim, a técnica e a ciência foram justificadas como formas positivas de transformação da produção, dos processos de trabalho, mas também de toda a sociedade.

Esse campo disciplinar pôde, dessa forma, enfatizar a idéia de uma inexorabilidade técnica banalizada pelo objetivismo da pesquisa sociológica, firmando uma análise que naturaliza as relações de produção e de trabalho nesse período.

As correntes centrais da sociologia do trabalho, como aqui procuramos expor, foram em seu início utilizadas como uma ciência (racionalidade) não somente *da* empresa mas, sobretudo, como lembram John Kelly e Stephen Wood (1984: 257-272), como uma ciência *para* a empresa.

Inúmeras vezes esta racionalidade produtivista apresentou-se como uma ciência da indústria, da organização contínua dos processos de trabalho para o aumento de produtividade e para a adaptação do trabalhador coletivo às estruturas de produção de mercadorias<sup>37</sup>. Afirmamos que muitas vezes o objeto da sociologia do trabalho adequou-se, e geralmente

---

<sup>37</sup> Sobre a subserviência da teoria sociológica às formas de exploração do trabalho e também sobre como a teoria e o gerente deveriam ajustar o trabalhador às formas de valorização do capital; Braverman nos diz: “*O sociólogo partilha esta intuição com a gerência com quem ele também partilha a convicção de que esta organização do processo de trabalho é ‘necessária’ e ‘inevitável’.* Isto deixa à Sociologia a função, que ela partilha com o

continua a se adequar, às formas de organização e viabilização dos interesses da classe dominante.

Nesse sentido, concordamos com Rolle (1978: 05-31) quando diz que a sociologia da empresa travestiu-se em suas origens de sociologia do trabalho, não explicitando o real objeto de sua análise<sup>38</sup>; sendo assim, definida a partir de uma suposta história natural da evolução do trabalho assalariado que, na maioria das vezes, acabava por demonstrar a capacidade de auto-resolução dos conflitos sociais dentro do próprio horizonte capitalista, descaracterizando, por exemplo, as razões históricas da formação do trabalho assalariado e de suas transformações sociais. Dessa forma, e:

“(...) Na medida em que se pretende[ia] um sistema coerente, ou mesmo fechado sobre si mesmo, a sociologia do trabalho pode ser interpretada como um conjunto de tentativas que tem por objetivo evitar e dissimular os problemas fundamentais do salariado, ou seja, do modo de organização industrial preponderante” (Rolle, 1978: 13).

A resposta ou a forma como muitos autores conceberam o universo produtivo pode designar, de modo mais ou menos explícito, suas respectivas apreensões sobre as contradições sociais existentes.

Assim, o estudo crítico das modalidades de organização produtiva — “taylorismo”, “fordismo”, “neofordismo”, “toyotismo” — em suma, das formas pelas quais a

---

*pessoal administrativo, de assentar não a natureza do trabalho, mas o grau de ajustamento do trabalhador” (Braverman, 1980: 35).*

<sup>38</sup> Além da sociologia do trabalho não explicitar o real objeto da análise, a questão também passa pelo fato de estarem encobertos os objetivos da pesquisa e da própria definição do tema. A forma pela qual se articulavam as possibilidades de integração, subordinação e socialização, ou seja, de conformação dos conflitos inerentes à produção eram comuns entre as pesquisas que, de maneira geral, desenvolviam este tema. No entanto, a forma de resolução desses conflitos definia-se difusamente a partir da inclusão ou referenciação a outras disciplinas

exploração e a subordinação do trabalhador foram apresentadas durante o século XX, auxiliando a caracterizar um duplo campo interrelacionado: o político e o teórico, tomado aqui a partir de formulações sociológicas acerca da centralidade do trabalho. Assim, estudar primeiramente o taylorismo assiste-nos na investigação de inúmeras questões, entre elas, a do debate sobre a centralidade do trabalho, hoje presente no seio da sociologia contemporânea<sup>39</sup>.

## II.2. - Durkheim e o Taylorismo

Segundo Rolle (1978: 24), a sociologia do trabalho constituiu-se como uma ciência que se pretendia desinteressada, inserindo-se no pensamento social como um agregado rigoroso de análises empíricas. Entretanto, essa sociologia absteve-se seguidamente de definir de forma clara seu objeto de análise, condicionando suas análises a respostas vagas sobre as formas de exploração do trabalho e sobre as contradições sociais presentes na indústria. Suas perspectivas teriam, assim, um limite tênue, justificado, em última instância, pela inclusão de outras disciplinas que ousaram se posicionar politicamente.

---

científicas (psicologia e economia política). Isto, na verdade, possibilitou a indefinição estratégica acerca dos interesses da própria pesquisa.

<sup>39</sup> Segundo Braverman, ao analisar a automação característica de sua época, mas já concebendo uma análise ampliada sobre as proposições acerca dos processos de trabalho, existiria uma contradição teórica característica em muitas análises que não se resolveria facilmente, já que, em muitos casos, estabeleceria uma perspectiva analítica fundamentada por pressupostos que não poderiam em detrimento de uma análise limitada, levar em conta a subjetividade da classe operária. Segundo ele, *"Quanto mais lia na bibliografia formal e na comum sobre ocupações, mais me tornava cômico de uma contradição que assinala muito dos escritos nesta área. Por um lado, dá-se ênfase a que o trabalho moderno, como consequência da revolução científico-tecnológica e da 'automação', exige níveis cada vez mais elevados de instrução, adestramento, emprego maior da inteligência e do esforço mental em geral. Ao mesmo tempo, uma crescente insatisfação com as condições do trabalho industrial e de escritório parece contradizer essa opinião. Isso porque também é dito - não raro inclusive pelos mesmos que antigamente sustentavam a primeira opinião - que o trabalho tornou-se cada vez mais subdividido em operações mínimas, incapazes de suscitar o interesse ou empenhar as capacidades de pessoas que possuam níveis normais de instrução; que essas operações mínimas exigem cada vez menos instrução e adestramento; e que a moderna tendência do trabalho, por sua dispensa de cérebro e pela 'burocratização' está 'alienando' setores cada vez mais amplos da população trabalhadora. Como generalizações, esses dois modos de ver não podem ser facilmente conciliados"* (Braverman, 1980: 15-16).

Deste forma, as tentativas da sociologia do trabalho em se constituir como uma disciplina independente foram revisitadas por análises naturalistas (cf.: Rolle, 1978: 24). Isto demonstrava a falta de clareza científica quanto ao método e ao objetivo de seus pressupostos, caracterizando elaborações teóricas ligadas às tradições que se formaram ainda no século XIX e que se utilizaram de uma análise eminentemente positivista da evolução do trabalho.

Essa tradição do pensamento ocidental, influenciada sobretudo pelo positivismo de Auguste Comte e pelo evolucionismo de Herbert Spencer, fez com que muitos autores do século XIX negligenciassem algumas relações fundamentais para a compreensão do trabalho, e em específico do trabalho assalariado, o qual foi reduzido a uma relação mercantil, dada sobretudo pela relação de troca entre patrões e empregados.

Entretanto, alguns autores clássicos, singularmente o debate no qual estavam inseridos, têm valor significativo para a compreensão das relações de produção na atualidade. Muitas questões tratadas no século XIX são ainda atuais e podem fazer extrapolar os limites da sociologia do trabalho hoje dominante.

Esta incursão histórica nos obriga, assim, a procurar a significação da sociologia do trabalho para além das formas contemporâneas em que ela se apresenta (Rolle, 1978). Dessa forma, a análise de um momento histórico que precedeu e que marcou a própria constituição da sociologia do trabalho pode nos revelar suas imbricações centrais com as organizações sociais, instituições políticas e o Estado. *“O recurso a algumas observações anteriores pode fazer tomar consciência tanto da originalidade da sociologia do trabalho, como das relações com o sistema social onde teve origem”* (Rolle, 1978: 14-15).

É nessa perspectiva que resgatamos o texto de Georges Friedmann *O Trabalho em Migalhas* (1972), ou seja, na perspectiva de que seria possível, a partir da análise de um autor

como Durkheim, aprofundar a discussão sobre as teses centrais da sociologia do trabalho e, sem dúvida, fundamentar aqui qual o sentido da sociologia do próprio Friedmann.

Preocupado com o desenvolvimento da fragmentação do trabalho e do próprio trabalhador, Friedmann discute, a partir da crítica a Durkheim, a relação social de subordinação do trabalhador à tarefa que executa, mostrando que as contradições inerentes ao trabalhador coletivo cedeu lugar aos métodos de análise dos tempos e movimentos, à cronometragem, ao papel atribuído à empresa e aos escritórios de preparação e repartição do trabalho, ou seja, pela implantação do taylorismo (cf.: Friedmann, 1972: 113-14)<sup>40</sup>.

Pai da organização científica, Taylor caracterizou-se como a figura central da concepção deste modelo de organização do trabalho; nesse sentido, o papel de Taylor foi o de aprofundar e intensificar ainda mais, e sob uma nova perspectiva, a exploração do trabalho na indústria.

A divisão técnica e científica do trabalho não teria, nessa linha de raciocínio, uma natureza distinta daquela consolidada com o capitalismo. Na verdade, ela foi reinventada sob novas formas ao desvalorizar a força de trabalho e, conseqüentemente, seu poder político, aumentando, nesse sentido, as possibilidades de crescimento da produtividade e de extração de sobretrabalho.

Friedmann relaciona, assim, *A Divisão do Trabalho Social* de Durkheim aos *Princípios da Organização Científica*, de Taylor, no sentido de precisar que, no tocante à fragmentação do trabalhador em sua época, poder-se-ia perceber mais similitudes que diferenças entre estes dois autores. Nesse sentido, Friedmann pôde examinar as formas de

---

<sup>40</sup> Ver também Benjamin Coriat (1992).

exploração no trabalho em sua época e propor uma outra forma de explicação e, sobretudo, de superação da sociedade capitalista. Tomemos alguns pontos centrais da análise desse autor.

Na análise de Durkheim estaria presente, segundo Friedmann, a noção de que a divisão do trabalho teria um caráter natural. O estágio de desenvolvimento/evolução das sociedades capitalistas reclamariam naturalmente a necessidade de uma dada divisão do trabalho. O nível dessa evolução, segundo este raciocínio, estaria condicionado à especialização das funções que o indivíduo executa dentro de um organismo social. Assim, valeria dizer que quanto mais especializado o trabalhador for, maior o grau de evolução dessa sociedade.

Entretanto, o que faria com que todas essas tarefas se unissem em um conjunto orgânico de funções específicas seria um tipo de solidariedade entre as partes que compõem este organismo. Nesse sentido, a solidariedade durkheimiana apareceria como um pressuposto social ideal de integração entre os indivíduos na constituição de uma sociedade normal.

Assim, desde sua origem, todas as formas de divisão do trabalho que não desenvolvessem a solidariedade social (ou seja, que se direcionassem para a unidade e para o consenso social) seriam consideradas patológicas (cf.: Friedmann, 1972: 114). A anomia dessa divisão estaria presente, em contrapartida, na falta de “*concorrência*” entre as partes (os indivíduos) e na falta de regulamentação entre as muitas relações de trabalho desses indivíduos<sup>41</sup>.

A interligação equilibrada entre as partes do organismo seria, assim, essencial para a caracterização de uma divisão social do trabalho solidária, ocasionando um estado de coisas

---

<sup>41</sup> Devemos ainda salientar que, na concepção de Durkheim, outras formas de anomia são inscritas para além do interior da fábrica, por exemplo, na relação entre ramos da produção, quando o controle da demanda é alterado e

normal. Este estado normal deveria ter como pressuposto a consideração de uma evolução da divisão do trabalho que não poderia ser perturbada. No entanto,

“As formas contemporâneas da divisão do trabalho, as especializações das tarefas que, na época em que Durkheim escreveu sua tese, começam a penetrar nas maiores empresas, nos Estados Unidos e também na Europa, são, aos seus olhos, formas patológicas em que se manifesta a anomia devida à descoordenação das funções” (Friedmann, 1972: 115).

Aprofundando sua crítica a Durkheim, Friedmann o contrapõe ao próprio Comte. Para Friedmann, haveria uma necessidade de desintegração dos indivíduos frente à sua especialização. Assim, nas palavras do autor,

“Comte é pessimista quanto ao futuro do que chama de ‘distribuição fundamental dos trabalhos humanos’: ela resulta na dispersão se as ‘divergências individuais’ não forem compensadas por ‘uma disciplina permanente capaz de prevenir ou conter incessantemente seu surto discordante’” (Friedmann, 1972: 115-16).

Por seu lado, Durkheim, como já foi dito, acreditava que esta solidariedade só poderia ser alcançada se houvesse uma regulamentação suficientemente desenvolvida, que determinasse as relações mútuas das funções entre os indivíduos.

Na análise de Durkheim, os elementos que compõem a divisão do trabalho devem ser predeterminados, ou seja, metodicamente concebidos. Isto reforça o argumento de Friedmann no momento em que aproxima Taylor do próprio Durkheim.

“Nesse sentido, o sistema taylorista do ‘Thinking department’ e dos contramestres funcionais, encerrando o operário numa rede óctupla, o teria satisfeito. No entanto, paradoxo que já mostra como era abstrato seu ponto de vista, reprovava obrigatoriamente como ‘anormais’ os efeitos do sistema sobre a atitude mental dos sujeitados a ele” (Friedmann, 1972: 116).

Por fim, a regulamentação das relações de trabalho seria o principal argumento para acabar com o desequilíbrio social criado pelas rápidas transformações na indústria em um contexto no qual, explicita Durkheim:

“A grande indústria aparece na medida em que o mercado se estende. Tem por efeito transformar a relação entre patrões e trabalhadores. Um maior cansaço do sistema nervoso unido à influência contagiosa das grandes aglomerações aumentam as necessidades destes últimos. O trabalho mecânico, substitui o manual; o trabalho fabril o do pequeno artesão. O trabalhador está incorporado a um regimento, subtraído da sua família durante todo o dia; sempre vive mais separado do que quem o emprega, etc. Estas novas condições da vida industrial pedem, naturalmente, uma nova organização: mas, como estas transformações se levaram a cabo com extrema rapidez, os interesses em conflito ainda não tiveram tempo de equilibrar-se” (Durkheim, 1973: 314).

Segundo Friedmann, a teoria durkheimiana não negligenciou completamente os efeitos nocivos da especialização. Entretanto, estes efeitos, no entendimento de Durkheim, não estariam relacionados à natureza da divisão do trabalho. Durkheim se referia à divisão social

do trabalho como um elemento sempre positivo da evolução da sociedade, no sentido em que a entendia como uma *lei* social, que, no limite, estimularia dentro de uma dada normalidade a interação entre os muitos trabalhadores e, sobretudo, entre empregados e empregadores.

Não obstante, na época de Durkheim, o trabalhador revelava-se um indivíduo embrutecido e isolado em sua tarefa essencialmente mecânica. Se quisermos pensar com Durkheim, as tarefas realizadas pelo trabalhador na indústria moderna não estimularam o trabalho solidário, pelo contrário, isolaram-no do próprio produto que compunha.

“Não se trata somente de que a direção científica de empresas e todas as formas de produção em massa, desde Taylor em diante, tenham demonstrado que o trabalho contínuo e coordenado pode ser incompatível com a solidariedade orgânica. É que tampouco existem bases empíricas para supor que o ‘trabalho se transforma em mais contínuo e ativo à medida que vai se dividindo’, a capacidade do trabalhador aumenta: muito pelo contrário, (...) a intensidade e a continuidade tão características da produção racionalizada vão hoje freqüentemente acompanhadas de uma degradação da atividade funcional do trabalhador enquanto indivíduo” (Lukes, 1984: 177)<sup>42</sup>.

O esquema teórico de Durkheim, no entanto, respondia a estes efeitos da especialização como um processo que fugia à evolução natural daquele organismo social. Assim, não é surpresa o trabalhador não ter compreensão e interesse no que faz, visto que o

---

<sup>42</sup> Assim, “(...) Durkheim colocou todo seu empenho em identificar as formas em que as realidades de sua época se desviavam de um futuro estado ideal de ‘normalidade’, ao invés de aplicar seus esforços no estudo dos ‘fatos concretos da indústria, da administração e do comércio’. Preferia vê-los como fenômenos transitórios e remediáveis” (Lukes, 1984: 177).

que prevalece nesta organização do trabalho são a rotina e as exigências externas à própria realização desta produção.

No entanto, a degradação do trabalhador aparecia em Durkheim como uma exceção que deveria ser contida. O caráter natural da divisão do trabalho poderia, juntamente com as necessárias regulamentações sociais, dar conta de um estado de anomia social. Para tal, a divisão do trabalho deveria desenvolver-se livremente. Ou seja, para que possa desenvolver-se sem ter sobre a consciência humana uma influência tão desastrosa não é preciso moderá-la; é necessário e é suficiente que ela seja ela própria, que nada de fora venha corrompê-la (Durkheim, 1973: 309).

Neste sentido, Durkheim chegou a empregar seu ideal de divisão do trabalho, a partir do ponto de vista do que ele chama de “*normalidade social*”. Nela, os trabalhadores poderiam se correlacionar e ter consciência de suas necessidades; o trabalhador especializa-se, mas detém de maneira consciente as outras atividades que o cercam. Nesse ethos, o indivíduo, para Durkheim, não estaria encerrado em sua tarefa, tanto quanto em seu trabalho.

“A divisão do trabalho pressupõe que o trabalhador, bem longe de permanecer curvado sobre sua tarefa, não perca de vista os seus colaboradores, age sobre eles e recebe sua ação. Este não é então uma máquina que repete movimentos sem perceber a sua direção, mas sabe que [tais movimentos] tendem para algum lado, para uma finalidade que ele concebe mais ou menos distintivamente” (Durkheim, 1967: 365 – grifo meu)<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Ou ainda, “*A divisão do trabalho verdadeira, ‘normal’, implica que o trabalhador não fique curvado sobre sua tarefa, mas permaneça voltado para os que o cercam, influenciando-os e sendo influenciado por eles. Simultaneamente, e por isso mesmo, ele sabe que sua ação tende a um objetivo, do qual vislumbra ao menos os principais contornos*” (Friedmann, 1972: 118).

Entretanto, ficamos em dúvida de qual solidariedade Durkheim falava. Finalmente, esta consciência do processo de produção motivaria o trabalhador na realização de sua tarefa? Como lembra Friedmann, compreender a exterioridade das ações dos operários não tem nenhuma relação direta com o aumento de uma dada motivação do e no trabalho.

Ademais, devemos precisar que a desigualdade social para Durkheim não é um problema. Na verdade, a regulamentação de normas e regras para a consecução da solidariedade orgânica torna-se necessária justamente pela observação dessas desigualdades.

A questão central, em contrapartida, é a de que Durkheim fundamentou a divisão social do trabalho como um elemento de naturalidade da evolução dos homens em sociedade. Nesse sentido, as regulamentações sociais são resgatadas em sua abordagem como uma forma contingente e necessária à funcionalidade do corpo social. Conseqüentemente, já que não seria possível romper com o desenvolvimento das especializações, deve-se, de maneira coercitiva, submeter os indivíduos ao caráter natural dessa evolução.

Segundo a perspectiva de Braverman (1980), existiria um distanciamento da teoria e da prática em Durkheim. A análise do social em Durkheim fundamentar-se-ia a partir de formas objetivas, mesmo que legitimasse elementos essencialmente especulativos. Isto posteriormente deveria formar uma noção ampliada e ideal sobre as relações de trabalho. Assim,

“Ele (Durkheim) continua, a seu modo, evitando resolutamente as condições sociais específicas sob as quais se desenvolve a divisão do trabalho em nossa época, enaltecendo sempre a sua proposição de que ‘o ideal de fraternidade humana só pode ser realizado na razão do progresso da divisão do trabalho’ até que nas últimas

páginas do seu trabalho descobre a divisão do trabalho nas fábricas e escritórios do capitalismo moderno e o batiza como ‘formas anormais’. Mas, (...) quando examinamos essas formas anormais através do mundo, torna-se difícil encontrar um caso nítido de divisão normal do trabalho” (Braverman, 1980: 73 – grifo meu).

Em outras palavras, a tendência de Durkheim em abstrair o contexto concreto definido pelo capitalismo moderno conduz à secundarização do sujeito (trabalhador) e do objeto (divisão social do trabalho) de suas análises, acabando por fetichizar a sua compreensão do ser social determinado histórica e socialmente, o que, na prática, veio a alicerçar cientificamente o projeto político da classe dominante.

### **II.3. - A Base Crítica e os Limites da Sociologia da Alienação**

Dentro de uma perspectiva teórica inovadora, Durkheim deu relevo à tese sobre a centralidade do trabalho. Não seria preciso lembrar que esta definição visava esclarecer os processos de constituição de um “*ser social*”. Logo, percebemos que seu interesse repousava na formação de agrupamentos sociais e de suas formas de consciência dados, sobretudo, pelo adensamento moral das relações sociais.

Entretanto, seus argumentos, no essencial, foram colocados à prova por uma realidade cujas conseqüências, mesmo agregando suas teses sobre a DST, mostraram-se muito diferentes daquelas indicadas por ele.

O processo de trabalho iniciado com a introdução do sistema Taylor alinhava-se a algumas das teses de Durkheim em relação, por exemplo, quanto aos cortes de empregos

desnecessários e à otimização do tempo de trabalho. Contudo, ao analisarmos o conjunto de suas suposições teóricas, vemos que, apesar de ter compreendido corretamente quais as “*anomias*” centrais que afloravam na conjuntura analisada, Durkheim não conseguiu diagnosticar coerentemente suas reais fundamentações.

Quando Durkheim relacionou a necessidade de organização de uma solidariedade social ao estreitamento das atividades funcionais especializadas e, por conseqüência, a sua intensidade produtiva, notou-se que, sob a ótica do sistema Taylor, esta proposição foi reclamada. Contudo, Taylor não o fez em benefício da consolidação de uma solidariedade orgânica, como fundamentou Durkheim, mas sim como meio efetivo de desqualificação da força de trabalho, de intensificação da produção e de um conseqüente aumento do lucro do capitalista.

Com pressupostos semelhantes aos de Durkheim, mas com finalidades aparentemente distintas, Taylor constitui sua teoria sobre os processos de trabalho, avaliando, sobretudo, o ajustamento das tarefas (como componentes de um mesmo trabalho) para intensificar a produção. A “*continuidade*” da qual falava Durkheim nunca foi tão bem aprofundada quanto na aplicação do padrão da O.C.T.

No entanto, a conseqüência imediata dessa atividade funcional contínua serviu muito mais para isolar os trabalhadores individuais do que para relacionar organicamente suas funções e até mesmo os próprios operários.

“Taylor teve entre seus princípios essenciais o de introduzir nas oficinas, simultaneamente com uma divisão muito impulsionada das operações por meio da análise dos tempos, movimentos e da cronometragem, um ajustamento rigoroso e calculado das tarefas entre si, graças às ‘fichas de

instrução’, ao dispatching e ao planning. Todas as formas de trabalho em cadeia são exemplos de operações inacabadas onde a atividade funcional é muito reduzida, sendo, não obstante, contínuas e coordenadas; o que não significa que sejam portadoras de solidariedade orgânica, no sentido em que a entendia o grande teórico da sociologia contemporânea” (Friedmann, 1972: 119).

A divisão do trabalho acabou, ao longo do século, intensificando a produção e diminuindo o conteúdo de cada unidade de trabalho. Como já havia compreendido Marx no século XIX, no século XX a intensificação da produção e o enxugamento dos tempos mortos, seriam imensamente desenvolvidos, na medida em que o operário especializado seria cada vez mais explorado pelo ritmo frenético de trabalho ao qual estava sucumbido. Somada a uma jornada de trabalho preteritamente calculada, a intensidade do trabalho possibilitaria níveis impensáveis de produção. Nas palavras de Friedmann, vemos que:

“O fator *intensidade*, cuja importância não cessou de crescer na indústria ‘cientificamente organizada’, escapou a Durkheim. Tampouco viu que a intensificação das tarefas parceladas se afirma ao mesmo tempo que se degrada a atividade funcional do operário” (Friedmann, 1972: 120 – grifo do autor).

Provavelmente, vista pelos olhos de Durkheim, nossa sociedade seria hoje considerada essencialmente anômica, dado o grau de desqualificação da quase totalidade da classe trabalhadora, ou melhor, a que ela, mesmo resistindo, foi submetida.

Vale enfatizar que a crítica de Durkheim estava ainda presa ao ideal das corporações de ofício. Este autor, tinha em mente, nesse sentido, a necessidade de criar

regulamentações sociais que superassem as formas sociais legadas por essas corporações, pois acreditava que a natureza da divisão do trabalho fosse um elemento positivo do desenvolvimento histórico da sociedade de classes, no sentido em que tentava agregar a essa divisão o ideal de uma consciência coletiva como grande regulador das desigualdades e conflitos sociais.

No entanto, a indústria do século XX desviou-se de qualquer possibilidade de organização de uma solidariedade calcada na DST e na especialização tal qual a conhecemos. Como salienta Friedmann, a DST não seria boa em si. Na prática, ela apenas estabeleceria sua própria capacidade de transformação, já que *“uma das descobertas simultâneas da ciência do trabalho e da indústria do século XX (...) é que a divisão do trabalho deve ser superada”*<sup>44</sup> (Friedmann, 1972: 122).

Na época de Friedmann, o desenvolvimento da técnica reforçaria sua crítica às teses de Durkheim, na medida em que tornava ainda mais penosa a atividade do trabalhador.

Diz ele:

“O intenso e multiforme desenvolvimento do maquinismo não se enquadrou em seus conceitos... Os operários, que trabalham numa cadeia de montagem, não estão ocupados com ‘combinações efêmeras’, com ‘intercâmbios particulares’. As tarefas parceladas, que eles executam, procedem do simples ao complexo, são contínuas, estritamente organizadas e coordenadas pelos engenheiros do setor de Planejamento. E, apesar disso, elas não criam de modo nenhum, por si próprias, uma rede de vínculos permanentes, uma solidariedade orgânica no sentido durkheimiano do termo” (Friedmann, 1972: 122-13).

Para além dessa constatação, o caráter transitório da anomia deveria ser criticado severamente, já que as contradições e os antagonismos revelaram-se não só permanentes, mas, sobretudo, crescentes nas relações de trabalho no decorrer do século XX. O que se constatou, então, foi o caráter insolúvel e contraditório das “*anomias*” sociais, já que, em seu conjunto, só fazem coexistir os antagonismos de classe e as formas de uma cooperação produtiva que fundamentam uma sociedade dividida em classes que se antagonizam.

O desenvolvimento da indústria sobre a qual Friedmann depositava suas pesquisas estaria em dissonância com o desenvolvimento de uma solidariedade nos termos expostos por Durkheim. Segundo Friedmann, o que mais se acentuou em sua época foi a:

“Interdependência comandada pela organização técnica da produção, da racionalização, dos modos de fragmentação das tarefas e isso tanto nas oficinas, nos escritórios, quanto nas firmas modernas de grandes lojas e casas de comércio” (Friedmann, 1972: 123).

A produção foi organizada a partir da interdependência entre tarefas, as quais confluíam, ao final da produção, como partes isoladas de um mesmo produto. Nessa produção cada operário ver-se-ia isolado em seu posto de trabalho, relacionando-se essencialmente com sua máquina, na qual articulava operações que, de antemão, seriam concebidas e passadas a ele por uma lógica exterior. Trata-se, aqui, sob a óptica de Friedmann, de um conjunto de “*tarefas realizadas 'em cadeia', cujo traço distintivo é precisamente o de irem do simples ao complexo e de serem feitas continuamente*” (Friedmann, 1972: 123).

Essa cadeia não estaria, assim, fundamentada em uma estrutura geral da produção, não se identificando a uma solidariedade entre os postos que a compõem. Isto fez Friedmann

---

<sup>44</sup> Sobre a o fim da divisão social do trabalho, ver, por exemplo, Kern e Schumann (1988).

indagar em que medida uma interdependência mecânica poderia gerar uma interação moral entre os trabalhadores, já que a estrutura técnica da organização produtiva obstaculizaria seu próprio desenvolvimento, favorecendo, contrariamente, o surgimento de irritação e de descontentamento entre os trabalhadores.

A obra de Friedmann, como texto crítico, estabeleceu um salto qualitativo em relação às análises pretéritas à dele. Porém, a sua sociologia, como a de alguns de seus contemporâneos, salvaguardava alguns pressupostos que determinaram limites e entraves às suas próprias análises<sup>45</sup>.

Segundo Braverman, Friedmann analisou o taylorismo como uma ciência do trabalho e não como uma forma de gerência do trabalho. Nesse instante, acabou por pressupor, em sua dimensão filosófica, o trabalho em geral. Isto limitou a análise de Friedmann a um universo crítico restrito à dimensão humana da exploração do trabalhador.

“Friedmann trata o taylorismo como se fosse uma ‘ciência do trabalho’, quando na realidade ele pretendia ser uma *ciência do trabalho dos outros*, nas condições do capitalismo. Não é a ‘melhor maneira’ de trabalho ‘em geral’ o que Taylor buscava, como Friedmann parece presumir, mas uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado – isto é, a força de trabalho comprada e vendida” (Braverman, 1980: 85-86 – grifos do autor).

Segundo nossa perspectiva, esses limites seriam estimulados pelo primado das forças produtivas (verificado, sobretudo, nas teses dos Partidos Comunistas).

---

<sup>45</sup> Ver Naville & Rolle (1964), Touraine & Mottez (1964), entre outros.

Informado por uma leitura muito particular do conceito de alienação em Marx<sup>46</sup>, Friedmann fundamentou a necessidade de desalienação do trabalhador a partir da humanização dos processos de trabalho e em um conseqüente retorno à figura do artesão, pensado, sobretudo, como ideal de um trabalhador pleno.

O passo marcante de Friedmann seria, então, o de perceber uma temática conservadora na obra de Durkheim que teria sido, com finalidades distintas, desenvolvida por Taylor.

Essa problematização expõe as bases críticas das teses de Durkheim, mas também as concepções científicas do próprio Friedmann, possibilitando-nos analisar historicamente as fundamentações da sociologia como estudo das relações de trabalho e de produção no capitalismo.

Friedmann destaca que a solidariedade social não é apenas aquela que *“une os trabalhadores que se sentem indispensáveis uns aos outros, ligados por interesses e por um fim comuns”* (Friedmann, 1972: 125). O autor, então, equaciona duas formas de solidariedade presentes em nossa sociedade.

A primeira seria aquela da empresa, objetivamente limitada a um determinado local de trabalho e baseada no princípio da cooperação, ou seja, na integração do trabalhador à ideologia que a fundamenta. A segunda seria a solidariedade operária: aquela que extravasaria os limites físicos da empresa capitalista. Esta última seria a solidariedade que, segundo o marxismo, estaria corporificada na luta de classes.

“O poderoso movimento das ‘relações industriais’ e o das ‘relações humanas’, que hoje o prolonga com outro nome,

tem precisamente a finalidade, permeando cada vez mais de elementos psicológicos a organização científica do trabalho, de aumentar o espírito de cooperação, a solidariedade moral na coletividade-empresa. Nesse sentido obtiveram, sem dúvida alguma, apreciáveis resultados nos Estados Unidos e em certos países europeus” (Friedmann, 1972: 125).

Para além disso, a solidariedade operária descrita por Friedmann ultrapassaria a empresa — ela irrompe com toda a moral e com todas as diferenças de qualificação do trabalho. Essa solidariedade seria fruto da cooperação no seio da jornada de trabalho combinada. Na prática, ela fundamentar-se-ia pela consciência de uma identidade social, estimulada por uma condição material comum, que se constituiria num cotidiano de lutas entre trabalhadores e empregadores.

Percebemos, contudo, que o autor concebeu sua crítica à exploração do trabalhador por um viés humanista, na medida em que fundamentou sua perspectiva da emancipação do homem frente ao capital a partir de um entendimento restrito do conceito de alienação em Marx. Conceito este que acaba por restringir o trabalho imediato a apenas uma experiência individualizada, em certo sentido, desconectada do trabalhador coletivo.

Contrariamente, o humanismo interno às análises de Friedmann prescrevia, quando analisava as possibilidades de construção de uma solidariedade da classe operária, o seu vínculo aos aspectos psicossociais e ao consenso como determinantes na construção de seu ideal de trabalhador.

---

<sup>46</sup> Esta leitura particular estaria baseada, sobretudo, nos primeiros escritos de Karl Marx, entre os quais podemos citar os *Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844* (1968) e a *Ideologia Alemã* (1993).

#### II.4. - Forças Produtivas e Determinismo Tecnológico na Sociologia do Trabalho

Em diálogo com a perspectiva de Friedmann, a análise dos processos de trabalho ganha, nos anos finais da década de 1960, uma dimensão teórica respeitável. O avanço tecnológico e a rapidez com que este avanço era efetivado vieram fundamentar as teses mais efervescentes na sociologia do trabalho.

O debate em torno desta questão foi ao longo das décadas de 1960 e 1970 amplamente discutido, tornando-se, nesse sentido, um tema central às análises das relações de trabalho no capitalismo. Nesse bojo teórico, o livro de Serge Mallet, *La Nouvelle Classe Ouvrière* (1969), aparece como uma das obras mais marcantes.

Preocupamo-nos aqui em discutir as concepções centrais da sociologia do trabalho a partir da análise de Mallet, além de avaliarmos em que medida o debate no qual ela se inseriu resgataria aquele da centralidade do trabalho do começo do século e, para além disso, anteciparia o debate sobre a sua não centralidade na atualidade.

Ao criticar as correntes centrais da sociologia do trabalho, Mallet volta-se, singularmente, para a refundação de uma concepção marxista que deveria ultrapassar uma análise tipicamente ortodoxa do movimento operário francês.

Debatendo com uma ortodoxia influenciada sobretudo pelas teses do Partido Comunista Francês, calcadas em particular na idéia da primazia das forças produtivas, Mallet indicou o surgimento de um novo segmento revolucionário, ligado às novas formas de produção difundidas pela última geração de indústrias à sua época, como elemento de ruptura com as teses por ele entendidas como tradicionais da sociologia do trabalho.

Segundo ele, o rompimento com a perspectiva dogmática do PCF seria o primeiro passo para a consolidação da ação revolucionária, de uma nova cultura socialista. Nesse sentido, encaminhou sua análise sobre as relações de trabalho que surgiram com a automação no sentido de determinar o aparecimento de um segmento operário supostamente revolucionário.

Ligados aos setores mais desenvolvidos da produção, esse segmento revolucionário (os operários polivalentes) poderiam, segundo Mallet, a partir da aquisição do conhecimento técnico e científico que estes setores proporcionariam, alavancar um novo momento da luta de classes e, assim, definir uma ação coletiva dada, sobretudo, pelo seu compromisso com o progresso tecno-científico da sociedade.

Ao indicar a postura ideológica do Partido Comunista Francês como ultrapassada e conservadora, o autor introduz a hipótese de que a nova classe operária teria, diferentemente de outros interesses corporativos e individualistas, um compromisso apenas com o progresso em geral. Diz ele:

“Assim vemos aprofundar-se e precisar-se a situação absolutamente original da classe operária no interior do mundo capitalista: diferente das classes médias tradicionais, ela não tem nada a defender que não seja seu próprio bem, seu domínio, seu ‘avoir’; ela não tem a escolha entre uma ação de caráter *poujadista*, isto é, a reivindicação ilusória de um retorno a uma situação passada melhor, e uma ação de caráter realmente revolucionária, que leve em conta as necessidades do futuro. Uma única via está aberta à sua frente, aquela do progresso” (Mallet, 1969: 27).

Assim, a constituição de uma estratégia operária, neste contexto de reordenação das relações de trabalho e de valorização da politecnicidade, seria mais do que necessária. A redefinição do conjunto de reivindicações da classe trabalhadora deveria dar sustento a essa nova classe que surgiria questionando a velha fórmula classista defendida pelo PCF, a saber, de um movimento operário baseado no operariado tradicional (Mallet, 1969: 27-33).

Utilizando-se da proposição de que existiriam vários “*segmentos de classe*” engajados no movimento operário, Mallet mostra a necessidade de repensar a classe trabalhadora, articulando a possibilidade de uma unidade entre essas várias frações da classe trabalhadora. Não obstante, a possibilidade de conferir uma homogeneidade sociológica ao conjunto da classe trabalhadora seria descartada por Mallet.

Na prática, a tentativa de se estabelecer uma unidade seria a principal decorrência das teses de Lênin à época da Revolução de Outubro<sup>47</sup>. Lênin afirmou, segundo Mallet, a existência de uma unidade de classe baseada, sobretudo, no perfil do desenvolvimento ainda primitivo do industrialismo soviético, acrescido à sua condição semifeudal. Nesse sentido, o partido bolchevique, arrogando-se uma possível consciência exterior à classe operária, respondia por ela, qualificando-a a partir de um conceito de classe que se distinguiria de qualquer verossimilhança sociológica ao se examinar as relações sociais no seio da indústria soviética. Como nos lembra Braverman,

“Se a velha Democracia Social tendia a ver o modo de produção capitalista como uma empresa imensamente poderosa e bem sucedida com a qual era preciso conciliar, os comunistas tendiam a vê-lo com igual admiração como uma fonte da qual era preciso aprender e obter, e que teria de ser

---

<sup>47</sup> Ver Balibar (1976).

imitada se a União Soviética quisesse nivelar-se ao capitalismo e lançar as bases para o socialismo” (Braverman: 1980: 22).

A formação social da época da Revolução de Outubro caracterizar-se-ia como um momento singular da luta de classes. A noção de classe social de Lênin e a sua concepção sobre a relação entre forças produtivas e relação de produção é a base para a reflexão sobre o conjunto de transformações que se configuram após a incorporação do taylorismo ao cenário soviético.

Ao recorrer à URSS e às formulações de Lênin quanto à unidade da classe trabalhadora, Mallet teria a intenção de desqualificar as formas tradicionais de resistência operária para então caracterizar o que entende como sendo a mais recente e mais eficaz forma de luta operária.

Assim, para Mallet, tanto na URSS da época da Revolução de Outubro, como em outros países onde o partido comunista não dava base ao movimento operário e onde a assimilação de um conteúdo místico da classe operária não foi socializada, as formas de luta não se ligariam apenas ao “*segmento*” tradicional da classe trabalhadora. Já em países como a França, onde o Partido Comunista tinha uma tradição junto ao movimento operário, a situação caracterizou-se a partir das matrizes do marxismo ortodoxo.

A particularidade da análise de Mallet repousaria em uma tentativa, estimulada por experiências históricas negativas, de mostrar a necessidade de superação de uma luta revolucionária centralizada no trabalho e no trabalhador tradicional.

“Na prática da luta de classes, os comunistas franceses não caíram jamais no aventureirismo que engendra

inevitavelmente o desdém das condições concretas nas quais evolui a classe operária. Porém, eles sempre provaram as mais sérias dificuldades para analisar concretamente essas condições e para tirar daí as lições para a elaboração de uma estratégia ofensiva” (Mallet, 1969: 26).

Assim, tanto no caso francês, como de maneira ampliada, o marxismo deveria compreender o papel da classe trabalhadora como constituidora de uma nova forma de vida e de novas relações de trabalho, ou seja, portadora de um papel essencialmente revolucionário. No entanto, esse pressuposto levou muitos autores marxistas a inferir a impossibilidade da formação de um grupo diferenciado e reivindicativo naquele período.

Nesse sentido, Mallet conclui que não seria possível a um “segmento” da classe operária, senão aquele do operariado tradicional, desenvolver uma ação substancialmente contrária aos interesses gerais do partido comunista de acordo com certas posições dogmáticas do marxismo. Assim, sua crítica parte do que ele nomeia “*subjativismo partidário*”, que viria desfigurar o sentido do marxismo e que, na prática, acabou por desinformar e fazer confundir dogmatismo com rigor ideológico.

No período entre guerras, a sociologia do trabalho afastou-se desta questão. Esse desapego pode ser caracterizado pelo pouco ou nenhum conhecimento de textos, como os de Antonio Gramsci, acerca das estruturas de organização do trabalho. Nesse sentido, os trabalhos de Georges Friedmann e Pierre Naville caracterizaram uma expressão de ruptura entre a sociologia do trabalho e o movimento operário e sindical.

O triunfo do subjativismo stalinista em grande parte do movimento operário mundial deixou o marxismo desarmado para responder à evolução das sociedades industriais nos países do ocidente. O marxismo, para Mallet, apesar de ter sido considerado como uma

“*idéologie officielle*” obstava-se de ser utilizado, primeiro, como método analítico e, segundo, como fundamento de classe estruturado a partir de uma vontade emancipadora.

Em resposta ao dogmatismo difundido pelos partidos comunistas, as concepções positivistas e empiricistas americanas acabariam por se impor a uma leitura marxista, em grande parte pela incapacidade do marxismo “*oficial*” em entender e integrar as mutações dos processos técnicos de produção às novas formas de regulação do trabalho e de confronto entre o operariado e a organização capitalista do trabalho.

O primado das forças produtivas teria sido, nesse contexto, o eixo da corrente produtivista na sociologia do trabalho. A tecnologia, nesse sentido, determinaria as relações de produção e, por conseqüência, dissolveria a classe trabalhadora em inúmeros grupos com posições sociais muito diferentes. Isto ocasionaria a impossibilidade de se estabelecer um interesse coletivo no seio da classe trabalhadora.

Assim, os pressupostos que englobaram essa conclusão tornaram possível o aparecimento de muitas pesquisas fundamentadas em análises minuciosas dos  *fatos*, o que, na prática, estruturou toda uma corrente de cunho empiricista.

Em Talcott Parsons, diz Mallet (1969: 31), podemos ver que a soma das relações dos indivíduos seria determinada por normas de “*eficácia*” e de “*competência*” sabidamente calcadas na sociedade americana da época e, singularmente, marcadas pela constituição de um indivíduo apto a integrar-se ao mercado.

Assim, Mallet afirma que, tanto para Parsons como para os funcionalistas, existiria uma correspondência entre uma situação de equilíbrio e o choque do capitalismo individualista caracterizado por suas organizações sociais. No entanto, esse desequilíbrio seria a expressão da adaptação dos indivíduos isolados das estruturas sociais. A adequação inexorável do

indivíduo à sociedade, característica de uma perspectiva durkheimiana calcada na noção de anomia social, faria Parsons rejeitar a noção de “*desvio*” entre as formas pré-capitalistas e aquelas que constituiriam a ordem social atual.

Segundo Mallet, Robert Merton, dentro do mesmo debate, indica que a noção de funcionalidade e disfuncionalidade não explicaria

“ (...) os processos de adaptação da sociedade que, dentro de estruturas relativamente abertas e permitindo a mobilidade, exprimem, como dados técnicos, a crença ingênua dos maiores sociólogos americanos quanto à perenidade do seu sistema social” (Mallet, 1969: 31).

Para Mallet, não se trata de reiterar o funcionalismo, mas de identificar em que esses autores contribuíam na universalização de teses baseadas em pesquisas estatísticas e que por isso se proclamavam mais verossímeis.

Para Herbert Marcuse, por exemplo, o método empírico poderia transformar-se em aceitação de uma realidade apenas aparente:

“Por causa de sua limitação — que reside no fato de que seu método recusa utilizar conceitos transitivos (...) — a análise que descreve os fatos os apreende de um modo limitado e torna-se um elemento da ideologia que sustenta os fatos. Esta sociologia que afirma que ela encontra sua norma na realidade social existente fortifica nos indivíduos uma ‘fé sem fé’ na realidade da qual eles próprios são vítimas” (Marcuse, 1964: 144).

Como uma segunda resposta a esse dilema, vários jovens pesquisadores criticaram essa corrente, já que nela não estavam presentes a “*contradição social*” e o conceito de

“*consciência possível*” à custa de um método fundamentado em questionários estatísticos (Mallet, 1969: 29).

Ao fundamentar a “*sociologia da ação*”, Alain Touraine admitiu que “ (...) o movimento operário manifesta as exigências do sujeito histórico na sociedade industrial” Ou ainda:

“A ação sindical se inscreve no processo geral de superação das relações de classe e por conseguinte contribui para fazer aparecer um tipo de sociedade em que, em princípio, se manifesta a consciência criadora e sua exigência de considerar toda realidade social como produto do trabalho, isto é, da ação social” (Touraine, 1965: 345).

Entretanto, o sujeito histórico que Touraine indicou acabaria por sucumbir a uma direção tecnocrática, a qual estabeleceria negociações semelhantes àquelas da direção capitalista.

“Sob múltiplas formas, esta teoria da evolução do movimento sindical em uma instituição que assegura uma função específica na sociedade industrial e que contribui para a sua capacidade de integração de todas as tensões e contradições dominou largamente a sociologia industrial americana e se difundiu largamente na Europa” (Mallet, 1969: 30).

Ainda que tentando fugir das teses da sociologia industrial, as teorias funcionalistas apoiavam-se nos ideais do progresso científico. Na verdade, a sociologia industrial poderia, segundo Mallet, ser considerada como uma versão mais conservadora da

sociologia industrial, na medida em que conservava uma postura sistêmica da mudança, a saber, como fruto de desvios sociais.

Em síntese, Mallet nos diz que a rejeição de uma perspectiva histórica da totalidade social, como também, de classe teria como finalidade estabelecer a construção de um ideal que fundamentaria uma suposta coexistência social pacífica.

A sociologia americana, em certa medida, fundamentada no positivismo, articulado a uma vontade social que mascararia os conflitos sociais, deu vazão ao projeto das classes dirigentes, traduzido por Mallet como “*sonho americano*”<sup>48</sup>.

Existiria, assim, uma coexistência pacífica nas altas esferas da sociologia que colocar-se-ia, em contraposição, a necessidade imediata de combate a esta sociologia e a este comando social tecnocrático. Segundo Mallet, isto poderia ser realizado a partir da divulgação teórica e sistemática dos “*novos organizadores da produção*” como meio de redefinição de uma condição social, que introduziria, assim, a dialética marxista à sociologia dos fatos: “*É uma das condições da elaboração de perspectivas do socialismo face às realidades do capitalismo de organização*” (Mallet, 1969: 33)<sup>49</sup>.

No escopo desse embate teórico duas correntes da sociologia do trabalho ganham, nas décadas de 1960 e 1970, peso e têm a possibilidade de aprofundar suas hipóteses centrais.

Corroborando com uma linha explicativa iniciada por Durkheim e depois criticada e superada por Friedmann, André Gorz teve condições objetivas para salientar quais deveriam ser os meios de luta política e os sujeitos revolucionários mais qualificados para a chegada ao socialismo.

---

<sup>48</sup> Isso nos remete ao debate sobre a crise do fordismo. Ver, por exemplo, Annunziato (1989), Clarke (1991), entre outros.

<sup>49</sup> Esse tema também nos remete contemporaneamente às discussões de Offe (1989).

A noção de um trabalhador pleno e consciente de todo o processo produtivo volta à baila, não mais na tentativa de regulamentar as relações de trabalho almejadas por Durkheim, nem tampouco para humanizar tais relações contempladas por Friedmann, mas para fundamentar o caráter revolucionário da especialização e da qualificação profissional.

Estas qualificações profissional e política estavam na ordem do dia caracterizadas pela obra de Serge Mallet *A nova Classe Operária*. Em síntese, esta nova classe surgiria de uma necessidade técnica dentro do processo produtivo. Os desdobramentos da estrutura produtiva especializariam e acabariam por capacitar um “segmento” da classe trabalhadora de elementos técnicos superiores, os quais forjariam um sujeito revolucionário em si.

O termo “novo” — da nova classe operária — pode aqui, de outro modo, ser precisado em seu duplo sentido. No primeiro, ele agrega a idéia de que abrangeria ocupações que são novas, no sentido de que foram recentemente criadas ou ampliadas; no segundo, de seu próprio léxico, suposto avanço e ‘superioridade’ em relação às antigas ocupações e formas de mobilização e reivindicação trabalhistas (cf.: Braverman, 1980: 33).

A diferença entre o velho e o novo viria, portanto, de que o trabalhador qualificado (especializado) seria superior politicamente ao trabalhador manual inserido em uma suposta velha classe operária.

Sua capacidade de vender-se mais produtivamente ao capital lhe daria, nesse sentido, a aptidão de desconstruir internamente as relações de produção que ele mesmo reproduz.

O debate extremamente frutífero em relação às formas de superação do capitalismo e a eleição de um sujeito revolucionário apto às novas formas de produção, relacionadas, sobretudo, ao desenvolvimento técnico e científico dessas formas, foram

largamente desenvolvido por Serge Mallet e André Gorz nas décadas de 1960 e 1970. Estes autores em seus escritos mais inquietantes sintetizam e aprofundam as hipóteses que aqui buscaremos questionar.

SEGUNDA PARTE

DETERMINISMO TECNOLÓGICO E HUMANISMO CIENTÍFICO: AS  
EXPRESSÕES CONCRETAS DO REDUCCIONISMO ANALÍTICO

### CAPÍTULO III – DISCURSO REFORMISTA E IDEAL REVOLUCIONÁRIO: OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE ANDRÉ GORZ E SERGE MALLET EM 1960/70

Na virada da década de 60 para a de 70 a classe trabalhadora ganhou força política tanto na Europa quanto nos EUA. As relações de trabalho foram organizadas no sentido de viabilizar a incorporação das inovações tecnológicas e organizacionais à produção. Isto trouxe como consequência a necessidade de formar trabalhadores tecnicamente qualificados e imprescindíveis às indústrias de processo, o que acabou por favorecer as lutas políticas de um setor específico da classe trabalhadora.

No braço de ferro com o patronato, a “*nova classe operária*” foi vista como uma vanguarda e possível direção do movimento de luta contra o capitalismo, fortalecendo suas organizações políticas e sindicais. Isto acabou por estabelecer uma nova relação de forças entre patrões e trabalhadores, ocasionando, no campo da teoria, uma aparente redefinição nos termos das discussões sociológicas<sup>50</sup>.

Formou-se, assim, um debate (teórico) em torno das categorias analíticas referentes ao trabalho, como também, de seus desdobramentos epistemológicos. Revigoradas pelo surgimento do operário polivalente, foram traçadas estratégias teóricas de luta contra o patronato que, na prática, determinaram a sua qualidade e sua viabilidade revolucionárias<sup>51</sup>.

Nesse contexto, surgiram várias teorias sobre as transformações sociais em curso, sobre as políticas partidária e sindical que se redimensionavam no interior da classe trabalhadora, sobre os rumos políticos dessa classe, e também sobre as causas que levaram a

---

<sup>50</sup> Na prática, os pressupostos da S.T. são simplesmente reeditados. A tradição reformista não é rompida, a idéia de esgotamento da sociedade capitalista é considerada inevitável e a perspectiva de superação desta pela evolução natural das forças produtivas é ainda um dos principais pressupostos das análises da esquerda, haja visto, sobretudo, as teses defendidas pelo PCF.

classe trabalhadora, ligada sobretudo às indústrias modernas, a um novo patamar de negociações e reivindicações socialistas, caracterizando uma certa expansão política desta classe trabalhadora.

Com a automação, dois tipos de trabalho (e, por extensão, de trabalhador<sup>51</sup>) foram colocados em discussão pelo debate sociológico. O primeiro foi o chamado trabalho tradicional, muitas vezes relacionado ao trabalho essencialmente manual e ao operário preso à linha de produção. O segundo, consagrado pela automação, foi o trabalho tecno-científico que, segundo Mallet, sintetizava, em um novo tipo de trabalhador, novas formas de luta advindas das novas relações de trabalho e de produção impulsionadas pelas transformações do cenário industrial.

Atentos às transformações do setor produtivo, a maioria dos pesquisadores considerava o operário tecno-científico como filho pródigo e como síntese de um ideal de luta revolucionária. Em suas mais variadas nuances, o operário polivalente, “*não mais embrutecido pela alienação*”, foi, por fim, relacionado à figura do mestre artesão.

Para Gorz, em *Estratégia Operária e Neocapitalismo* (1968a), existiriam duas grandes questões que poderiam se dissolver na relação de subordinação entre trabalhadores e capital. A evolução das técnicas produtivas aliada à possibilidade de preenchimento das necessidades materiais fundamentais poderiam, na medida em que o indivíduo fosse liberado da pressão de buscar incessantemente sua própria sobrevivência física, tornar-se, como tendência natural do próprio trabalho, a *praxis* criadora da sociedade socialista.

---

<sup>51</sup> Ver Gorz (1968a e 1968b) e Mallet (1969).

<sup>52</sup> Vale dizer que no debate que se forma nas décadas de 60 e subseqüentes o trabalhador foi, na maioria das vezes, relacionado ao seu posto de trabalho. A figura do trabalhador e toda sua subjetividade ficavam sobredeterminadas ou até negligenciadas pela atividade que este trabalhador exercia dentro do processo

“No trabalho de equipe de trabalhadores qualificados e iguais que se organizam, eles próprios, em função de uma tarefa cujo modo de execução não lhes pode ser ordenado, essa *praxis*-sujeito não é mais subordinada (não-essencial) em relação ao objeto: é atividade soberana de autoregulação, em vista de um objeto que reflete sua liberdade ao grupo e o confirma nela. O trabalho é então tomado, imediatamente, como sendo, não apenas a produção de uma coisa predeterminada, mas como sendo primeiramente, a produção de uma relação dos trabalhadores entre si. E estes, em virtude da divisão social e mesmo internacional do trabalho, encontram-se em comunicação (infinitamente mediatizada, mas sensível contudo) com o mundo inteiro” (Gorz, 1968a: 123 – grifos do autor).

Dentro dessa tendência, a chamada nova classe operária foi idealizada como o sujeito da batalha final contra o capitalismo monopolista. Adaptada ao estilo de vida que a automação impôs à sociedade e privilegiada pelo conhecimento estreito que tais transformações lhe forçaram a ter, a vanguarda de operários técnicos estava apta a negociar melhores condições de trabalho e de remuneração salarial.

Graças à sua ampla capacidade em condensar conhecimentos gerais sobre o mercado e sobre a sociedade, haja visto sua atual formação técnica e profissional (cf.: Mallet, 1969), a nova classe operária, pressuposta a partir desse tipo de trabalhador, estaria capacitada a organizar ativamente o processo de produção e a exercer uma multiplicidade de tarefas operacionais, mas, para, além disso, a liderar a ação política reivindicativa da classe trabalhadora no próprio território do capital.

No jogo contraditório do processo de reestruturação da produção, em que, de um lado, a automação parecia ter forjado um possível messias da classe trabalhadora e que, de outro, existia o claro interesse por parte do capital em criar condições para o desenvolvimento das indústrias modernas, uma problematização central deve ser analisada, a saber, a de que os pressupostos e as proposições acerca do “mundo do trabalho” na sociologia do trabalho em questão adequaram-se às atuais formas do conflito classista, ditadas em sua quase totalidade, por prerrogativas dadas pelo desenvolvimento tecnológico e por interpretações superficiais das atitudes políticas do operariado.

Traduzida como uma evolução natural das forças produtivas na sociedade capitalista, a automação tornou-se, à sombra da *nova classe operária*, uma questão chave para a sociologia do trabalho da época.

As análises de chão de fábrica fundamentaram no meio acadêmico inúmeras hipóteses sobre os caminhos, causas e conseqüências da nova agenda trabalhista. Ganhando peso político, fundamentação científica e base teórica, o caminho das pedras para a revolução socialista foi, então, repensado.

A situação de mercado desses novos agentes produtivos, ou seja, o nível de vida e de salários da classe trabalhadora eram suficientemente compensatórios para colocar em curso qualquer tipo de ação revolucionária (cf.: Gorz, 1968a: 28).

Entretanto, a questão motriz deveria ser outra, a saber, a constituição de uma consciência de classe ulterior, que ultrapassasse as dimensões apenas econômico-corporativas.

Para isso, o “*climat*”<sup>53</sup> que impulsionou por muito tempo as greves das indústrias tradicionais deveria ser substituído por uma luta política “*racional e coerente*” (cf.: Mallet, 1969: 89).

A questão da apropriação dos meios de produção, mediada pela questão salarial, parecia ser o grande gancho para apontar esse grupo de operários como uma vanguarda revolucionária. De um lado, Mallet mostrava que a apropriação dos meios de produção pela nova classe era a expressão da formação de um novo tipo de trabalhador, com conhecimentos sociais que lhe permitiram estabelecer, pautado em valores científicos, uma estratégia de luta e de possíveis negociações trabalhistas. De outro, Gorz fundamentou suas teses nas noções de “*miserabilidade e de tolerância sociais*” quanto ao sistema capitalista (cf.: Gorz, 1968a: 27-41). A pobreza crônica daria, dessa forma, lugar a uma nova condição sócio-econômica que não determinaria mais uma política revolucionária.

Nessa perspectiva, diferentemente dos tempos de Karl Marx, no qual a miséria predeterminaria e impulsionaria a necessidade da superação do capitalismo, agora os salários retirariam a população dos níveis insuportáveis de pauperização, afastando a idéia de uma ruptura estrutural com o capitalismo e, com isso apontariam, ao contrário daquela época, para sua estratificação, integração e “aburguesamento”.

A sociedade socialista só poderia ser pressuposta se houvessem condições que forçassem os indivíduos a realizá-la. Daí a necessidade da criação de uma sociedade com o mínimo de possibilidades de sobrevivência e como um lugar de racionalização, talvez científica, da mudança.

---

<sup>53</sup> Do ponto de vista de Mallet, esse “*climat*” seria a representação das lutas da classe trabalhadora notabilizadas pelos operários tradicionais. Existiria, assim, um sentimento que impulsionaria este setor à luta. Entretanto, este sentimento não estava relacionado a uma consciência política estruturada, mas sim a uma consciência advinda de um desentendimento individualizado com o seu próprio trabalho, o que impossibilitaria a consecução de qualquer estratégia de luta política que rompesse estruturalmente com a sociedade capitalista.

Assim, Gorz sintetizou suas pretensões revolucionárias numa “*sociedade neocapitalista*”, como um lugar de fundamentação estrutural da sociedade socialista. A partir da busca do consenso, já que naquele momento as relações sociais se reorganizavam e se estruturavam em torno de um consumismo que conduziria as necessidades reais e inquestionáveis a segundo plano, a condição de vida dos indivíduos isolados foi assinalada por Gorz como uma questão tolerável; mas também, como síntese de pretensões imediatas, que não colocariam à prova a estrutura do modo de produção capitalista.

Considerando os progressos tecnológicos e, para além disso, a capacidade do capitalismo de absorver as reivindicações trabalhistas, a determinação revolucionária estaria por ser ainda constituída. A ordem do dia estava, nesse sentido, subordinada à construção de um novo lugar, o lugar da criação de uma nova sociedade: um simulacro socialista.

As abordagens teóricas de Gorz e Mallet se posicionaram neste período tendo em comum a necessidade de enfatizar a “*cautela*” que as novas formas da luta da classe trabalhadora deveriam assumir.

A automação e o surgimento de um grupo do proletariado intelectualizado colocaram à luz do dia algumas prioridades na pauta da estratégia política do proletariado. “*Conciliação*” e “*negociação*” podiam melhor exprimir os termos desse novo momento da luta de classes.

Assim, a estratégia seguida estaria calcada em uma opção forçada, já que não existiria nenhuma condição que determinasse uma situação revolucionária, seria imprescindível negociar e cada negociação com o patronato deveria ser vista como uma vitória momentânea rumo ao socialismo.

No conjunto de hipóteses lançadas por estes autores, vemos, ao menos duas, como fundamentais: a negociação como única e mais eficaz arma da classe trabalhadora e a passagem pacífica ao socialismo como caminho possível, garantido pela “*coerência científica*” das reformas encaminhadas pelos trabalhadores politécnicos.

Nestes termos, a revolução socialista não era mais uma questão central aos movimentos da esquerda. As condições de vida e de salário diminuíram consideravelmente a miserabilidade da população e com isso as possibilidades concretas de superação do capitalismo.

O conjunto de operários qualificados pelas empresas aparecia, assim, à sociologia do trabalho como uma *intelligentsia* do proletariado, que deveria levar a cabo a luta política e econômica da classe trabalhadora, ao criar novas bases políticas para o florescimento do socialismo.

Neste quadro teórico pitoresco ou mesmo ilusório de ruptura sem conflito, de avanço político do proletariado sem negação da ordem, estavam imersas as teses de André Gorz (1968a e 1968b) e Serge Mallet (1969 e 1971). Neste quadro, o tema, o protagonista e o lugar de combate ou de negociações políticas estavam definidos. Eram eles respectivamente: a reforma, a nova classe operária e o “neocapitalismo”.

Se, por um lado, Mallet enfatizou suas esperanças quanto ao caráter revolucionário da “nova classe operária”, por outro, Gorz condicionou a outras variáveis analíticas suas expectativas revolucionárias. De formas diferentes, mas utilizando-se de uma mesma matriz teórica, por vezes mal solicitada, tais autores submeteram a história a uma análise continuísta da evolução humana.

Finalmente, o discurso se fecha no momento em que a estratégia de negociação deveria pautar-se em fundamentos científicos. A ciência, para além de qualquer ideologia e de qualquer modo de produção, seria a base para a superação do capitalismo ou mesmo a luz no capacete do minerador. Assim, e a partir de uma percepção positiva da ciência e da técnica, um discurso reformista foi construído, determinando o compromisso e a negociação como questões chave e, para além de verdadeiras, necessárias à superação social do capitalismo.

Mallet, mas sobretudo Gorz, criaram um universo teórico caracterizado por limites muito bem definidos. A sua veicidade no tratamento da evolução da técnica e da ciência teve e ainda tem grande influência no marxismo de tipo etapista. Na prática, a descrição dos processos de trabalho e das transformações que estes sofreram estão relacionadas a uma leitura particular própria à esquerda marxista ortodoxa e principalmente aos partidos comunistas tradicionais.

Retiramos dessa leitura duas perspectivas centrais: por um lado, uma tendência romântica e, por outro, uma racionalidade determinista. Romântica, por conceber um ideal de trabalhador e de “*homem humano*” que, mediatizado pela técnica, impõe um modo de vida alheio e opressor à sua própria “*individualidade humana*” (cf.: Gorz, 1968a: 96-101 & 118-127).

Ao longo do século XX o trabalhador teria tomado contato com uma progressiva especialização e parcialização de seu trabalho, que o colocou em uma condição social de desumanidade. As indústrias taylorizadas seriam, assim, o grande núcleo de subversão dessa “*condição humana*” do trabalhador. Em consequência, estes trabalhadores reproduziriam socialmente uma passividade política e uma alienação do trabalho insuportáveis. Justificar-se-

ia, portanto, a necessidade do retorno ao mestre de ofícios, examinado como um trabalhador pleno, como ideal de trabalhador não alienado (cf.: Mallet, 1969: 53-54 e 73-74).

A humanidade nata que este homem idealizado por Gorz e Mallet teria é romântica no sentido que advém de um homem que não existe. Na verdade, ele nunca existiu. É fruto de uma concepção que corrobora uma natureza humana, na figura de um homem genérico, alheio à sua própria história: a história da luta de classes.

Gorz busca humanidade onde não há. Enfatiza a criação epifânica de um homem realmente humano, contudo não a considera como uma criação do próprio homem, dentro de condições sociais historicamente dadas.

Segundo ele, ela deveria ser aproveitada. Ela está dada no processo que há muito foi entendido como inexorável: o avanço das forças produtivas. Nele estaria o bonde para se chegar a esse "*homem humano*" (cf.: Gorz 1968a).

Já o determinismo dessas análises provém de uma interpretação singular da natureza do trabalho, da produção e da cultura capitalistas. É sobre isso que essa parte do texto tratará, a saber, da interpretação de Gorz e Mallet sobre as relações de trabalho e de produção no capitalismo nas décadas de 1960 e 70.

De suas obras, distintas em vários aspectos, muitas questões ressurgem no debate teórico da atualidade. Talvez com outra roupagem, talvez com outra ênfase, esses elementos teóricos são passíveis de serem indagados, já que podem expor de forma intransigente as origens do debate sociológico que viria a se desenvolver nas décadas subsequentes, apontando, assim, para a necessidade da crítica aos fundamentos políticos que os sustentam em distintos períodos como a de 1960/70 e a de 1980/90.

Enfim, as premissas utilizadas por André Gorz e Serge Mallet parecem florescer em outra medida nas décadas de 1980 e 90. Atentos às teses de Gorz, perceberemos como elas serão desenvolvidas, a fim de tornar evidente como a base reformista de seu discurso ainda hoje lhe é presente.

Tendo as obras *Estratégia Operária e Neocapitalismo* e *La Nouvelle Classe Ouvrière* como textos centrais de nossa leitura, faremos a exposição crítica do debate sociológico que se desenvolveu nas décadas de 1960 e 1970, refletindo como a sociologia do trabalho diagnosticou as causas e as conseqüências da automação, na medida em que reforçou os ideais de progresso técnico e de evolução natural das forças produtivas frente ao avanço político dos operários tecno-científicos no interior da classe operária.

### **III.1. - Do “*Climat*” às Greves Científicas**

A teoria sociológica, com a reviravolta causada pelas “mutações” dos processos de trabalho, viu-se forçada a redefinir seus objetos de análise: o conceito de trabalho foi, dessa forma, repensado. Sua natureza, as formas de organização política ligadas a ele e as estratégias de lutas políticas ganharam outros encaminhamentos teóricos e práticos.

Para equacionar as elaborações teóricas acerca daquelas “mutações” da esfera produtiva, foram postos em questão dois momentos históricos que, segundo a sociologia do trabalho, expressavam, de maneira distinta, duas formas de trabalho condicionadas a um determinado tipo de indústria.

Segundo essa perspectiva, a indústria moderna automatizada estava em ruptura com a indústria tradicional (mecânica/de montagem) mas, para além disso, o trabalho e o

trabalhador dessa nova empresa também se diferenciariam. Essa ruptura teve propagações teóricas, na medida em que novas formas de luta política, como também de organização sindical e partidária, foram se desenvolvendo.

Nesse sentido, tanto Gorz quanto Mallet relacionaram as conjunturas sociais da indústria taylorista-fordista com a indústria moderna, tentando com isso mostrar suas diferenças mas, sobretudo, o caráter emancipador da segunda conjuntura.

Sindicalismo, greves, formas de luta trabalhistas em geral e a organização do movimento operário são analisados com a intenção de justificar a coerência das negociações entre o patronato e a nova classe operária.

No início do século XX na França, muitas organizações sindicais rivalizavam-se em busca da direção do movimento operário. Segundo Mallet, estas organizações tinham duas prerrogativas comuns: a primeira era a do socialismo como forma de sociedade possível e a segunda era a do ideal de reapropriação dos meios de produção que, na prática, seria a grande ambição do sindicalismo na época (cf.: Mallet, 1969: 54).

A unidade política dessas organizações de combate estaria vinculada a uma homogeneidade profissional e a um ideal de reapropriação dos meios de trabalho da classe trabalhadora. Porém, a organização política da classe era deficitária. Sua estratégia fundamentava-se em agitações e levantes contra um inimigo fictício, que, por muitas vezes, foi relacionado à maquinaria utilizada na produção.

A greve, como extensão dessa discordância, tomava, assim, um caráter tenso. As reivindicações, na maioria das vezes por salários, acabavam por afirmar a indignação de cada operário contra aquela estrutura produtiva.

Em seu conjunto a greve era vista como expressão de um movimento condicionado pela sua temperatura, por seu "*climat*" e não por questões firmadas por estudos mais sérios sobre seu próprio significado, como o de suas estratégias políticas (cf.: Mallet, 1969: 88-89).

Para nós, a ênfase que os autores deram à espontaneidade das lutas dos trabalhadores revelava, na prática, uma tentativa de condicioná-las a uma leitura específica. A relação requerida tentou anacronicamente dissuadir o tipo (como se não houvesse outro) de greve ligada às indústrias tradicionais em benefício das lutas trabalhistas inauguradas com a automação, o que se justificaria pelo caráter científico dessas lutas.

O principal gancho para a sociologia do trabalho das décadas de 1960/70 foi o de ideal de confiança recíproco dos agentes da produção. Do começo do século até por volta dos anos cinquenta, a homogeneidade profissional garantiria uma conseqüente identidade política e, para além disso, uma forte unidade entre os membros da classe trabalhadora, mesmo que estivessem à mercê de uma estrutura produtiva imposta e a eles alheia.

Com a especialização do trabalho essa identidade foi se enfraquecendo cada vez mais. Segundo Mallet, a hierarquia profissional e as relações de trabalho deixaram de ser "*relações humanas*". Assim, o caráter pessoal instalado na antiga produção foi eliminado, dando lugar à impessoalidade que acabou por imperar no interior do processo de produção. Por conseguinte, quanto "*(...) mais numeroso é o coletivo operário, maior é o isolamento de cada operário em sua máquina*" (Mallet, 1969: 62).

Neste contexto, em que o movimento operário estaria se enfraquecendo, abriu-se um flanco para a expansão da burocracia, tanto nas fábricas quanto nos sindicatos da classe trabalhadora. Os sindicatos seriam, assim, contaminados pelos ideais individualistas já

presentes na produção, revelando um trabalhador sem “*consciência profissional*”, mas também sem “*consciência política e sindical*”.

Já em 1940<sup>54</sup> a crescente burocratização e a institucionalização dos sindicatos conduzidas, sobretudo, pelas direções que representavam uma parte muito pequena do operariado, acabaram por afastar progressivamente os trabalhadores dos sindicatos, gerando uma situação política, sindical e operária que já apontava para um futuro sombrio.

Os sindicatos tornaram-se iam organizações burocratizadas e descoladas da massa. As questões trabalhistas foram negligenciadas, interessando mais ao sindicato sua relação institucional com o Estado, com o objetivo de garantir compromissos que, direta ou indiretamente, perpetuassem toda a institucionalidade burguesa. Trata-se, assim, de uma grande inflexão nas formas da resistência operária, proletária e sindical: o novo foco é o desenvolvimento nacional em detrimento das especificidades da exploração operária segundo ramos e regiões diferentes.

“As centrais sindicais, carregadas de pesados aparelhos técnicos se separam progressivamente de suas bases. Há o divórcio entre a palavra e a ação, entre o verbalismo revolucionário utilizado para todo propósito e a prática negociadora. O sindicato tende a não aparecer aos olhos dos operários senão como uma potência exterior, na qual o trabalhador se ‘apoia’ e que se ‘apoia’ no trabalhador, frente a qual reserva-se sua liberdade de escolha e de ação” (Mallet, 1969: 69).

---

<sup>54</sup> Aliás, já desde 1932, após o New Deal, foi dado o início ao processo de regulamentação “nacional e institucional” das relações de trabalho e dos aparelhos sindicais. Sobre este tema, ver Beaud (1999).

Com o advento das indústrias automatizadas o “*climat*” teria sido relativizado, primeiro pelas próprias condições de trabalho e, sobretudo, pelas condições de remuneração e gestão da força de trabalho. Nas indústrias automatizadas, as relações entre os trabalhadores entre si e entre patrões e trabalhadores estariam sendo vividas de uma forma muito límpida, já que os seus objetivos deveriam veicular uma política de acordos embasada em uma estratégia de adesão consciente da classe trabalhadora.

Não existiria, o que parece justo ao autor, uma objetivação científica das greves e manifestações provindas das indústrias tradicionais, na qual o movimento pudesse se ancorar. Diferente da clareza intrínseca com que as relações de trabalho e, conseqüentemente, as organizações políticas inauguradas com indústria moderna eram considerados pela sociologia do trabalho, as relações políticas e as greves de até então foram vistas como coisas do passado.

Consideradas como manifestações políticas espontâneas, as greves do período anterior à automação foram interpretadas como uma atividade de mobilização ultrapassada. A força ininterrupta das transformações tanto técnicas quanto organizacionais determinaram a estruturação de um outro tipo de relação entre trabalhadores e patrões. Agora, a eficácia da greve pautar-se-ia pelo “*conhecimento científico*” que o movimento operário deveria ter do processo de funcionamento do mercado e da gestão financeira da empresa.

No presente, e progressivamente no futuro, a coerência da greve deveria ser assegurada por postulados científicos elaborados pelo próprio movimento.

Com a integração do trabalhador às empresas modernas e à sua inequívoca expansão, tornar-se-ia possível a criação de um sindicalismo original e, em conseqüência, de uma estratégia política que objetivasse questões colocadas pelo movimento operário e que

estivessem fundamentadas em uma linha política pautada não mais pelo confronto, mas sim pela colaboração.

Assim, o “*climat*” típico das manifestações ligadas às indústrias tradicionais deveria desaparecer em nome de uma “*verdadeira organização científica da greve*”.

“No lugar de colocar em movimento greves ilimitadas que comprometam gravemente o poder de compra dos grevistas, o sindicato, fundando-se sobre um conhecimento aprofundado do sistema de produção da empresa, organizará a desorganização sistemática da produção através de paradas do trabalho limitadas e escalonadas por postos de produção nos lugares mais sensíveis” (Mallet, 1969: 89).

Os movimentos grevistas deveriam, como numa contínua evolução social motivada pela incorporação da técnica e da ciência à produção, “*entender*” internamente a “*irracionalidade*” da produção capitalista para, então, atacar especificamente seus pontos nevrálgicos.

“Assim se elabora progressivamente, no movimento sindical, uma nova concepção da luta reivindicativa que, partindo da adequação das formas de luta às condições da produção, desemboca no controle da organização da mesma produção” (Mallet, 1969: 92).

A greve se coloca, assim, como “*escola*”, como ante-sala para a formação de um poder operário. A adesão ao sindicalismo de tipo científico formaria, em um sentido pedagógico, os sujeitos da produção tecno-científica, dando-lhes condições materiais para a gestão da empresa. Nas palavras do autor:

“No sindicalismo de empresa se encontram portanto, sobre uma base organizacional, certos traços dos sindicatos de ofício: forte participação na atividade sindical, desburocratização pela revalorização das seções sindicais da empresa, orientação gestonária” (Mallet, 1969: 92).

Essa formulação é indicativa de uma política sindical que estabeleceria uma forma de coabitação política entre o operariado e o patronato dentro da empresa capitalista. No entanto, Mallet respondeu antecipadamente a essa possível crítica escrevendo que tal relação não fundamentaria o fim do modo de produção capitalista, mas poderia viabilizar democraticamente a resolução de algumas questões centrais da pauta de reivindicações trabalhistas.

Portanto, a análise do processo revolucionário levava em conta o bom senso do capitalista (do empregador). Essa prerrogativa sustentava-se no pressuposto de que a evolução das forças produtivas seria inevitável. Assim, o proletariado deveria estrategicamente conceber a melhor forma de convencimento do patronato, sobretudo, a partir de concessões.

Nesse caso, bastaria explicar aos patrões para quê eles serviriam. Porém, antes disso seria necessária a construção das bases para a superação das relações de produção capitalistas e nestas bases estariam sintetizadas “*reformas não-reformistas*” (cf.: Gorz, 1968a: 09-25 & 127-132) ou, como o próprio Gorz denominou, uma “*estratégia da mão suja*” (cf.: Gorz, 1968a: 55-56).

A lógica da luta operária era, então, perpassada por uma coerência científica que se sintetizava em um setor bem localizado da classe operária. O princípio científico deveria,

nesse sentido, ser difundido para toda a classe, elevando a luta dos setores menos favorecidos àquela da “nova classe operária”.

O processo de transformação e socialização do trabalho e do trabalhador deveria converter suas forças numa luta contra a alienação do trabalho social, na tentativa de retomar as qualidades centrais do mestre artesão, relacionadas naquele momento à figura do operário polivalente.

### **III.2. - Alienação, Postos de Trabalho e Processo Revolucionário: o reformismo das teses sobre a transição pacífica**

Certo de que a melhor atitude a ser tomada pelo movimento operário seria a negociação, Gorz fundamentou sua proposição central sobre o tema. *“É pois muito natural que a reivindicação e o exercício de poderes operários de autodeterminação e de gestão terminem na discussão das prioridades e finalidades do modelo capitalista”* (Gorz, 1968a: 62).

Esta proposta não era vista por Gorz como uma arbitrariedade teórica. Ao contrário, ela seria uma maneira de abrandar a condição de precariedade da classe trabalhadora, elevando-a ao nível dos operários tecno-científicos. Já que, naquela conjuntura, Gorz não identificava qualquer possibilidade de confronto estrutural entre a classe trabalhadora e as instituições capitalistas, mesmo que a primeira contasse com uma vanguarda como a “nova classe operária”.

O operariado ainda estava fundamentalmente ligado às indústrias tradicionais e isto o condicionava a um modo de vida alienado em seu trabalho e para além dele. Dentro desta perspectiva, a alienação do trabalhador, gerada pela separação entre trabalho manual e

trabalho intelectual, condicionaria o trabalhador a uma passividade política que o impossibilitaria de “*construir uma consciência classista*” (cf.: Gorz, 1968a: 79). A alienação seria, assim, precisada como “*a raiz de toda pobreza espiritual*” (cf.: Gorz, 1968a: 80).

Em consequência, Gorz comete um equívoco ao indicar uma suposta porta de saída para a sociedade socialista. Ela foi fundamentada a partir da reapropriação do saber-fazer e dos meios de produção pela figura do operário polivalente que, segundo o autor, agregaria em si as formas de trabalho manual e intelectual, vislumbrando-se, assim, um trabalhador pleno.

Para ele, a onipresença dos novos sujeitos sociais (operários polivalentes), reagruparia a intelectualidade do trabalho à sua materialidade. Essa capacidade seria forjada pela incorporação de novos conhecimentos técnicos por esse trabalhador. Ou seja, Gorz acreditava que a alienação no trabalho e seus desdobramentos sociais poderiam ser superados através de um processo de materialização de um conjunto de saberes desenvolvidos e pertinentes à lógica capitalista, não observando que tais técnicas de trabalho seriam, na prática, formulações intelectuais concebidas por expressões culturais dessa mesma sociedade.

Mesmo assim, o autor encaminha a alienação como a matriz de todos os problemas vividos no capitalismo, como forma acabada da exploração do trabalhador, passando a considerar a reunificação do produtor ao consumidor como um dos elos perdidos na história do capitalismo, o qual surgiria como uma das condições necessárias a uma política de conquistas trabalhistas.

Ao analisar o capitalismo como uma sociedade do desperdício, Gorz propõe que as reivindicações quantitativas deveriam transformar-se em qualitativas; as necessidades básicas

deveriam ser preenchidas e, para além delas, deveria se estabelecer uma pauta de reivindicações que não desse margem ao consumismo e ao desperdício.

Apoiando-se em orientações econômico-corporativas, Gorz indicou que a fraqueza das resoluções trabalhistas resultaria da incapacidade dos trabalhadores em questionar o sistema, na medida em que estimularia o consumo excessivo.

“Quanto mais [se] avança por este caminho, tanto mais [se] esquece uma humanidade massificada e mutilada por satisfações que, deixando intacta a insatisfação fundamental, a distraem, tanto mais espera que esses homens, preocupados pelos meios de evasão e de esquecimento, esqueçam de por em questão a base de todo o sistema: a alienação do trabalho” (Gorz, 1968a: 80 – grifos meus).

A historicidade da classe operária estaria dividida, dessa forma, entre as ações econômicas imediatas e as resoluções estruturais articuladas pelos partidos políticos. Surgiria, então, um hiato entre a ação presente e os objetivos estruturais. As investidas sindicais não agregariam mais as formas de contestação e de transformação social globais. As reivindicações permaneceriam no terreno das resoluções corporativas de cada categoria, expressando a falta de uma estratégia unificada com conteúdo e de combate ao sistema capitalista.

Dessa forma, Gorz considerou que a questão não seria mais de “*tolerância individual*” do operário, mas sim de “*intolerância coletiva*”, provinda da alienação e da desumanização causada por uma insustentável exploração no trabalho, a qual não teria coerência com as possibilidades de gestão da produção dadas pelo avanço das forças produtivas.

Nesse sentido, a consciência da classe deveria ser recuperada pela contestação do capitalismo como sistema de exploração e de desumanização do trabalhador. A questão da intolerabilidade no trabalho não seria mais determinada por uma “*batalha com argumentos quantitativos de nível salarial*” (Gorz, 1968a: 37), mas sim por uma luta de articulações “*não-reformistas*” que consumassem a passagem ao socialismo.

Definidas as origens da “*condição desumana no capitalismo*” e o objetivo final de sua análise, Gorz propõe uma estratégia de mediação entre a realidade presente e o ideal futuro.

O processo revolucionário deveria passar por um estágio que justificasse a ruptura com o modo de produção capitalista. Identificado como ante-sala do socialismo, o “*neocapitalismo*” aparece em sua teoria como um lugar onde se aprofundaria a discussão política e o compromisso entre as classes para que uma passagem segura e não violenta ao socialismo fosse viabilizada, na medida em que se constituísse um poder operário ao nível das corporações capitalistas. Assim,

“A meta é alcançar a constituição de um poder operário, no nível das empresas, dos ramos e, finalmente, da própria economia nacional, capaz de opor uma apreciação autônoma do valor utilitário dos produtos às mistificações publicitárias e à moda; avaliar o preço de renda real, as taxas de lucro, os recursos desperdiçados no nível do ramo e de toda a indústria, para pesquisas e realizações paralelas, concorrentes ou sem valor utilitário real; opor ao modelo de consumo (e de produção) neocapitalista uma ordem de prioridades fundamentada nas necessidades ressentidas, inclusive, evidentemente, nas necessidades referentes aos

lazer, condições de trabalho e *modus vivendi*" (Gorz, 1968a: 81).

O socialismo, dentro dessa lógica, poderia ser visto como uma extensão do capitalismo. As lutas sociais no tocante à satisfação das necessidades expressariam a existência e a força da própria classe trabalhadora. Esse poder viria das suas realizações no mercado, pelo consumidor ativo, onde ter-se-ia a objetivação de uma política singularmente proletária.

A consciência coletiva e a razão necessária seriam, em síntese, as virtudes para qualificar as reivindicações que seriam postas à esfera do consumo. Nesse sentido, esse modelo estratégico de superação rumo à sociedade socialista deveria,

"(...) apresentar-se como o sentido e o horizonte estratégico das presentes lutas e reivindicações táticas. Não pode excluir nem o compromisso, nem os objetivos parciais, desde que estes caminhem no sentido certo e que este sentido seja claro" (Gorz, 1968a: 82).

Em linhas gerais, nesse modelo deveriam estar integradas as benesses do capitalismo, como integrantes de um crescimento quantitativo, entendido como positivo, do movimento operário. Ademais, seria necessário deixar de lado a tática da "*negação negativa*" para constituir-se uma "*negação positiva*" (cf.: Gorz, 1968a: 30), ou seja, constituir-se uma solução não pautada na satisfação de necessidades quantitativas, mas sim qualitativas. Nas palavras do autor:

"A contestação positiva da sociedade neocapitalista, através de um modelo socialista que indique positivamente as possibilidades humanas e materiais que o desenvolvimento

capitalista nega, oprime e exclui, é a única contestação realmente revolucionária e o único meio de fazer com que os trabalhadores tomem consciência de suas capacidades asfixiadas, em uma fase de desenvolvimento capitalista onde as necessidades imediatas não mais constituem, automaticamente, uma crítica revolucionária do sistema” (Gorz, 1968a: 82).

Na prática, Gorz estava embebido da tese do primado das forças produtivas como motor do desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas. A liberdade que o próprio autor dava-se para pressupor um processo revolucionário, tendo como ponto de partida a evolução inexorável do desenvolvimento da ciência e da técnica e do papel positivo que estes elementos teriam neste processo revolucionário, faz aflorar um discurso reformista sobre a mudança, já que regulamenta a condição histórica da classe trabalhadora segundo um universo que estaria para além de uma *“humanidade humana”* (cf.: Gorz, 1968a: 99) por ele ambicionada.

Ao compreendermos internamente as teses de Gorz, no que diz respeito à integração do trabalhador à lógica do processo de produção e de reprodução da força de trabalho<sup>55</sup>, perceberemos ainda algumas outras ambigüidades. Por hora, contentamo-nos em enfatizar apenas duas.

---

<sup>55</sup> Dentro dessa estrutura analítica, entender o mercado seria também entender inequivocamente a produção e a reprodução da mercadoria força de trabalho, sem a qual qualquer análise sobre as relações de produção capitalistas seria, no mínimo, insuficiente.

Apesar de Gorz ainda ter como eixo de análise a esfera da produção<sup>56</sup> como campo originário do antagonismo de classe, o trabalhador e o consumidor são vistos em separado, ou seja, como indivíduos fictícios do processo ora produtivo, ora de consumo.

Um outro ponto mais interessante para examinarmos nas teses de Gorz é que em sua rubrica o trabalhador é identificado com o seu posto de trabalho. Trabalho e trabalhador são concebidos em um sentido unívoco. Ele é o que é o seu trabalho. Assim, é possível para o autor desenvolver uma análise que libertaria o operário de seu posto de trabalho, pois, isso feito, estaria conseqüentemente libertando-o de seu embrutecimento, de sua obscuridade acerca de sua própria relação produtiva, mas, para além disso, possibilitando este trabalhador de efetivamente condensar uma vida com sentido próprio.

Gorz, assim, padece de uma análise comum à sociologia do trabalho humanista. Ao confundir o indivíduo e toda sua subjetividade com a sua condição de trabalhador, restringe as possibilidades de interpretação das relações de trabalho que parecem lhe preocupar. Dessa forma, acaba por condicionar qualquer atitude revolucionária do operariado ao grau de miserabilidade da classe trabalhadora, relacionando, em última instância, este grau de miserabilidade às formas do desenvolvimento tecnológico na produção.

Em uma dimensão teórica na qual a alienação é vista como síntese dos antagonismos sociais, e onde a emancipação e a união entre trabalhador e consumidor e entre trabalho manual e trabalho intelectual, são dadas pela desalienação do trabalhador, a alternativa humanista, bem como a estratégia trabalhista pautada na negociação e no

---

<sup>56</sup> Veremos que nos escritos de Gorz das décadas de 1980 e 1990 o paradigma produtivo é secundarizado, passando, o autor, a pensar a sociedade capitalista a partir da esfera do consumo.

compromisso com o patronato, via “*conhecimento científico*”, acabam sendo solicitadas por Gorz.

### **III.3. - Passividade e Resistência no Trabalho: a “*tática da mão suja*”**

A estratégia ideal para a classe trabalhadora, segundo Gorz, seria a de estimular a prática dos compromissos, dos acordos e das negociações com o patronato. Segundo o autor, estes acordos poderiam, por terem fundamento “*racional*” (cf.: Gorz, 1968a: 105), garantir a passagem ao socialismo de maneira pacífica. “*É nessa progressão dialética que se fundamenta a dita estratégia dos objetivos intermediários e do caminho pacífico para o socialismo*” (Gorz, 1968a: 105).

Quando fundamentou a luta política, Gorz pressupôs uma ação consciente da transformação cultural e econômica da sociedade capitalista pela vontade e pelo interesse agregado dos trabalhadores. No entanto, não caracterizou essa estratégia dentro de um processo revolucionário global.

Ao recorrermos a Antonio Gramsci (1991: 43-63), por exemplo, vemos que um processo revolucionário de ruptura com a sociedade capitalista deveria estar baseado na constituição de uma nova cultura que deve ser galgada por lutas e conseqüentes conquistas “*moleculares*”, alterando-se, assim, hábitos e modos de vida de cada instância social mas, sobretudo, o modo de produção e reprodução do indivíduo na sociedade.

Diferente de Gramsci, Gorz não entendeu essas lutas políticas, chamadas por ele de “*reformas de estrutura*” (cf.: Gorz, 1968a:14-15), como um processo revolucionário de ampliação de uma contracultura. Temos, dessa forma, que essa falta de clareza tem um

fundamento. Gorz não pode falar em ruptura e em compromisso ao mesmo tempo; não pode falar em tática revolucionária por que está teoricamente comprometido com suas mudanças de cunho positivista<sup>57</sup>. Assim, Gorz é levado a teorizar sobre uma superação pacífica do capitalismo às custas de uma estratégia teórica negligente.

Em seu discurso, porém, o processo de negociação conduzido pelos sindicatos seria o mais adequado para questionar a política estrutural do capital. As reivindicações de cunho econômico imediato dariam aos trabalhadores a realidade dos fatos, trariam à tona as questões centrais sobre o funcionamento econômico. Isto os faria tomar uma posição política de questionamento, tanto da sua relação com a empresa capitalista, como também do Estado burguês.

Para além da política sindical, em defesa dos seus interesses econômicos e adaptada aos mecanismos técnicos e econômicos no qual estaria amplamente integrada, essa estratégia de luta trabalhista poderia fornecer os elementos necessários a uma luta política que ultrapasse o corporativismo típico das categorias profissionais, passando a estabelecer um conjunto de problematizações sobre o papel dos trabalhadores no comando e no funcionamento dos mecanismos de produção social.

Assim, Gorz desenvolveu sua problematização de como o trabalhador deveria romper com o capital a partir da lógica interna ao próprio capital, a sua própria burocracia, ao seu sistema de hierarquias e de exploração do trabalho.

Nesse sentido, estimulou a *“tática da mão suja”* (cf.: Gorz, 1968a: 30) como critério de fortalecimento político da classe trabalhadora. Diz ele,

---

<sup>57</sup> Mas, creio também que isto pode ser relacionado a uma certa aproximação (teórica e ideológica) às correntes do socialismo pré-científico e/ou utópico, como aquela representada por Saint Simon e toda a tradição durkheimiana, como vimos expondo até aqui.

“É claro, o combate não irá abolir o lucro de vez; não dará o poder à classe operária; não alcançará, após seu término vitorioso, a abolição do capitalismo. Levará, apenas, a novas batalhas, à possibilidade de novas vitórias parciais. E em cada uma de suas etapas, principalmente durante a sua primeira fase, deverá concluir-se com um compromisso. Empenhar-se em um caminho semeado de armadilhas. Obrigará o sindicato a fazer acordos com os patrões. Impedirá o sindicato de recusar em massa o poder patronal, de contestar em massa a gestão capitalista. O sindicato deverá ‘sujar as mãos’. Para cada compromisso, para cada acordo assinado ao término de uma batalha, avaliará, assinando, o poder patronal” (Gorz, 1968a: 55-56).

Essas iniciativas, compromissos ou acordos feitos com o patronato seriam a mediação de uma luta tática contra o capital. Ou seja, a classe trabalhadora deveria partilhar da lógica burguesa, construindo, em separado dessa divisão idealizada, uma contracultura, uma nova visão de mundo totalmente distinta daquela compartilhada.

Na prática, seria uma luta intensa do operariado para retirar, nos termos ordinários, pouco a pouco o poder das classes dominantes, entretanto, ainda sob a institucionalidade burguesa e dentro dela. Em outras palavras, a classe trabalhadora deveria submeter-se à lógica do capital para depois estabelecer as bases de sua ruptura social.

A antecipação estratégica da luta operária seria, assim, necessária, haja visto a capacidade que o capital tem de incorporar as reivindicações da esquerda e, para além disso, de usá-las em seu próprio benefício. Saber aonde agir para não ser cooptado pelo discurso dominante e para poder evoluir técnica, produtiva e profissionalmente. Dever-se-ia, então, não conservar uma “*posição negativa*” a qualquer ação patronal, poder-se-ia, na verdade, trabalhá-

la em seu interior, para que o seu controle se desenvolvesse melhor e se antecipassem as possibilidades de superação.

“Procedendo, dessa forma, estará o sindicato aceitando a gestão do tipo capitalista? Em um certo sentido, sem dúvida; mas, eu já disse também que a aceita da mesma forma pretendendo recusá-la e submetendo-se a ela. Mas o que importa, precisamente, é a ela não se submeter: é preciso aceitá-la para mudá-la, para modificar os dados, para a ela por-se ponto por ponto e a cada passo, para obrigá-la a ir onde querem os trabalhadores que vá; em suma para colocá-la em crise e obrigar o adversário a mudar de terreno de combate” (Gorz, 1968a: 60).

Ao estabelecer a base política do “*neocapitalismo*” a partir de seus “*acordos*” políticos dentro da cultura de mercado capitalista, cria-se um proletariado burocratizado e a serviço do capital, já que as forças empregadas na produção, sobretudo a de trabalho, irão exprimir uma determinada linguagem, na medida em que os sujeitos da produção seriam forçados a agir como interlocutores dentro dessa lógica.

Desse discurso podemos retirar, pelo menos, uma proposição crítica. Gorz estaria, de certo modo, abandonando as teses de Marx referentes à ruptura com a sociedade capitalista e à impossibilidade de resolução dos conflitos sociais nessa sociedade. Desta maneira, opta por uma política de negociação realizada, sobretudo, nas esferas relativas ao mercado.

Os antagonismos entre capital e trabalho são aqui mistificados em uma outra roupagem, deslocando-se a problemática central, a saber, a da exploração e reprodução da força de trabalho da esfera produtiva. Gorz acaba por fundamentar uma análise dicotômica que

separa a economia da política, salvaguardando na sociedade civil (leia-se no mercado), considerada como ambiente restrito da economia, as reais formas de superação do capitalismo

Segundo o autor, o desenvolvimento tecnológico acabaria, por exemplo, recolocando a questão da redução da semana de trabalho<sup>58</sup>. Em sua tática de realização dessa questão, estariam condicionadas as bases da ampliação da exploração da força de trabalho. Gorz acreditou ser possível convencer o patronato sobre essa questão se, quando o fizesse, argumentasse a partir de dados científicos, comprovando a iminência dessa necessidade. Isto acabaria por possibilitar a satisfação das necessidades pressupostas por ele como básicas, além de criar empregos suficientes para todos, obstruindo, portanto, as “leis” de tendência<sup>59</sup> que dirigem a acumulação do capital.

Pelo desencadeamento de uma produção altamente desenvolvida, não somente em termos científicos e tecnológicos mas, sobretudo, em termos de organização da produção pelos operários técnicos, a satisfação das necessidades poderia ser enxugada no que se referiria ao tempo produtivo. Este tempo seria transferido ao trabalhador como aumento do tempo objetiva e subjetivamente necessário à produção de “*indivíduos humanos*” e de um “*mundo humano*”.

Dessa forma, Gorz indicou os seus “*objetivos intermediários*” para uma estratégia “*não reformista*” de superação dos conflitos sociais presentes à sua época (cf.: Gorz, 1968a: 131). Para nós, é através do entendimento desses “*objetivos intermediários*” que se revela o conhecimento sobre a transição pacífica ao socialismo.

---

<sup>58</sup>Essa questão volta a aparecer no discurso de Gorz das décadas de 80 e de 90, no momento em que identifica como necessária a redução da jornada de trabalho. Segundo ele, em *Adeus ao Proletariado* (1987), o trabalho deveria ser reduzido, em horas trabalhadas, para que todos pudessem trabalhar. O avanço das forças produtivas e a substituição de homens por máquinas gerariam uma diminuição do número de postos de trabalho, o que provocaria o desemprego estrutural. A alternativa seria, assim, a redução das horas trabalhadas e não a revolucionarização dos meios e das relações de produção.

<sup>59</sup> Sobre esse assunto, ver Marx (1978) e Gramsci (1991).

Digamos que estão condicionados a essa leitura dois pressupostos conseqüentes para tal análise: o primado das forças produtivas e a dimensão positiva das transformações tecnológicas. Tendo esses dois pressupostos como luz paradigmática de suas teses, tanto o seu ideal de passagem, como o de continuidade do capitalismo para o socialismo ficam evidentes.

Nessa concepção, o socialismo seria visto como uma extensão do capitalismo, já que Gorz compreendia os desdobramentos históricos a partir de uma evolução progressiva e incontronável das forças produtivas. Assim, foi possível justificar os critérios políticos de sua análise. Entretanto, percebemos que esses critérios estimulam a convivência com as relações sociais determinadas pela lógica de conjunto do capital, estabelecendo uma ruptura com as teses proferidas por Marx, em especial, com a da luta de classes como motor da história.

Assim, Gorz propôs uma estratégia política à classe trabalhadora que deveria contemplar um estágio anterior ao revolucionário. Vislumbrou a mudança privando-se de uma análise política, talvez até ideológica, do desenvolvimento das forças produtivas, mesmo porque não se trata de formar uma nova sociedade a partir do fortalecimento político proveniente de uma luta eminentemente mercantilista, mas sim de criar as bases de uma nova cultura, de um novo modo de se produzir a cultura do proletariado ou de qualquer outro possível sujeito da história.

#### **III.4. - O Humanismo da *Praxis* Reformista: operário polivalente e divisão social do trabalho**

Ao longo dos anos 60 apareceram na sociologia do trabalho vários questionamentos sobre o que seria supérfluo e o que seria essencial ao desenvolvimento ideal

dos indivíduos. O capitalismo monopolista de Estado aparecia nesse entremeio como uma estratégia política e social de transição pacífica para o socialismo<sup>60</sup>.

Deixando, por hora, de lado as teses centrais sobre o capitalismo monopolista de Estado, discutiremos aqui os fundamentos que deram base e justificaram a transição pacífica considerando, sobretudo, quais necessidades sociais deveriam ser encaminhadas e em que o processo de automação ajudaria em seu desenvolvimento.

Gorz precisou suas ponderações e seus argumentos em torno desse tipo de análise teórica, pois acreditava poder definir os limites do que seria realmente necessário à sociedade capitalista.

Centrado na noção de um homem genérico, Gorz definiu primeiramente o necessário, pautando-se em subterfúgios de ordem biológica, acabando por naturalizar o trabalho como uma atividade dentro de uma perspectiva da natureza humana, na qual o trabalho seria praticável e, para além disso, reagruparia a concepção e a realização outrora separadas pela divisão social do trabalho.

Assim, podemos preliminarmente nos questionar sobre dois pontos: quais seriam as necessidades básicas e quais seriam as coletivas?

A partir de uma pressuposição ideal do trabalho social, Gorz indica que as reivindicações salariais à sua época não deveriam ser consideradas apenas como lutas econômicas. Na verdade, elas sintetizariam a revolta contra a condição operária, estimulando o crescimento de forças produtivas constituindo, assim, uma base política e material para a superação da sociedade capitalista.

---

<sup>60</sup> Sobre esse tema, ver Braverman (1980).

À luz do debate teórico e político que se estruturava em torno do Capitalismo Monopolista, o sindicalismo parecia ser o gancho analítico fundamental para o início dessa luta. O PCF, por exemplo, acreditava ter encontrado no Capitalismo Monopolista de Estado a saída pacífica para o socialismo.

Com a estatização de empresas privadas, como foi, por exemplo, o caso da Renault na França, e com a conseqüente concentração de capitais no Estado bastaria um aumento da incorporação de novas forças produtivas que dessem condições para que, em uma futura e legítima eleição, a transição fosse implementada.

Nesse mesmo sentido, as lutas sindicais imediatamente econômicas poderiam ser vislumbradas como forma de luta ideal àquela época. Elas formariam em conjunto um motivo que impulsionaria a criação de novas forças produtivas ao passo que estimulariam, como necessidade coletiva, a constituição de uma sociedade avançada e capaz de garantir sua própria liberdade.

Gorz, por seu lado, estabeleceu uma teoria que vai um pouco além da exposta, fundamentando-a, não em uma espera, mas na construção de uma nova sociedade calcada na gestão operária.

“No estágio do monopolismo, não é mais possível opor o poder do Estado ao do monopólio privado: as ilusões a esse respeito foram já dissipadas entre as massas. No estágio do monopolismo, a construção da democracia deve também encontrar formas de expressão que nasçam da condição operária, abranjam-na em seu conjunto e conseqüentemente abranjam toda a condição humana” (Gorz, 1968a: 48).

Assim, Gorz estabeleceu a relação entre a necessidade de uma luta econômica e o caráter emancipador do desenvolvimento das forças produtivas como agente do desenvolvimento do próprio modelo de sociedade capitalista.

A visão do avanço social caracterizada como um estágio, como uma etapa de um processo definido para além da ação humana, fez com que a análise de Gorz indicasse uma estratégia política reformista, ou seja, dentro dos quadros da instituição capitalista, já que os sujeitos dessa transição acabariam por se condicionar como gestores do capital, na medida em que acelerariam o avanço da técnica e da ciência.

A técnica é, por fim, caracterizada como meio central de melhora das condições de produção (da “*natureza do trabalho*”) e dos “*meios de vida (vizinhança)*”, tornando-se indispensável à satisfação de necessidades diretas (cf.: Gorz, 1968a: 84).

Esta equação fundamentada por Gorz estaria, na prática, calcada em uma idéia singular de que a divisão social do trabalho baseada na separação entre trabalho manual e intelectual teria seu fim com a automação. Dessa forma, tal separação se dissolveria com o aparecimento da figura do operário polivalente.

Considerando a tendência apontada por Marx de diminuição do trabalho manual e de aumento da carga intelectual, dada pela substituição de homens por máquinas (Marx, 1988), Gorz acreditou ter encontrado a estrada dourada. O estímulo às lutas sindicais e a conseqüente evolução das forças produtivas se justificariam. O caráter executor e a hierarquia na produção se extinguiriam e com eles o tipo de divisão capitalista de trabalho. Isto tornaria possível a emancipação do trabalho e, em conseqüência, do trabalhador frente ao capital.

Nesse sentido, a *subsunção* real radicalizada com o taylorismo poderia ser desfeita pela figura dos operários polivalentes. A alienação do operário seria rompida com a automação, apontando tendencialmente para o fim da divisão capitalista do trabalho.

Contrariamente, a automação, ao invés de criar novos indivíduos capazes de gerir o processo de produção de maneira autônoma, acabou por aprofundar a *subsunção* real do trabalhador ao capital pois, além de condicionar a força física dos trabalhadores em seu benefício, condicionou-os intelectualmente a seu serviço. Não obstante, Gorz fundamentou a emergência de novas necessidades a partir de uma (des)historização do trabalhador. Com isso, estabeleceu uma leitura sobre as necessidades sociais que tinha como gancho uma pressuposição organicista.

“Em todos esses exemplos, a forma histórica que toma a necessidade fundamental não pode ser confundida com uma necessidade histórica propriamente dita: a necessidade em questão não é necessidade nova e rica, corresponde a um desenvolvimento de suas faculdades; trata-se apenas da necessidade biológica de sempre, que agora reclama meios de satisfação ‘ricos’ porque a circunvizinhança natural se empobreceu, porque houve empobrecimento da relação do homem com a natureza, rarefação ou destruição de recursos que (o ar, a água, a luz, o silêncio, o espaço), até então, passavam por naturais” (Gorz, 1968a: 97).

No entanto, as necessidades coletivas escapariam, para Gorz, à lógica de funcionamento do capitalismo. Todo critério de lucro não seria suficiente para exprimir o que é próprio das necessidades coletivas. Outra vez, Gorz submete a idéia de homem historicamente datado a um sentido mais genérico, chamado por ele de “*homem humano*”.

“São as necessidades que o capitalismo tende a negligenciar ou reprimir, na medida em que conhece apenas o *hœconomicus* — definido pelo consumo de mercadorias e por sua produção — e não o homem humano, consumidor, produtor-utilizador de bens que não podem ser vendidos nem comprados, nem reproduzidos; são as necessidades que, embora tendo suas fontes no que é biológico, têm todas uma menção necessariamente cultural e pelo menos potencialmente criadora, em razão da destruição pela indústria de um meio natural ao qual um meio de vida, um meio de civilização, tem de ser substituído pela *praxis* humana” (Gorz, 1968a: 99).

Nesse sentido, o autor caracterizou uma *praxis* no capitalismo sem alienação no trabalho. A “nova classe operária”, aquela composta pelos operários tecno-científicos, não veicularia a contradição entre capital e trabalho. Este antagonismo seria esvaziado na medida em que estes operários retornariam soberanos na forma de conceber seu produto em seu próprio trabalho.

Essa soberania, ou seja, o caráter emancipador da classe operária, estaria fundamentada em um conhecimento científico do mercado e da sociedade em geral. Isto seria definido, em primeiro lugar, pela idéia de um tipo de humanização das relações sociais alicerçada em uma suposta desalienação da condição operária no processo de produção e reprodução da força de trabalho e, em segundo, e como consequência da primeira, pela prerrogativa científica que fundamentaria a incapacidade política do trabalhador tradicional frente ao trabalhador tecno-científico.

Levado pela sua concepção etapista, Gorz desmembrou seu raciocínio em dois argumentos: o das lutas sindicais como imposição da mudança, ou seja, base para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas e o de que a subordinação no trabalho (entenda-se por isso alienação) seria um obstáculo à superação do capitalismo, já que não estimularia o desenvolvimento dos meios de trabalho necessários a esta mudança/passagem.

Nesse sentido, Gorz recorre à “nova classe operária” tentando identificar o sujeito histórico dessa mudança. Segundo ele, a produção exige trabalhadores que sintetizem o conhecimento do ciclo produtivo, que tenham um conhecimento global dos processos sociais e econômicos em geral. Nessa linha de raciocínio, o segmento de trabalhadores tecno-científicos aparece como sujeito histórico ideal.

Precisando a alienação no trabalho como uma questão de ordem técnica, a “nova classe operária” seria vista como conjunto de indivíduos que expressariam a desalienação, como indivíduos civilizadores e prontos para encabeçar um processo de reorganização da produção, já em curso e criado na própria irracionalidade do capitalismo monopolista de Estado.

Um quadro que tem como tema um caminho revolucionário foi fundamentado por Gorz. Não há mais lugar para a separação entre trabalho e lazer, trabalho manual e trabalho intelectual. Com isso, a regulamentação social do trabalho é, outra vez, reeditada, mas como mediação de um processo maior definido pelas transformações determinadas pela automação, apagando qualquer pretérito teórico e dando lugar a um humanismo social. Nas palavras do autor,

“O único humanismo que poderá suceder ao humanismo do trabalho é o humanismo na atividade livre e da autogestão

em todos os níveis. Supõe que os indivíduos, em vez de se tomarem e de serem tomados pelos meios da sociedade e da produção, sejam tomados e se tomem como fins. Que não mais seja o tempo do trabalho, mas o tempo livre, que se torne o padrão da riqueza” (Gorz, 1968a: 135).

De uma visão pacifista da transição e de uma estratégia de luta sindical alicerçada por conquistas apenas imediatas abre-se um horizonte no qual estaria presente a sobredeterminação da luta revolucionária dada pela luta salarial.

Assim, o terreno das lutas imediatas como o mais viável torna-se, para além de um campo de possibilidades dados por uma conjuntura na qual a correlação de forças tendia para a classe dominante, o único meio de superação social, no momento em que Gorz e Mallet elegeram o operário polivalente como síntese de um retorno positivo e ideal ao mestre artesão, possibilitando a reapropriação de um saber-fazer como um estágio para a criação de uma nova sociedade.

Contrariamente, vemos que este processo anunciado caracterizou-se como uma radicalização da subordinação do trabalhador ao capital ao salvaguardar em termos ditos técnicas e ainda mais racionalizadas a condição do trabalhador enquanto meio para valorização do capital.

### **III.5. - Emancipação Social e Tempo Livre: a “*nova classe operária*” no contexto da automação**

A análise de Gorz sobre o capitalismo monopolista pressupunha que a transição para o socialismo seria impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. No entanto,

não bastaria esperar que numa manhã qualquer fôssemos brindados com a emancipação do trabalho frente ao capital. O movimento operário, como destacamos ao longo desse capítulo, deveria ativar suas lutas econômicas (por exemplo, salariais, mas também de condições de trabalho) utilizando-se dos sindicatos para garantir este desenvolvimento.

Restaria a esse movimento identificar quais seriam as melhores formas de luta econômica, ou seja, a estratégia do movimento para desestruturar as relações de produção capitalistas.

Com o advento da automação surgia a necessidade de operários melhor qualificados do que aqueles provindos da indústria tradicional. Isto fez Gorz e Mallet considerarem o grau de qualificação profissional como um meio para recompor a consciência de classe perdida no processo histórico de alienação do trabalhador frente ao capital.

A afirmação era simples, os novos processos de trabalho e de produção determinavam uma nova condição da classe trabalhadora, que deveria qualificar-se para então ganhar, dentro da empresa capitalista, espaço na organização da produção e, conseqüentemente, poder político.

A questão para Gorz e Mallet não está nas possibilidades que estas incorporações científicas vão gerar, mas sim que tais inovações são positivas no sentido em que qualificam tecnicamente parte da classe operária.

Aqui, tentaremos mostrar que estas análises estavam presas a uma concepção etapista da evolução dos modos de produção em geral. Ao entendermos que a “nova classe operária” foi indicada por Gorz e Mallet como um novo e mais adequado sujeito revolucionário de sua época, poderemos aprofundar as críticas relativas ao determinismo tecnológico inerente às suas teses.

Definida em contraposição ao proletariado clássico e caracterizada pelo acesso às novas técnicas de produção, a nova classe operária foi designada como agente central da produção, uma vez que agregava elementos técnicos e organizacionais advindos de sua qualificação profissional complexa. Dessa forma,

“(…) os trabalhadores qualificados das indústria de proa, minoritárias hoje, majoritárias amanhã, possuem como coisa própria, diferentemente dos proletários clássicos, a força de trabalho que emprestam: possuem-na como coisa própria porque eles mesmos a adquiriram; porque são os mais bem situados para conhecer sua maneira de uso; porque essa força, longe de dever, ou mesmo de poder, ser combinada exteriormente com outras forças, só vale, já desde o início por sua própria capacidade de organizar suas relações com as forças dos outros” (Gorz, 1968a: 118).

Ao analisar o processo histórico de expropriação dos meios de produção do artesão, Mallet indicou que o trabalhador conservaria um elemento central de sua tradição: seu ofício, sua profissão, seu *métier*. Valorizando a superioridade dessa camada de trabalhadores e as suas conseqüentes formas de organização sindical, foi traçado um paralelo com a fração de trabalhadores técnicos. Surge, assim, a analogia entre os operários de ofício e essa “nova classe operária”, já que “*suas condições de trabalho se aproximam mais daquelas dos antigos artesãos que daquelas que existiam na indústria mecânica da qual são provenientes*” (Mallet, 1969: 113).

Chegando então ao ponto requerido, Mallet acabaria por desenvolver e fundamentar a analogia entre, por um lado, o artesão e o sindicato de *métier*, e por outro, entre os operários semi-especializados e o sindicalismo burocratizado.

“A existência dessa camada superior de operários profissionais, ainda muito próxima do *companheiro* do século XVIII ou da Idade Média, dá lugar a esta primeira fase do sindicalismo: o *sindicato de ofício*, as relações sociais dessa época são muito diferentes daquelas que nós veremos se instalar na seqüência. A fábrica, já que não se pode falar em usina industrial, e menos ainda em empresa, é estritamente dirigida por sua implantação territorial: sua existência econômica depende, seja da presença de matérias primas, ou de potencialidades utilizadas pela técnica de produção, seja de proximidade de um mercado local” (Mallet, 1969: 53-54 – grifos do autor).

Tal analogia quer, primeiro, recuperar a figura do artesão como ideal de trabalhador e, segundo, sintetizar a hipótese de que haveria um processo de aprofundamento da alienação na passagem do trabalhador de ofício para o semi-especializado, que estaria refletida na própria força política da classe e de suas reivindicações. Desta maneira, leva a cabo a indicação de que a “nova classe operária” se ergueria inevitavelmente como novo bloco revolucionário.

O operário polivalente, assim, é relacionado à figura do artesão. Para além da sua capacidade de organizar a produção, o traço comum estaria presente em uma identidade que se desenvolveria com o avanço do mesmo grupo ocupacional, dado pela homogeneidade que se caracterizaria dentro do mesmo, ocasionando uma conseqüente organização sindical ativa.

“Somos em realidade obrigados a constatar que os novos desenvolvimentos técnicos que engendram a ‘nova classe operária’ começaram precisamente no momento em que o monopólio imperialista sobre o mundo estava profundamente

abalado, em que o *malthusianismo* inerente à situação de monopólio se via obrigado a ceder o lugar a uma nova fase dinâmica necessária para que os grupos capitalistas continuassem seu desenvolvimento no quadro de uma concorrência internacional acirrada” (Mallet, 1969: 97 – grifos do autor).

Com o surgimento da “nova classe operária” organizar-se-ia uma base política a partir da qual se proliferaria uma consciência crítica, não mais corporativa, mas sim preocupada em questionar o conjunto das organizações econômicas e sindicais institucionalizadas até então.

Esse processo de questionamento tenderia a ultrapassar as reivindicações ligadas apenas a uma ou a outra categoria para insurgir-se contra o controle da produção na empresa e da reprodução do indivíduo na condição de coletivo de trabalhadores.

Segundo Gorz, a reprodução ampliada da força de trabalho tornar-se-ia, não obstante, uma necessidade objetiva das sociedades capitalistas daquele momento. Por um lado, o aumento no número de trabalhadores faria com que o número de empregos aumentasse, diminuindo, por outro, o tempo de trabalho para cada indivíduo, o que possibilitaria a sua liberação para a conseqüente construção de atividades políticas e culturais. Esse quadro sócio-econômico favoreceria o avanço das forças produtivas no capitalismo, já que forjaria, pelo aumento do número de operários, um maior ativismo político da classe.

Entretanto, toda sua emancipação produtiva, dada pela reconquista do saber-fazer do operário polivalente, está condicionada a uma liberdade vigiada. A “nova classe operária” ainda estava obviamente subsumida à exploração do capital. Ao contrário do que Mallet e Gorz consideravam, o contato com as novas técnicas de produção não acabou com a divisão

do trabalho. Na prática, essas mudanças não só reproduziram a mesma natureza do trabalho (assalariada) mas, além disso, radicalizaram a exploração da força de trabalho daqueles operários.

O trabalho continuou sendo assalariado. A natureza do trabalho, dessa forma, não acrescentou nem diminuiu nada à condição de subalternidade da classe trabalhadora. Muda, sim, sua forma de exploração. Agora, a criatividade do trabalhador também pode ser explorada.

### **III.6. - Automação e Determinismo Tecnológico: o fim da parcialização do trabalho?**

Do ponto de vista das organizações capitalistas, a apologia a tais transformações e inovações tecnológicas teria, no nosso entendimento, uma razão justificável: ela abre novos espaços para a exploração da força de trabalho. Já do ponto de vista da classe operária, devemos nos perguntar quais seriam as possibilidades concretas de estruturação de uma luta não reformista decorrente pelo advento da automação? Além disso: de que maneira uma determinação científica no capitalismo poderia ser incorporada a uma luta proletária que se pretende socialista?

Partimos da idéia de que para André Gorz e Serge Mallet a introdução de novas técnicas de produção gerou uma redefinição do papel da classe trabalhadora no processo de produção capitalista. Isso fez com que a noção de trabalho fosse alterada, mudando a sua própria forma.

A intervenção do trabalhador seria, assim, modificada, ficando agora limitada apenas a exercer uma função intelectual na produção. Seu papel de trabalhador manual

tenderia ao fim, cabendo a ele um outro domínio, a saber, o da criação intelectual, da intervenção e do controle sobre a produção. Tais transformações alterariam, assim, o conteúdo da concepção tradicional de trabalho.

Para Mallet, no contexto da automação, dois tipos de operários seriam criados. Frutos do desenvolvimento técnico, cada qual participou à sua maneira do processo de afirmação das empresas modernas. O primeiro tipo estaria fragmentado em outros dois. Há aquele dos vigias, operadores e preparadores das funções da máquina, que na prática são os *“corretores humanos de possíveis defeitos da máquina”* (Mallet, 1969: 84). No outro grupo estariam os trabalhadores mais próximos de uma atividade assemelhada à do artesão. Grupo caracterizado pelos mecânicos, eletricitistas, etc., operários que teriam grande responsabilidade na produção e deveriam ter uma visão ampliada do processo produtivo. Num último pólo distante estariam os pesquisadores e os administradores responsáveis pelos estudos de mercado.

No conjunto dessas relações de trabalho observar-se-ia, segundo Mallet, a eliminação da parcialização do trabalho e, conseqüentemente, uma recomposição do trabalhador pleno na figura do operário polivalente. As relações de trabalho impessoais iriam dando lugar progressivamente às relações pessoais e, num irromper sem volta, as relações de trabalho seriam ditadas pela cooperação e pela presença individualizada de cada trabalhador.

O produtor direto seria substituído por um vigilante, por um operador que teria a capacidade de reparar falhas na produção. Tratar-se-ia de um conjunto de transformações que atribuiriam ao trabalhador sua auto-regulação produtiva.

Com a formação profissional do operário na própria empresa desenvolver-se-ia uma política de garantias individuais aos trabalhadores, o que se chocaria com a

impessoalidade existente nas indústrias taylorizadas. O caráter pessoal da empresa moderna e das relações de trabalho nela predominantes geraria uma nova condição social de lutas sindicais e de crescimento intelectual do trabalhador. Para Mallet, foi a partir dessa perspectiva que surgiram o contrato coletivo de trabalho e o plano de carreira como expressão da estabilidade do emprego nas empresas modernas e também como alargamento do campo de intervenção e de concernimento do “novo” operariado na era da produção automática.

Portanto, impulsionadas de um lado pelo capital com seus investimentos financeiros e por outro pelas reivindicações dos trabalhadores, as formas tradicionais de trabalho seriam substituídas por um aumento qualitativo de forças produtivas necessárias às satisfações mais urgentes.

Em linhas gerais, Gorz e Mallet condicionaram a força política do movimento operário, leia-se sua capacidade de organização sindical e/ou partidária, à sua qualificação profissional. A formação técnica desenvolvida e incentivada na própria empresa foi brindada como um aceite teórico desse tipo de sociologia, já que possibilitaria aos trabalhadores especializados uma qualificação política, estabelecendo uma nova e vantajosa relação de força com o patronato.

Nesse sentido, os pressupostos deterministas que embasaram as análises de Gorz e Mallet indicam e dão corpo a uma estratégia política de superação do capitalismo. Apesar de não terem claramente indicado o final dessa transição, só poderíamos admitir um desfecho: o eleitoral. Tal desfecho tende apenas a revigorar nossa crítica ao caráter positivo com que o elemento técnico é retido nas teses sobre a transição. Na tentativa de justificar a ultra relevância desse caráter, Gorz e Mallet projetaram no futuro seu ideal de governo transitório.

Nesses moldes, Gorz indicou a necessária utilização de técnicos no governo. Para ele, estes técnicos seriam imprescindíveis à fundamentação do processo de “*reformas estruturais*”, dando coerência e dinâmica às suas “*reformas não-reformistas*”. “*Aliás, o concurso dos tecnocratas é indispensável ao movimento de certos objetivos estratégicos, de uma alternativa antimonopolista economicamente coerente*” (Gorz, 1968a: 132).

Como elemento sintético da cultura capitalista, a técnica, em sua face menos cruel, foi, nesse momento, entendida como ante-sala do socialismo e vislumbrada como elemento positivo de qualquer transformação do homem e de sua assaz emancipação frente ao capital.

O caráter positivo com que a técnica foi encampada pelas teses de Gorz e Mallet acaba por se assemelhar às formulações acionadas pela Revolução Bolchevique da época da Terceira Internacional, sobretudo em relação às análises do taylorismo como um sistema produtivo descolado das relações sociais em que foi elaborado, ou seja, sem o caráter antagonista das relações de produção capitalistas.

Nesse sentido, a automação pode aparecer como meio revolucionário que libertaria a força de trabalho de sua subordinação frente ao capital. Essa proposição, em vias de se tornar realidade, poderia ser viabilizada pelo processo de transformação dos trabalhadores tradicionais em trabalhadores qualificados, dado pelas exigências das transformações tecnológicas.

A automação seria, no entender de Gorz, o gancho revolucionário, o bonde histórico que a classe trabalhadora não poderia jamais perder. Com ela, a tendência a isolar e dissociar os trabalhadores chegaria ao fim. Tornar-se-ia, assim, possível inverter a ordem de exigências determinadas pela lógica interna do capital, já que a automação era a “*verdadeira negação dialética da parcialização do trabalho*”.

“O deslocamento dos operários não-especializados e dos OS, confinados a seu cargo solitário em proveito de equipes qualificadas que regulamentam elas próprias sua cooperação, conscientes de seu poder técnico e de sua independência, põe em crise a hierarquia no interior e no exterior das empresas. A exigência de autogestão que nasce da *praxis* produtiva não pode deter-se na porta das fábricas, dos laboratórios e dos escritórios de estudos. Homens que não podem ser comandados em seus trabalhos não poderão ser comandados indefinidamente em sua vida de cidadãos, nem submetidos às decisões rígidas das administrações centrais” (Gorz, 1968a: 133 – grifos do autor).

Assim, Mallet e Gorz desenvolveram uma análise acerca dos processos de trabalho das décadas de 1960/70 caracterizando um núcleo de interpretação que teve como princípio a idéia de que o desenvolvimento técnico, científico e/ou tecnológico seria um elemento de progresso, aonde quer que ele fosse elaborado, e quaisquer que fossem os meios e finalidades pelos quais seria realizado, difundindo, assim, erroneamente a idéia de que poderiam indicar a verdade revolucionária ao movimento operário.

Para além disso, como mostramos anteriormente, a chamada “revolução científica e tecnológica” apareceu, na leitura desses autores, como um ganho social fundamental às classes, já que poderia servir à sociedade como um meio de preencher suas necessidades fundamentais, bem como de lhes garantir um salto qualitativo na realização do trabalho social, além de liberar parte do tempo que lhe seria preciso para prover os produtos necessários à vida em seu cotidiano.

#### CAPÍTULO IV – O PRIMADO DAS FORÇAS PRODUTIVAS COMO MATRIZ TEÓRICA DO DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Como vimos mostrando, o debate contemporâneo sobre a centralidade do trabalho deve ser primeiramente relacionado a algumas teses antigas à própria sociologia do trabalho, na medida em que sintetizam os alicerces dessa disciplina. Em resumo, tais teses são sustentadas por pressupostos que podem reduzir ao plano técnico as reais intenções da universalização de uma política de classe, subjugando e desqualificando qualquer forma de resistência política da classe trabalhadora e, por extensão, qualquer formulação teórica que explicita os ajustes<sup>61</sup> necessários e peculiares a esse processo de reprodução das classes objetiva e ideologicamente.

Vimos também que os pressupostos científicos que sustentam estas análises teóricas remetem-se, direta ou indiretamente, ao primado do desenvolvimento das forças produtivas, ao avanço tecnológico, como expressão positiva do progresso, da satisfação de necessidades coletivas e de sobrevalorização da subjetividade operária.

Submete-se, assim, política e ideologicamente, tudo e todo o desenvolvimento histórico a partir de um imperativo técnico, perpetuado por um universo de possibilidades que é restringido à organização social do agora, em resposta, sobretudo, aos fracassos do soviético.

Contrariamente a estas teses que veiculam o primado das forças produtivas como motor da história, cremos que as atuais transformações acerca da produção, a saber,

---

<sup>61</sup> Tais ajustes podem ser explicitados, por exemplo, pelas atuais imposições de grupos financeiros ligados às indústrias no sentido de estabelecer novos modelos de contratos de trabalho e níveis de produtividade, mas também de ativar o Estado quanto à diminuição de certos direitos trabalhistas: salários indiretos, questões previdenciárias, etc..

tecnológicas, técnicas ou de gestão, como também referentes às múltiplas dimensões do universo do trabalho: emprego, qualificações, equipamentos, condições de trabalho, hierarquia de trabalho e divisão do trabalho, devem ser entendidas como formas de dominação e reprodução sociais que em seu conjunto aprofundam as contradições de classe (cf.: Azouvi, 1980) ao suprimir forçosamente o trabalho vivo (capital variável) por máquinas, gestões técnicas de produção, sistemas de trabalho, ou seja, trabalho morto (capital fixo), agregando a cada nova unidade de trabalho vivo o aumento multiplicado do trabalho que permita valorizar, ao desvalorizar a força de trabalho presente, a mais-valia capitalista, ou seja, o sobretrabalho não pago pelo capitalista.

Este ponto de vista seria, podemos dizer, a nascente das problematizações que devemos encerrar aqui. Nesse sentido, os novos elementos do progresso técnico são encaminhados como uma condensação de relações políticas que dão base e fôlego ao projeto hegemônico das classes dominantes (cf.: Dias, 1997).

Devemos notar o avanço do capital em direção à constituição de novas possibilidades de exploração do trabalho que rompem com o universo de trabalho restrito à indústria e extravasam suas fronteiras mais tradicionais.

Este princípio, inerente às condições de materialização das relações sociais capitalistas, ou seja, de alargamento das possibilidades de exploração da força de trabalho, pode obscurecer as intenções do capital na medida em que foge do terreno historicamente em questão, dificultando, assim, a sua crítica.

Neste último capítulo iremos discutir, mais detalhadamente, como o entendimento da relação forças produtivas/relações de produção informa a atualidade do debate sobre a centralidade do trabalho.

A questão do tempo livre caracteriza-se com um dos argumentos centrais para fundamentar o debate da não centralidade do trabalho. No entanto, pode também, quando recorremos a alguns pressupostos de Marx, aprofundar a crítica dessa problematização nos termos em que Gorz o submete.

As formas da produção e da reprodução social devem ser atualizadas, tornando claro o antagonismo presente na reprodução da relação capital/trabalho e de sua necessária superação.

O trabalho deve, assim, ser entendido como meio<sup>62</sup> necessário à reprodução do capitalista como capitalista e do trabalhador como trabalhador. Devemos precisar que o processo de valorização do capital está necessariamente na dependência da utilização desse meio. Assim, deve-se explicitar nas análises das atuais ocupações profissionais, ligadas ou não diretamente à fábrica, o núcleo comum do modo de produção capitalista. A exploração do trabalho pelo capital caracteriza a sua dinâmica e como esta relação está concretizada hoje sintetiza o sentido de nossa argumentação.

#### **IV.1. - Mudança de Paradigma ou Reformismo Político?**

O encaminhamento dado ao papel das forças produtivas no capitalismo pode nos informar sobre o caráter reducionista das teses de Gorz no seio da sociologia do trabalho. Ao explicitar a análise das transformações produtivas que ocorreram nas sociedades capitalistas nas últimas duas décadas (1980 e 1990), poderemos caracterizar o núcleo de representações que pretendemos criticar.

---

<sup>62</sup> Ver sobre esse tema Schmidt (1983).

Gorz indica uma ruptura com as análises marxistas. Porém, essa cisão direciona-se a um marxismo que salvaguardaria, finalmente, a construção de uma base revolucionária a partir de um ideal de homogeneidade das classes trabalhadoras.

Assim, em um contexto histórico no qual essa homogeneidade seria aparentemente solapada pela heterogeneidade das novas profissões (produção e serviços), tonar-se-ia imprescindível um deslocamento de problematização teórica e estratégia política.

Em *Adeus ao Proletariado*, por exemplo, o entendimento sobre a relação entre forças produtivas e relações de produção é inversamente desenvolvido, ou seja, o que na década de 60 foi indicado como contradição indissolúvel (e daí a forma pela qual se chegaria à sociedade socialista), é reeditado ainda como forma insuperável, mas que não qualifica transição alguma. Dessa maneira, a contradição, outrora fatal, entre forças produtivas e relações de produção, não seria mais, ela mesma, entendida como uma ameaça ao capitalismo.

“Nunca o capitalismo foi tão pouco capaz de resolver os problemas que engendra. Mas essa incapacidade não lhe é fatal: ele adquiriu a faculdade, pouco estudada e mal compreendida, de dominar a não-solução de seus problemas; sabe sobreviver a seu mau funcionamento. Chega mesmo a tirar dele uma nova força: porque seus problemas não solúveis o são intrinsecamente” (Gorz, 1987: 25).

Essa capacidade referenciada por Gorz estaria relacionada à forma pela qual o capital desenvolveu suas forças produtivas, sendo, elas mesmas, uma forma de reproduzir as relações de dominação capitalistas.

Ao examinar o problema dessa forma, Gorz não pode mais contar com o privilégio de uma derrocada progressiva, ou seja, com o avanço incontornável das forças produtivas que

levariam à revolução socialista; na verdade, esta intenção nem faz parte de seu projeto científico.

Gorz é, assim, “forçado” a romper com esta tese, passando a idéia de que suas formulações estariam, agora, contaminadas por uma fundamentação política que se elevaria a um novo patamar de argumentação, podendo, então, indicar uma fissura nos termos das velhas formulações marxistas. Tratar-se-ia, assim, de formular um “*nova agenda*”<sup>63</sup>.

Conduzido pelo questionamento do trabalho e de sua centralidade, Gorz o fundamenta como uma atividade fadada a uma alienação insuperável. Em conseqüência, aponta o declínio do trabalho industrializado nos principais países da Europa Ocidental como tendência inevitável a todas as sociedades capitalistas (Gorz, 1987: 11).

Entretanto, o autor não consegue ultrapassar a problemática do primado das forças produtivas. Na prática, ele aprofunda ainda mais seus termos no momento em que desloca da esfera da produção as possibilidades de superação do capitalismo. Em conseqüência, aquelas forças produtivas que davam base e consistência à categoria trabalho, agora, lhe dão fraqueza e esgotamento<sup>64</sup>.

O trabalho foi, assim, caracterizado como uma atividade sem sentido e sem poder. Nesse curso histórico, a classe trabalhadora não teria mais possibilidades materiais e tampouco vocação para revolucionar o poder institucionalizado (Gorz, 1987: 86).

<sup>63</sup> Em Gorz (1993), o autor inclui um artigo com o exato título “A nova Agenda” no livro organizado por Blackburn.

<sup>64</sup> Mesmo que Gorz já na década de 1970 tenha feito a crítica do caráter positivo do desenvolvimento das forças produtivas devemos precisar que: “A idéia mais geral consiste na hipótese de que a revolução das forças produtivas traduz-se em componente orgânico ao processo de passagem — *negativo* quando ‘sociedade do desemprego’ ou *positivo* quando ‘sociedade do tempo livre’ — da humanidade para uma sociedade não mais estruturada nas contradições entre classe, constituindo-se, portanto, no fator mais importante, *determinante*, podemos dizer, do processo de construção do socialismo e do comunismo” (Braga, 1997: 113 – grifos do autor).

A divisão social do trabalho destruiu qualquer possibilidade material de revolução socialista quando acabou com a figura do operário polivalente. O processo de racionalização capitalista não daria margem, dessa forma, a qualquer possibilidade de desestruturação deste modo de produção, sendo necessário trabalhá-lo internamente. Restaria como alternativa à classe trabalhadora apenas a possibilidade de “*administrar*” este processo “*inevitável*” de substituição de homens por máquinas, que teria como consequência principal o fim do trabalho (Gorz, 1988).

Nesse sentido, o tempo de trabalho economizado em geral permitiria remunerar aqueles sem emprego e criar novos empregos em atividades antes não consideradas economicamente ativas (cf.: Gorz, 1988: 14).

“A extensão do campo da racionalidade econômica, tornada possível pelas economias de tempo de trabalho, conduziu às economias de tempo até dentro das atividades que, até lá, não eram contadas como trabalho. Os ‘progressos tecnológicos’ colocam inevitavelmente a questão do conteúdo e do sentido do tempo disponível, melhor ainda: da natureza de uma civilização e de uma sociedade onde o sentido do tempo disponível leva vantagem sobre o sentido do tempo de trabalho e onde, por consequência, a racionalidade econômica cessa de reger o tempo de todos” (Gorz, 1988: 17-18)<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> Ou ainda: “(...) Essa estratificação da sociedade é diferente da estratificação em classes. Diferente dessa última, ela não reflete as leis imanentes ao funcionamento de um sistema econômico dentro do qual as exigências impessoais se impõem aos gerentes do capital, aos administradores de empresas da mesma forma que aos salários, ao menos por uma parte dos prestadores de serviços pessoais em comparação com aqueles e aquelas que se fazem servir. Uma classe servil, a qual as industrializações, depois a segunda guerra mundial haviam abolido, renasce” (Gorz, 1988: 20).

Contudo, a idéia de um trabalhador coletivo organizado estaria completamente ultrapassada. Ela foi solapada pela figura de uma “*não-classe*”, forjada no interior de sua própria “*exclusão*”, fruto de um progresso técnico e de uma irreversível reestruturação da produção. “*Nasce [assim,] uma não-classe de não-trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo da sociedade existente, uma não-sociedade na qual as classes seriam abolidas juntamente com o próprio trabalho e com todas as formas de dominação*” (Gorz, 1987: 87).

Entretanto, Gorz também apontou a impossibilidade de adaptação do modo alienado de produção capitalista. Na verdade, seria necessário dominá-lo e submetê-lo à esfera da autonomia. As forças produtivas que foram criadas no capitalismo não deveriam ser deixadas de lado, elas poderiam ser utilizadas para suprir as necessidades básicas dos indivíduos em sua coletividade. Foi nesse momento que o autor fundamentou o caráter dual da sociedade capitalista e a possibilidade real de superação desta.

“A inversão da ordem de prioridades, com a subordinação do trabalho social com finalidade econômica à expansão das atividades da esfera de autonomia individual está acontecendo em todas as classes das sociedades superdesenvolvidas, particularmente entre o neoproletariado pós-industrial: a verdadeira ‘vida’ começa fora do trabalho, o trabalho torna-se um meio de ampliar a esfera do não-trabalho, é a ocupação temporária pela qual os indivíduos adquirem a possibilidade de dar continuidade às suas atividades principais. Trata-se de uma mutação cultural que delineia a passagem para a sociedade pós-industrial. Implica uma subversão radical da ideologia, da escala de valores, das relações sociais instauradas pelo capitalismo. Mas só o suprimirá se o seu conteúdo latente for explicitado por uma alternativa ao capitalismo que se antecipe à mutação cultural

em curso e que a prolongue politicamente” (Gorz, 1987: 101).

A determinação cultural que se impõe à sociedade estaria marcada por uma sobredeterminação tecnológica, ou seja, a possibilidade de gerir a nova cultura que estaria constituindo-se só se torna(ria) possível a partir do desenvolvimento das incontornáveis forças do progresso técnico. Portanto, qualquer expectativa de entendimento do processo histórico como fruto de uma luta entre classes que se antagonizam, sobretudo, no terreno da produção, fica absolutamente descartada.

O fundamento desse avanço, determinado, segundo Gorz, por um processo já dado de racionalização das relações sociais, seria garantido pela divisão social do trabalho nos moldes atuais. Este processo estaria alheio à luta de classes; ele próprio faz parte de um sistema de organização institucional (privado e/ou público) e impessoal que se desenvolveu ao longo do século XX e que acabou por impedir a quebra das relações de produção capitalistas por uma revolução de tipo proletária.

No entanto, Gorz propõe uma alternativa a essa questão. Ela estaria, como já indicamos, primeiro na percepção de que seria impossível eliminar a produção capitalista em sua totalidade, e, segundo, que seria necessário, ao perceber tal limitação “*cultural*”, submeter o conjunto da sociedade a esta produção, a partir da veiculação do trabalho a todas as classes sociais:

“A sociedade do tempo liberado se esboça apenas nos interstícios e como contraponto da sociedade presente: baseia-se no princípio do ‘trabalhar menos para todos trabalharem e ter mais atividades por conta própria’. Dito de outra maneira, o trabalho deixa de ser uma atividade ou um

conjunto de atividades autodeterminadas, levadas a efeito não por dinheiro, mas em razão do interesse, do prazer ou da vantagem que nela se possa encontrar” (Gorz, 1987: 12).

Dentro desta perspectiva, a esfera da autonomia (liberdade) deveria subordinar a esfera da heteronomia (necessidade) determinada, então, por um imperativo ético, mesmo porque “*a esfera da autonomia não pode englobar tudo*” (Gorz, 1987: 114).

A questão central outra vez se relaciona às concepções sobre o desenvolvimento das forças produtivas. A análise deste tema em Gorz nos parece essencial, sobretudo, quando a partir dela podemos ver surgir uma leitura da obra de Marx que a consagra com o rótulo de evolucionista. Ou seja, podemos perceber, a partir da apropriação que Gorz fez e ainda faz da obra de Marx, os elementos que compõem uma análise de cunho reformista.

O núcleo comum que fundamenta esta idéia é o de que as forças produtivas teriam uma relativa independência ou, em alguns casos, completa autonomia frente às relações de produção<sup>66</sup>. Nesse sentido, as forças produtivas desenvolver-se-iam à margem da *praxis* humana, não dependendo, mesmo que contraditoriamente, de elementos distintos a ela. Em consequência, a evolução dessas forças levariam ou não à superação das sociedades capitalistas.

Esse raciocínio por princípio atribui a este desenvolvimento uma causa: uma constante e necessária adaptação das relações de produção em relação às forças produtivas, até que se chegue a um ponto no qual estas relações de produção não consigam mais adaptar-se e entrem em contradição fatal com as forças de produção, levando o modo capitalista de produzir à sua própria falência.

---

<sup>66</sup> Ver, especialmente Mallet (1969) e Richta (1972).

Alain Azouvi, ao comentar a tese de que: "*(...) As relações de produção capitalistas exercem efeitos contrários sobre as forças produtivas, mesclando aceleração e trava de seu desenvolvimento*", caracteriza-a como uma vulgarização abusiva da palavra de Marx, indicando que este tipo de embate fundamenta a maioria das análises quanto aos encaminhamentos teóricos sobre o progresso técnico na sociedade (Azouvi, 1980: 07-08).

Discutida amplamente durante as últimas décadas, a relação entre forças produtivas/relações de produção faz aflorar em alguns autores<sup>67</sup>, ligados ou em debate constante com partidos comunistas, a opção pelo desenvolvimento das forças produtivas como motor da história em contraposição a outros autores, sobretudo após a Revolução Cultural na China<sup>68</sup>, que enfatizaram a preponderância das relações de produção em suas análises.

Esta oposição acabou por distanciar estas análises das iniciativas e propósitos centrais de Marx. Contrariamente, tentaremos reafirmar a unidade entre forças produtivas e relações de produção, analisando, por isso, as ambigüidades que caracterizaram, principalmente, a opção pelo primado das forças produtivas. Comentando essa perspectiva, Azouvi caracteriza que:

“Em toda condição social, as forças produtivas estão abaixo, subalternas, mas seu potencial imenso pode não ser utilizado pelo capital conforme a sua vocação: a utilização capitalista da produtividade é desviada, transformada em lei contrária,

---

<sup>67</sup> Habermas (1980, 1987 e 1993), Gorz (1987, 1988, 1991 e 1993), Offe (1989), Touraine (1993), Rifkin (1995), entre outros.

<sup>68</sup> Bettelheim (1976), Magaline (1977), Negri (1979, 1992 e 1993), Azouvi (1980), Braverman (1980), Linhart (1983), Vincent (1993), Tude de Souza (1994), Antunes (1995 e 2000), entre outros

que tende a tornar o progresso técnico contra os trabalhadores” (Azouvi, 1980: 08)<sup>69</sup>.

Stephen Marglin reforça em "Origens e funções da parcialização do trabalho: para que servem os patrões?" (1996) que no processo de divisão social e de parcialização do trabalho a coordenação e o controle, ao agregar os saberes distintos de cada trabalhador, obtêm um produto comerciável.

A tecnologia integrada a esse processo de racionalização aparece, assim, secundarizada às relações de produção, a saber, de controle e de habituação do operário, somadas às estratégias de desqualificação da força de trabalho, como por exemplo, a especialização do trabalho. Segundo Marglin:

"(...) a organização hierárquica do trabalho não tem como função social a eficácia técnica, mas a acumulação. Interpondo-se entre o produtor e o consumidor, a organização capitalista permite gastar, para a expansão das instalações e melhoria dos equipamentos, muito mais do que fariam os indivíduos, se pudessem controlar o ritmo de acumulação do capital” (Marglin, 1996: 41)<sup>70</sup>.

<sup>69</sup> Erroneamente abre-se, nesse sentido, o espaço para a suposição de que as forças produtivas capitalistas poderiam ser utilizadas em um outro modo de produção, sem conquanto interferir na organização das respectivas relações de produção. Isto, pois, supostamente tais técnicas teriam uma origem e fundamentos para além das relações sociais que as compõem, ou seja, seriam técnicas de produção positivas em si.

<sup>70</sup> Como ainda discute Marglin: *"Tais idéias (...) podem ser agrupadas em quatro posições: 1. A divisão capitalista do trabalho — caracterizada pelo célebre exemplo da manufatura de alfinetes, analisada por Adam Smith — foi adotada não pela sua superioridade tecnológica, mas porque garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o de coordenador que, combinando os esforços separados dos seus operários, obtém um produto mercantil. 2. Do mesmo modo, a origem e o sucesso da fábrica não se explicam por uma superioridade tecnológica, mas pelo fato dela despojar o operário de qualquer controle e de dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir. A partir disso, o operário não é livre para decidir como e quanto quer trabalhar para produzir o que lhe é necessário; mas é preciso que ele escolha trabalhar nas condições do patrão ou não trabalhar, o que não lhe deixa nenhuma escolha. 3. A função social do controle hierárquico da produção consiste em permitir a acumulação do capital. Via de regra, o indivíduo não escolhe deliberada e conscientemente economizar. Inúmeras pressões são exercidas sobre ele para*

Nesse sentido, ao separar as tarefas especializadas destinadas a cada operário, o capitalista pode, antes de introduzir novas máquinas e investimentos, assegurar o controle da produção (cf.: Azouvi, 1980: 12). Com a expansão desse princípio à fábrica, o processo de trabalho pode ser controlado em larga escala. *"O segredo do sucesso da fábrica, o motivo de sua adoção, é que ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção. Disciplina e vigilância (fiscalização) podiam reduzir os custos, na falta de uma tecnologia superior"* (Marglin, 1996: 58).

As relações de produção são, dessa forma, colocadas à frente, como razões primeiras da separação do trabalhador para com a sua tarefa, da racionalização do trabalho, como também de suas sucessivas especializações. Isto faz com que Marglin acabe por relativizar excessivamente a interferência da técnica e da ciência como forças produtivas, que se analisadas em unidade com as relações de produção, podem compor uma análise mais precisa dos processos de trabalho e produção.

---

*levá-lo a gastar. Quando há uma economia pessoal (a da família), isso resulta de uma defasagem dos hábitos de despesa em relação ao aumento da renda, pois a despesa, como qualquer atividade, tem necessidade de ser aprendida e a aprendizagem leva tempo. Assim, a economia individual é a consequência do crescimento e não constitui uma causa independente dele.*

*As sociedades aquisitivas — pré-capitalistas ou socialistas — criam instituições graças às quais as coletividades determinam a taxa de acumulação. Na sociedade capitalista moderna, a taxa de acumulação é determinada principalmente pela grande empresa, o truste. Sua hierarquia — nela reside uma das suas funções sociais essenciais — decide qual parte das receitas será destinada ao aumento dos meios de produção. Na falta de controle hierárquico da produção, a sociedade deveria ou criar instituições igualitárias para assegurar a acumulação de capital ou contentar-se com o nível de capital já acumulado. 4. A ênfase dada à acumulação explica, em grande parte, o fracasso do socialismo soviético 'em alcançar e ultrapassar' o mundo capitalista, quanto às formas igualitárias de organização do trabalho. Concedendo prioridade à acumulação de capital. A União Soviética repetiu a história do capitalismo, ao menos no que concerne à relação dos homens e das mulheres com o trabalho. O fracasso total não foi como aquele, descrito por Santayana, de pessoas que, por desconhecerem a história repetem-na involuntariamente. Foi consciente e deliberadamente que os soviéticos adotaram a maneira de produzir capitalista. E os defensores da linha soviética de desenvolvimento econômico nem procurarão justificar-se: no final das contas (é este o argumento) instituições e uma mentalidade igualitária não podiam ser criadas de um dia para o outro e a União Soviética estava pobre demais para aceitar uma parada indefinida de acumulação. Agora, infelizmente, os soviéticos vivem às voltas com o 'alcançar e ultrapassar os Estados Unidos'; para eles, tanto quanto para o mundo capitalista, seria preciso uma revolução a fim de transformar a organização do trabalho" (Marglin, 1996: 41-42 – grifos do autor).*

"Esta lacuna não é menor. Ela mantém, de fato, o antagonismo capital/trabalho como unicamente ideológico, onde as condições de reprodução da força de trabalho não são consideradas. Ela pode, em seus termos, reduzir o enfrentamento de classes a uma luta de poder, de onde seriam retiradas as condições econômicas que constituem seu suporte e sua substância" (Azouvi, 1980: 13).

Azouvi mostra, dessa forma, que com a opção por explicitar as relações de produção como centrais na constituição e no desenrolar das relações sociais em geral, se encaminha uma autonomia parcial destas sobre as forças produtivas.

A exterioridade aparece como dicotomia. As relações de produção acabariam por marcar e imprimir às forças produtivas o seu formato. Donde, sendo dominantes, podem desenvolver-se de maneira exterior em relação às forças produtivas.

Conforme salienta Azouvi (1980: 25), Magaline, por exemplo, em *Luta de Classes e Desvalorização do Capital* (1977), parte da idéia de que a luta de classes na produção teria um papel essencial. Como motor do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, contribui para que a desordem nas condições técnicas e de organização social do processo de produção constitua o momento determinante da reprodução das relações capitalistas.

Assim, a luta de classes na produção não poderia ser examinada como uma luta puramente econômica *entre* o proletariado e a burguesia. Contrariamente, deveria ser entendida como uma luta da burguesia *contra* o proletariado. Em resumo, a luta de classes na produção seria um processo de contínua desvalorização da força de trabalho com vistas,

finalmente, ao processo de valorização do capital. O objetivo da luta de classe na produção seria, portanto, o de desvalorização do trabalho. Como sintetiza claramente Magaline:

“Se o trabalho concreto é sempre determinado pelo trabalho abstrato, quer dizer, pelo trabalho que valoriza o capital, o ‘valor de uso’ da força de trabalho é a sua aptidão para se inserir num processo de valorização do capital, nas condições ‘técnicas’ determinadas pelo capital, num momento e num lugar dados” (Magaline, 1977: 80).

A unidade que Magaline consegue dar à problemática das forças produtivas/relações de produção permite analisar tais elementos como meios do capital para a desvalorização da força de trabalho. O capital, em consequência, pode ser visto como uma conjunção de esforços históricos das classes dominantes na tentativa de sua valorização.

Entretanto, o que salta aos olhos no ponto de vista de Magaline, além dessa visão sintética sobre os elementos que constituem a luta de classe na produção, é que esta última, sob a interferência relativa das relações de produção, torna explícita a impossibilidade do desenvolvimento autônomo das forças produtivas, com respeito, sobretudo, à ciência e à técnica.

Devemos reter que a diferença na perspectiva de Magaline não está na caracterização de uma autonomia das relações de produção frente às forças produtivas, mas sim de afirmá-las enquanto unidade contraditória presente no processo de produção capitalista. Mesmo que, em última instância, as relações de produção apareçam como elemento decisivo e determinante, visto que as forças produtivas seriam entendidas como materialização dessas relações, não se submetendo arbitrariamente à autonomia nem de uma nem de outra relação

social. Vale dizer que esta arbitrariedade, ou seja, a própria construção da história, cabe aos sujeitos que detêm as formas de realização do capital. Nas palavras de Magaline:

"(...) Mais que uma 'dominação' exterior das relações de produção 'sobre' as forças produtivas, as análises de Marx fazem aparecer um processo de 'materialização' das relações de produção 'num' sistema de forças produtivas determinado. O grau desta 'materialização' (que se estende sobre um longo período histórico) é o indício da dominação das relações de produção, isto é, também da classe portadora de tais relações sobre o processo de produção" (Magaline, 1977: 56).

Nesse sentido, a análise das formas do capital, já que se trata de um processo de materialização, fez explicitar, na conjuntura de Marx, a maquinaria como a forma mais adequada de capital em geral. Como nos lembra Marx: *"Na máquina - e mais especificamente no sistema de maquinaria automática - o meio de trabalho encontra-se transformado, até mesmo no seu valor de uso e na natureza física, num sentido de existência correspondente ao capital fixo e ao capital em geral"* (Marx, 1985: 107).

Na leitura de Magaline, Marx, após ter aprofundado a questão de como as relações de produção materializam-se como forças produtivas, problematizaria esta questão em duas outras. Primeiro, que freqüentemente as relações de produção capitalistas são dissimuladas por uma relação aparentemente técnica<sup>71</sup>, especialmente quanto à relação entre produtor e máquina; e, segundo, que este fetiche (essa aparente expressão desinteressada) fundamentar-se-ia em uma subordinação material, produto real da dominação do capital sobre o processo de produção.

"Na medida em que, primeiro a cooperação, depois o desenvolvimento do maquinismo, são o produto histórico da dominação do capital sobre o processo de produção, isso implica igualmente que a escala da produção seja determinada pelas relações de produção. Assim, Marx sublinha que esta escala é em primeiro lugar determinada pelo grau de concentração do capital: esta concentração do capital que dá lugar ao aparecimento da produção em grande escala, e não o inverso, mesmo se a produção em grande escala se torna mais tarde uma 'necessidade técnica' para a valorização do capital. Do mesmo modo, a centralização do capital não constitui, como muitas vezes se diz, uma 'adaptação' das relações de produção à socialização 'objetiva' e crescente das forças produtivas; ela é antes o produto da concorrência capitalista e do crédito, e constitui ela própria o ponto de partida de novas transformações, de um novo alargamento da escala da produção" (Magaline, 1977: 53-54)<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Esta dissimulação baseia-se em uma compreensão da técnica esvaziada de seu sentido político e ideológico, da sua validade enquanto meio de dominação social.

<sup>72</sup> Dever-se-ia aqui discutir o caráter produtivo do trabalho. Entretanto, fugiria aos nossos propósitos. No entanto, concordamos com o ponto de vista de Marx a seguir. *"Como o fim imediato e (o) produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que somente é produtivo aquele trabalho que (e só é trabalhador produtivo aquele possuidor da capacidade de trabalho) diretamente produza mais-valia; por isso, só aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital. Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se-nos como produtivo aquele trabalho que se realiza num produto, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza — sem equivalente para o operário, para o executante — numa mais-valia representada por um sobreproduto; isto é, (que se realiza) num incremento excedentário de mercadoria para o monopolista dos meios de trabalho, para o capitalista. Só (é produtivo) o trabalho(...) que serve diretamente ao capital como instrumento da sua autovalorização, como meio para a produção de mais-valia"* (Marx, sd: 108-109). Ou ainda, com o de Magaline: *"A relação de produção capitalista afirma igualmente o seu caráter 'produtivo' por instaurar no seio do processo de produção, o controle e a vigilância das condições de utilização dos meios de produção, cujo 'consumo' pelo operário deve ser 'racional' e não comportar nenhum 'desperdício'. Com o desenvolvimento do maquinismo, a imposição do sobretabalho tende a dissimular-se por detrás deste controle do consumo produtivo dos meios de produção: ela torna-se aparentemente uma imposição puramente 'tecnológica' ditada pela natureza e pelo ritmo de funcionamento do meio de trabalho.*

Em conseqüência, as forças produtivas não devem, em hipótese alguma, ser retidas como elementos exteriores a qualquer expressão das relações de produção, de como estas se reproduzem e se materializam no processo de valorização do capital.

O conceito de forças produtivas deve designar, portanto, *"uma 'pertinência' da análise: designa em princípio as relações sociais, econômicas, ideológicas, políticas, na medida (e esta medida é específica a cada modo de produção) em que estas relações intervêm de modo 'eficaz' na apropriação social da natureza"* (Magaline, 1977: 56). Manifestando-se no conjunto desse processo de reprodução capitalista, elas veiculam um duplo caráter: *"a) efeito de dissimulação das relações de produção que se 'escondem' por detrás das relações aparentemente 'técnicas', quer dizer, desprovidas de qualquer contágio histórico; b) efeito de reforço destas relações de produção, contribuição para a sua reprodução e extensão"*<sup>73</sup> (Magaline, 1977: 59).

Nesse sentido, a produção capitalista de grande escala pode encobrir-se como um autômato social aparentemente desvinculado de uma lógica exploratória, na medida em que

---

*O Capital é igualmente 'produtivo' enquanto relação ideológica que funciona na produção: com efeito, no modo de produção capitalista, a 'imposição do sobretrabalho' distingue-se ainda das imposições pré-capitalistas porque repousa sobre a 'ilusão de liberdade' dada aos produtores"* (Magaline, 1977: 57).

<sup>73</sup> Alguns exemplos dessa extensão estão, para Magaline, sintetizados na *"subordinação real do trabalho ao capital [o que] implica uma tal transformação da natureza da força de trabalho que esta se torna 'tecnicamente' incapaz de funcionar num processo de trabalho não dominado pelo capital; ao mesmo tempo, o operário tem a impressão que é a máquina e não o capitalista que o explora. — Dentro dos limites definidos, a produção em grande escala constitui um 'estimulante' da acumulação e da centralização do capital, ao fixar um 'limiar técnico' à valorização do capital e ao assentar a 'superioridade econômica' do grande capital sobre o pequeno; ao mesmo tempo, a 'expropriação do capital pelo capital' encontra-se encoberta pelo véu da 'racionalidade técnica da produção em grande escala'. — Da mesma maneira, os argumentos técnicos facilitam — objetivamente e subjetivamente — a penetração das relações capitalistas nos setores ainda não dominados por elas. É um fenômeno deste tipo que Marx coloca em evidência, quando diz que 'num certo grau do seu desenvolvimento, a grande indústria entrou em conflito, mesmo do ponto de vista tecnológico, com a sua base dada pelo ofício e pela manufatura (...). A transformação do modo de produção numa esfera industrial acarreta uma transformação análoga numa outra', como é demonstrado pelo exemplo da fiação e da tecelagem. Em qualquer caso, esta eficácia do 'desenvolvimento das forças produtivas' manifesta-se no interior do quadro fixado pelas relações de produção dominantes. Ela não põe em causa a tese fundamental da dominação das relações de produção"* (Magaline, 1977: 59-60 – grifos do autor).

toda e qualquer forma de exploração é relegada a uma racionalidade técnica que não faz aflorar o interesse do capitalista em particular, e, em geral, do capital em seu processo de reprodução social.

Ademais, toda essa argúcia faz revelar, em detrimento dessa reprodução social fetichizada, a dificuldade em se diagnosticar o real interesse de classe presente nas mais avançadas formas de exploração do trabalho. Daí toda a facilidade em reproduzir uma visão de mundo específica, com objetivos específicos, com uma realização social coletiva e sem sujeitos.

#### **IV.2 - Tempo de trabalho e tempo liberado: a lógica de radicalização da exploração**

Segundo Gorz, em nossa sociedade apresentar-se-ia a tendência de diminuição do trabalho dada pelo avanço da microeletrônica e pela automação da indústria. Essa tendência deixaria um espaço vazio que deveria ser preenchido com atividades lúdicas, ou seja, de lazer, de educação, de esportes etc.. Deveríamos, então, utilizar-nos desse tempo liberado, dado pelas maravilhas da automação, para desenvolver atividades de regozijo.

O problema é que este tempo não tem, nos moldes da sociedade capitalista, como ser liberado de maneira positiva, ou seja, como tempo no qual seria possível desenvolver atividades não alienadas e/ou intelectualizadas, haja visto que o que está em jogo é o trabalhador coletivo e não o agente individualizado em seu posto de trabalho.

Acontece que, nem a lógica de acumulação do capital, nem a vontade dos capitalistas vão na direção de capacitar ou generalizar a produção de necessidades ao conjunto da sociedade, como fundamentou Gorz. Pelo contrário, as transformações impostas pela

microeletrônica aumentaram a intensidade produtiva, para aqueles que ainda trabalham, dispensando, assim, boa parte dos trabalhadores ativos<sup>74</sup>.

Essa aparente liberação do trabalhador de parte do tempo de trabalho é, assim, negativa, já que se dá pela forma do desemprego (cf.: Tosel, 1995). A possibilidade, portanto, de se usufruir desse tempo liberado, já que não existem condições materiais para fazê-lo, é nula. Ou ainda, como enfatiza Braverman, o controle do trabalhador faz com que o tempo de trabalho seja objeto pertencente a quem pode pagar por ele.

“Os possuidores de tempo de trabalho não podem eles mesmos fazer o que quer que seja com ele, mas vendê-lo como meio de subsistência. É verdade que esta é a regra nas relações capitalistas de produção.(...) o capital é [apenas] prioridade do capitalista, mas o *próprio trabalho tornou-se parte do capital*. Não apenas os trabalhadores perdem controle sobre os instrumentos de produção como também devem perder o controle até de seu trabalho e do modo como o executam. Este controle pertence agora àqueles que podem ‘arcar’ com o estudo dele a fim de conhecê-lo melhor do que os próprios trabalhadores conhecem sua atividade viva” (Braverman, 1980: 106 – grifos do autor).

Nesse sentido, Gorz tenta fundamentar a questão do tempo livre. Basicamente, seu interlocutor, a partir da análise dos *Grundrisse*, é Marx. Entretanto, o resgate de Marx parece tomar uma nuance distinta daquela que concordamos. Sua preocupação estaria, neste apelo a

---

<sup>74</sup> Grande parte da produção que era realizada pelos trabalhadores que estavam empregados acaba sendo acumulada por aqueles que ainda permanecem nas fábricas hoje. Essa intensificação da produção passa a ser uma das alternativas do capital para a produção de mais-valia. No entanto, dentre outras alternativas ativadas pelo capital, podemos citar: 1) a redução de salários indiretos; 2) a redução da jornada de trabalho com a proporcional redução dos salários; 3) o banco de horas, etc..

Marx, em consagrar um novo encaminhamento teórico do tempo livre, numa proposta que indicaria a ascendência desse resgate sem, contudo, alinhar-se com suas conclusões.

"Este que nós chamaremos 'trabalho' é uma invenção da modernidade. A forma sob a qual nós o conhecemos, praticamos e colocamos no centro da vida individual e social, foi inventada, depois generalizada com o industrialismo" (Gorz, 1988: 25).

Ao dizer isso, Gorz admite, em consequência, duas outras questões. A primeira é a de que o trabalho como significante social começa com o industrialismo e com sua necessária generalização; segundo, que contemporaneamente o trabalho não tem nada a ver com as necessidades que seriam indispensáveis à reprodução de cada indivíduo. Assim, as formas de trabalho que se apresentariam hoje não teriam o mesmo fundamento daquele tipo de trabalho desenvolvido pelo industrialismo.

"Se nós começamos a falar do 'trabalho' a propósito dessas atividades - do 'trabalho doméstico', do 'trabalho artístico', do 'trabalho de auto-produção' - é em um sentido fundamentalmente diferente que teve o trabalho para a sociedade onde está fundada sua existência, em um mesmo sentido, como meio principal e finalidade suprema" (Gorz, 1988:25).

Para além de afirmar a não validade do núcleo filosófico, político e social do trabalho, seja ele industrial ou gerencial, formal ou informal etc. como um núcleo de reprodução da exploração do homem pelo homem, Gorz está atrás de uma unidade aparente. Para afirmar a irrelevância do trabalho ele precisa de uma unidade física. Em consequência, se

toda a classe trabalhadora não está ligada à indústria, o conceito de trabalho pode, em sua perspectiva, ser alijado.

O trabalho ganha na sua perda, torna-se secundário, pois é difundido em mundos que antes não facultavam a sua atividade político revolucionária e que hoje impõem a sua decadência. Agora, o seu conteúdo, que vai da imbecilidade manual fordista até a usurpação de uma certa criatividade do trabalho informacional, faz com que Gorz não compreenda a verdade para além da verdade, utilizando-se, por fim, de um mostruário conjuntural, absolutamente restrito a certas regiões dentro de países europeus e dos Estados Unidos, para apontar o trabalho como um conceito e uma relação social ultrapassada. Utiliza-se, assim, de uma aparência verdadeira para dissimular a compreensão de toda estrutura social capitalista.

Nesse sentido, podemos indicar que a análise de Gorz das décadas de 60 e 70 justifica a sua opção teórico metodológica hoje. Na conjuntura anterior, o marxismo em geral e Gorz em particular não podiam caracterizar a classe para além da classe, ou seja, o proletário industrial era retido como a própria encarnação do sujeito revolucionário, seja ela mesmo em sua mais assombrosa versão.

Hoje, ao romper com uma certa leitura marxista, Gorz está rompendo, na prática, com a sua própria análise anterior. Aquela que alçava o proletariado industrial como elo libertário e emancipatório e como núcleo de constituição do novo homem. Não obstante, essa indicação revolucionária vinha à reboque de uma pressuposição que consolida a continuidade de suas análises sobre as transformações no trabalho e não uma mudança de eixo analítico.

Alinhando-se com a leitura de Gorz, a problemática do desenvolvimento das forças produtivas aparece na literatura das últimas décadas e no seio de parte da teoria

marxista, como a questão de vida ou de morte para o próprio marxismo. Gorz quer matar Marx e a sua pretensa pá de cal está na seguinte formulação:

"Desta utopia [marxista] não resta nada. Isso não quer dizer que tudo, de agora em diante, é vão e que só nos resta a submissão ao decorrer dos fatos. Isso quer dizer que é necessário mudar de utopia; pois se nós ficarmos prisioneiros da utopia que desabou, nós permaneceremos incapazes de perceber o potencial de liberação que a presente mutação contém e de tirar partido, imprimindo a esta mutação seu sentido" (Gorz: 1988: 22).

Este novo redirecionamento da teoria de Gorz não está alicerçado na perspectiva da classe trabalhadora, mas sim no desenvolvimento das forças produtivas em geral.

Contudo, já na década de 1970, surgia uma análise que indicava toda essa problematização quanto às dificuldades do marxismo em relacionar a classe trabalhadora a uma possível e posterior virada de mesa.

"De qualquer modo, e sejam quais forem os fatores realmente em ação, a crítica do modo capitalista de produção, que era a mais contundente arma do marxismo, gradualmente perdeu seu gume, à medida que a análise marxista da estrutura de classe da sociedade deixava de atualizar-se com o rápido processo de mudança. Tornou-se agora lugar-comum asseverar-se que o marxismo era apropriado apenas para a definição de 'proletariado industrial', e que com a relativa redução daquele proletariado em dimensão e peso social, o marxismo, pelo menos nesse sentido, tornou-se 'fora de moda'. Em consequência dessa obsolescência não corrigida, o marxismo tornou-se mais

frágil, precisamente no ponto em que era originariamente forte” (Braverman, 1980: 22).

A antevisão de Braverman (1980: 47-134) nos parece surpreendente. Na prática, ela fundamenta algumas hipóteses que, no percurso intelectual de Gorz referente ao avanço técnico e científico, não foram sequer cogitadas.

Em outras palavras, a análise da subjetividade operária motivada pela inclusão das relações de produção na análise dos processos de trabalho dão a Braverman a possibilidade de desenvolver uma perspectiva diferenciada daquela fundamentalmente atada ao primado do desenvolvimento das forças produtivas.

Vemos que em Gorz essas precisões foram deixadas de lado. Este sociólogo está mais preocupado em fundamentar que o trabalho *"não é redutível (...) como categoria antropológica ou como necessidade para homem produzir sua subsistência com o suor de seu rosto"* (Gorz, 1988: 26). Nesse sentido, Gorz acaba por concluir que este trabalho não pode mais ser um fator de integração social e finalmente diz:

"Era [o trabalho] antes de mais nada um princípio de exclusão: aqueles e aquelas que o realizassem eram tidos como inferiores em todas as sociedades pré-modernas: eles pertenciam ao reino natural e não ao reino humano. Eles estavam sujeitos à necessidade, e portanto incapazes da elevação do espírito e do altruísmo que os capacitariam a cuidar dos afazeres da cidade” (Gorz, 1988: 26 – grifo meu).

A partir dessas questões expostas, ou seja, da tentativa de superação de uma teoria sociológica baseada no primado das forças produtivas e em uma leitura particular de Marx, é que Gorz estabelece sua ruptura com o paradigma produtivo e com o próprio marxismo.

Assim, o tempo livre, dentro da concepção de uma sociedade dualista, seria a questão central para se qualificar qualquer possibilidade, primeiro, de sociabilidade e, segundo, de criação de um novo e mais virtuoso modo de vida.

Buscando na rubrica de Marx provas e assertivas que fundamentem o desenvolvimento de suas teses, Gorz indica que o reino da liberdade não pode ser mais alcançado através do trabalho, já que ele (o reino da liberdade) estaria fora da esfera da produção estrito senso.

A idéia de que conteria no trabalho abstrato o germe do homem universal é inibida pelo desenvolvimento de uma racionalidade que desfaz qualquer possibilidade de construção de um poder proletário, mesmo ainda sob o signo do primado das forças produtivas. Para retomar uma indicação de Gorz já trabalhada por ele em *Adeus ao Proletariado* (1987) e retomada em *Métamorphoses du Travail* (1998), vemos que:

"Os agentes diretos da dominação mecânica da natureza e da *autopiésis* da humanidade são uma classe proletária cujos indivíduos são 'violados' de suas faculdades, embrutecidos pelo trabalho, oprimidos pela hierarquia e dominados pela maquinaria que eles servem. É esta contradição que deve se tornar o sentido e o motor da história: graças à racionalização capitalista, o trabalho deixa de ser atividade privada e submissão às necessidades naturais; mas no momento mesmo em que ele é privado de sua característica reduzida e servil para se tornar *poiésis*, afirmação de potência universal, ele desumaniza aqueles que o realizam" (Gorz, 1988: 34).

Em outras palavras, o trabalho assalariado como um todo, dada a força da racionalidade inerente às formas da vida capitalistas, não teria nada que dentro dele mesmo motivasse o trabalhador a intuir sua própria emancipação frente à sua profissão.

Segundo Gorz, o "*tempo de trabalho*" e o "*tempo da vida*" estariam, assim, dissociados (Gorz, 1988: 36). O trabalho e sua utilidade estariam em separado da realidade do próprio trabalhador. Sua produção independe completamente de sua subjetividade.

"(...) O trabalho concreto só pode ser transformado naquilo que Marx chamaria o 'trabalho abstrato' fazendo nascer no lugar do operário-produtor o operário-consumidor: quer dizer o indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz; para quem o objetivo essencial do trabalho é ganhar o necessário para comprar as mercadorias produzidas e definidas pela máquina social em seu conjunto" (Gorz, 1988: 36).

Apoiado mais uma vez na idéia de uma radicalização da racionalidade constitutiva do trabalho capitalista, Gorz conclui que dela surge um indivíduo alienado do seu trabalho que também se aliena do que consome e de como consome. Sua vida em função do trabalho o faz reproduzir a sua própria incapacidade em outras esferas de vida fora do trabalho. Sua sociabilidade deveria, nesse sentido, fundamentar-se a partir de um novo eixo de organização desatado de suas formas de produção que salvaguardariam, por fim, toda essa racionalidade corrompida.

Finalmente, Gorz formula sua questão central:

"(...) o trabalho (Arbeit) (...) será eliminado (beseitigt) pela colaboração social racional dos indivíduos; no seu lugar triunfará uma *poïésis* coletiva que não é mais trabalho dos

indivíduos serializados e especializados, mas uma atividade autônoma de indivíduos que colaboram consciente e metodicamente. Encontramos aqui a utopia de autogestão e do ‘controle operário’; (...) da unidade do trabalho e da vida; da atividade profissional como plenitude do indivíduo, utopia mantida até este dia” (Gorz, 1988: 42).

Marx, nos *Grundrisse* (1980), contrariamente alicerça suas proposições na indicação de que o proletariado poderia, a partir da antagonização constitutiva das relações de produção capitalistas, romper com os grilhões que o subsume às formas de reprodução dessas relações de domínio.

A criação de um novo modo de produzir as relações sociais proviria da capacidade dos indivíduos em determinar como seria impossível, ao conjunto da sociedade, estruturar-se a igualdade social no capitalismo e, em consequência, de explicitar os limites que as relações capitalistas de produção por si mesmas fundamentam. Assim, a politização das relações de produção e sua superação caminhariam juntas, na medida em que poderiam trazer à tona as reais intenções dessas mesmas relações. Desta forma, seria preciso explicitar que:

“No sentido mais estrito [da palavra] o capital que se consome no processo de produção é o capital fixo, *meio de produção*. Em um sentido amplo todo o processo de produção e cada um de seus momentos como a circulação – quando considerada desde o ponto de vista material -, é somente meio de produção para o capital, para o qual somente existe o valor como o fim em si. Consideradas também materialmente as matérias-primas são meio de produção para o produto, etc.. Mas a determinação do valor de uso do capital fixo como algo que se consome no processo de produção, equivale a dizer que somente se emprega como

meio neste processo e que somente existe como simples agente para transformar a matéria-prima em produto. Como tal meio de produção, seu valor de uso pode consistir em ser somente a condição tecnológica para o desenvolvimento do processo (o lugar onde o processo de produção se efetua), como acontece com os prédios, etc., ou condição imediata para o funcionamento do verdadeiro meio de produção, que é o caso de todos os materiais instrumentais. Ambos são somente, por sua vez, premissas materiais para o desenvolvimento do processo de produção em geral, ou para o emprego e conservação do meio de trabalho. Mas o meio de trabalho em sentido estrito serve somente dentro da produção e, sem que tenha nenhum outro valor de uso, para produzir” (Marx, 1985: 105 – grifos do autor)<sup>75</sup>.

Nesse sentido, as formas de obscurecimento e de fetichização ativadas pelo capital seriam engendradas pela introdução sempre necessária de tecnologia (ciência e técnica) na produção. A força produtiva se deslocaria de forma aparente do trabalho, gerador de valor, para a aplicação tecnológica da ciência.

“Portanto, o capital chega a desenvolver-se completamente ou, dito em outros termos, só implanta um modo de produção congruente com ele – quando um meio de trabalho não só adota a forma do capital fixo, mas é superado na sua forma imediata e o capital fixo surge como maquinaria frente ao trabalho dentro do processo de produção, que, deste modo, se subtrai em seu conjunto a toda a subsunção sob a destreza direta do trabalhador, para transformar-se em uma aplicação tecnológica da ciência. Esta é a razão pela qual o capital

tende a dar à produção um caráter científico bem como reduzir o trabalho direto ao papel de um simples momento desse processo. E, se aprofundarmos a análise, veremos que, para que o dinheiro se converta em capital, este último, pressupõe também, por um lado, que as forças produtivas – entre as quais figura a ciência – tenham alcançado certo desenvolvimento histórico enquanto que, por outro lado, impulsiona e pressiona esse [mesmo] desenvolvimento” (Marx, 1985: 109 – grifos do autor).

Com uma leitura distinta da de Marx, Gorz irá propor, por exemplo, uma forma um tanto quanto diferenciada de construção do tempo livre. Esta constituição não se fundamenta em uma ruptura com o capitalismo, mas sim a partir de sua convivência. Basicamente, a idéia se desenvolve a partir da subordinação das formas de obtenção de mais-trabalho às formas de intervenção política coletiva e/ou individual.

O tempo livre seria criado a partir da incorporação maciça de novas tecnologias à produção. Nesse sentido e redefinindo os pressupostos que reduziam os limites da sociedade capitalista ao desenvolvimento técnico e científico da produção, Gorz revela sua leitura da atualidade quanto às necessidades de um possível futuro histórico:

"Entretanto, para 'forçar a técnica a parir uma tal utopia', a ação política não pode contar com nenhuma base social homogênea, nem, sobretudo, com uma base social ao mesmo tempo numerosa e poderosa como era a classe operária na época da produção em massa e dos operários-massa. Os setores nos quais a importância dos efetivos ia de par com a importância econômica, na verdade estratégica, de

---

<sup>75</sup> Ou ainda: "No modo de produção capitalista, 'a força produtiva de uma sociedade mede-se a partir do capital fixo que é a sua materialização', o capital fixo constitui o 'gradímetro' do desenvolvimento da força produtiva do

produções, estes setores, baluartes sindicais e políticos da esquerda tradicional, estão todos em declínio: as minas, a siderurgia, a construção naval e as indústrias pesadas conexas. Os setores-chave da terceira revolução industrial empregam efetivos relativamente pouco numerosos, à forte proporção de técnicos e de empregados, sem tradição sindical nem ancoragem política. 'As novas tecnologias e sua aplicação inteligente não conduzem à união revolucionária de massas operárias pauperizadas, mas o segmento e à divisão dos operários em quase-classes que, de acordo com seus interesses, atuam de maneira muito diferenciada'" (Gorz, 1988: 125).

Neste quadro conjuntural em que o operariado industrial estaria enfraquecido, em que o próprio trabalho se colocaria como forma/atividade secundária dentro do processo de organização das relações sociais, outras atividades desligadas do trabalho ganhariam força e sentido. Atividades "*religiosas, de caridade, filantrópicas, associativas, alternativas, em uma palavra, desinteressadas*" (cf.: Gorz, 1988: 127) se estruturariam em uma alternativa ética que se contraporía à falência da classe trabalhadora.

"Em síntese, a funcionalização e a tecnicização do trabalho fizeram romper a unidade do trabalho e da vida. O trabalho havia progressivamente cessado, desde antes: o agravamento da crise presente, de garantir uma integração social suficiente. A diminuição do volume de trabalho socialmente necessário acentuou esta evolução e agravou a desintegração da sociedade. Que ela tome a forma do desemprego, da marginalização e da precarização ou aquela de uma redução geral da duração do trabalho (no sentido econômico) obriga

os indivíduos a procurarem em outros lugares que não o trabalho fontes de identidade e de pertencimento social, de possibilidades de desenvolvimento pessoal pleno, de atividades carregadas de sentido e pelas quais eles possam ganhar a estima dos outros e a deles próprios” (Gorz, 1988: 129).

Dentro desse esquema que indica o tempo livre como extensão da incorporação ou diminuição do tempo de trabalho necessário, uma ética livre poderia, então, ser construída. Uma cultura cada vez menos ligada à lógica racionalista do trabalho se dissolveria na proporção exata de seu tempo necessário e, em consequência, uma outra ética, capacitada a partir de um indivíduo pleno se corporificaria, já que as intenções e/ou propostas econômicas não teriam senão uma dimensão de importância decrescente (cf.: Gorz, 1988: 130). Assim,

“A emancipação dos indivíduos, seu desenvolvimento pleno e a recomposição da sociedade passam pela liberação do trabalho. É graças à redução da duração do trabalho que eles podem adquirir nova segurança, um recuo em relação às ‘necessidades da vida’ e uma autonomia existencial que os levarão a exigir sua autonomia crescente no trabalho, o controle político de seus objetivos, um espaço social no qual possam se desenvolver as atividades voluntárias e auto-organizadas” (Gorz, 1988: 130-31).

O elemento técnico presente nas abordagens de Gorz das décadas anteriores reaparece, portanto, na figura do tempo livre. À medida que as razões explicativas do operariado especializado perdem o sentido quanto às formas de obtenção de lucro, as possibilidades discursivas de fundamentação ilusórias de um ‘*general intellect*’ também são desqualificadas.

Gorz, nesse sentido, não rompe em nada com as suas formulações originárias, pelo menos quanto à análise das transformações no e do trabalho. Isto porque os fundamentos que alicerçam suas proposições teóricas têm, hoje, a mesma base e a mesma perspectiva daqueles que inspiraram seus prognósticos revolucionários e que emergiam com o rápido processo de especialização de uma parcela da força de trabalho.

Os porquês da explicitação teórica, de sua banalização e de seu redirecionamento político na atualidade estão, sobretudo, calcados nas possibilidades materiais de efetivação política destes pressupostos. Em outras palavras, antes a análise de Gorz trabalhava internamente o marxismo fundamentando-o como uma teoria evolucionista das relações de trabalho. Hoje, aquelas problematizações que se revestiam com um fundamento crítico podem desenvolver-se mais facilmente dada a atual correlação de forças que configura um ambiente extremamente conservador.

As problematizações que Gorz discute poderiam ser melhor aproveitadas se recorrêssemos a uma atualização quotidiana das categorias de produção e reprodução social. Nesse sentido, ao invés de um tempo liberado como tempo de auto-conformação das massas ao tempo de trabalho altamente produtivo, poderíamos analisar como as formas de requalificação da força de trabalho e, em conseqüência, as formas de adaptação institucional, interferem neste processo de construção social de uma “nova” figura produtiva.

As suposições de Gorz relativas a uma camada que se estruturaria no caminho inverso da classe social, externa à lógica da reprodução das classes, surgem em um momento histórico e político em que este tipo de análise pode se desenvolver, num momento em que uma estratégia política de desvalorização da força de trabalho e de conseqüente valorização do valor estão sendo implementadas.

No campo da teoria abre-se um caminho para a relativização do conteúdo, digamos, singularmente epistemológico dada a atual correlação de forças que é constituída com o avanço de políticas neoliberais. Outra vez, teoria (visões de mundo) e prática são formas do pensamento que expressam, em campos distintos, uma política interessada e específica.

A questão, por exemplo, da exclusão social que fundamenta a própria constituição da “*não-classe*” é arbitrariamente revelada como resposta às formas de exploração da classe trabalhadora longe da tradicional empresa capitalista. O que está dentro é classe social, o que está fora, o que foi alijado do processo formal de exploração, é “*não-classe*”.

“Dentro da onde?” Seria a pergunta central. Esta “*não-classe*” está fora de quê? A única resposta possível é a de que ela estaria fora do mercado de trabalho formal. E por isso ela perderia seu poder revolucionário? Como nos lembra Tosel (1995), o conceito de exclusão só pode ser entendido como uma exclusão interna, já que obviamente os trabalhadores, agora desempregados, estariam apenas fora do mercado de trabalho formal, mas não do processo de exploração do trabalhador coletivo.

Portanto, observamos que a intenção de Gorz está muito mais em corroborar, com certa pretensão científica e no campo da informação dita intelectualizada, a subserviência da condição social da classe trabalhadora.

#### **IV.3 - O industrialismo como fundamento da revolução proletária**

O industrialismo para Gorz é o filho pródigo do capitalismo. Sem o primeiro, ou melhor, sem sua contínua racionalização (leia-se racionalização dos processos de trabalho e de

produção) o capitalismo não chegaria aos níveis de produtividade avançados que chegou. A maquinaria, em conseqüência, sucumbe às formas de racionalização da produção, engendra novos ritmos e encaminha, sob a batuta da lucratividade, a separação cada vez mais ideal (do ponto de vista do capital) do trabalhador e de seu trabalho.

Esta separação, aprofundada pelo controle e pela gerência dos processos de trabalho no século XX, faz Gorz questionar quais seriam as possibilidades reais do trabalhador, preso a um ideal revolucionário, em conseguir, na prática, produzir sob moldes diferentes do capitalista. Assim, comenta:

"(...) Se os operários recuperassem a propriedade – ou o poder de dispor – dos meios de produção, eles poderiam, liberados da dominação do capital, decidir eles próprios como e qual trabalho fazer? A resposta é: em alguns casos sim, mas em regra geral não. E isto pela seguinte razão: se os meios de produção industriais tivessem sido desenvolvidos desde o início pelos 'produtores associados' no seio das cooperativas operárias, as empresas seriam mantidas domináveis e controláveis por aqueles que nelas trabalham, mas a industrialização não teve lugar. O que nós chamamos 'indústria', de fato, é uma concentração técnica de capital que só foi viável sobre a base de separação do trabalhador para com os meios de produzir. Somente esta separação permitiu racionalizar e economizar trabalho, fazê-lo produzir excedentes a mais das necessidades dos produtores e utilizar estes excedentes crescentes na multiplicação dos meios de produção e no crescimento da sua potência" (Gorz, 1988: 71-72).

Esta exposição leva Gorz a concluir que as separações entre o trabalhador, sua obra e a maquinaria nascem juntas e que não é possível abdicar de uma sem se separar de outra. Mas qual seria o objetivo de Gorz em explicitar o carácter intrínseco das relações de produção capitalistas agregadas à constituição da própria maquinaria?

Partindo de uma leitura particular de Marx, principalmente dos *Grundrisse*, Gorz expõe sua análise da seguinte forma. O capital fixo é o produto passado de um trabalho vivo, agora morto, fixado. Este trabalho morto agrega-se à matéria e continua a agir e a interferir continuamente no trabalho vivo, condicionando-o a uma certa forma produtiva/social (cf.: Gorz, 1988: 73).

Trabalho morto é, por exemplo, a própria forma maquinaria. Forma, como descreve Gorz, agregada e constitutiva da separação do homem em relação a seu trabalho. E, assim, conclui: o trabalho morto, ao se integrar quotidianamente às formas do trabalho vivo, “*se posiciona entre o trabalhador e o produto e impede que o trabalho possa ser vivenciado como poïésis, como ação soberana de homem sobre a matéria*” (Gorz, 1988: 73).

O processo de dominação da natureza pelo homem transforma-se em dominação do homem pelo processo de produção (cf.: Gorz, 1988: 73-74). A maquinaria, ativada pela inovação tecnológica, submeteria a reposição freqüente de trabalho morto como elemento necessário e primeiro da recomposição do trabalho em geral. Isto, em termos gerais, significa que a natureza deste processo seria dominada pela inclusão contínua e inevitável de elementos científicos no processo de transformação da maquinaria.

Nesse sentido, a máquina dita regras e estabelece a ordem. A força, o poder externalizado do trabalhador, triunfaria na medida em que determinasse a inexorabilidade de sua própria reprodução por vias externas a ele.

A conclusão de Gorz é que a maquinaria, sua apropriação e submissão à vontade coletiva não podem ser realizadas, já que ela traz consigo a própria forma de reprodução particular do modo de produção capitalista. Entretanto, esta conclusão, ao invés de informar a própria necessidade de intervenção consciente do trabalhador no processo de separação do saber-fazer, faz prever a impossibilidade de ruptura social, seja ela qual for, com a forma de produção capitalista, já que seus pressupostos estariam circunscritos ao horizonte da empresa moderna. Uma cultura operária, nos termos de Gorz, só poderia constituir-se revolucionariamente a partir do terreno sólido da economia, ou seja, de uma necessária homogeneidade das classes trabalhadoras que garantisse o núcleo de interesses a serem desenvolvidos, por isso, a apropriação do saber-fazer e dos meios de produção é, tanto para as análises anteriores como para as atuais, um elemento decisivo para a configuração do quadro de (im)possibilidades da luta de classes no terreno da produção.

Duas questões podem ser retiradas deste ponto. A primeira é que o resgate de Marx feito pelo autor pode fazer aparecer o real sentido da análise marxiana, a saber, de que existiria uma contradição inerente e insuperável entre formas de produção e de apropriação. É, para além disso, que as formas do capital fixo expressam, fundamentam e sintetizam as relações sociais que deram origem e significado a elas.

Desta forma, a análise da ciência, na forma de capital fixo incorporada à maquinaria revela, contrariamente ao que Gorz conclui, que o fundamento da mudança está nas formas de trabalho produtivo, naquele que cria valor, seja ele industrial ou ligado à área de serviços, e não a uma racionalidade individualista e indissolúvel que acaba por naturalizar toda a história no capitalismo.

A segunda questão é que o interesse de Gorz pelos *Grundrisse* não está em caracterizar a necessidade de radicalização da separação entre força de trabalho e meios de produção com vistas ao aprofundamento da socialização das forças produtivas, mas sim de prescrever o caráter insuperável da alienação do trabalho para, então, consumir a criação de uma outra esfera que legitime a ação política individual longe do domínio do trabalho imediato e alienado.

A estratégia de Gorz não está em explicitar o caráter antagônico da produção capitalista com objetivo de superá-la, mas sim em admitir seu lado positivo, a qualidade de seus resultados. Assim, desloca-se a problemática do conflito de classes para lugares onde tais questões possam ser decompostas em fragmentos mínimos despolitizando-as e, em consequência, indica a impotência da organização política da classe trabalhadora, recompondo-a, na ordem do dia, sob a figura dos excluídos da produção<sup>76</sup>.

"Em síntese, para a massa dos trabalhadores, a utopia diretriz não é mais o 'poder dos trabalhadores' mas de poder não mais funcionar como trabalhadores; a ênfase carrega menos sobre a liberação *no* trabalho e mais na liberação *do* trabalho, com garantia do pleno lucro" (Gorz, 1988: 80 – grifos do autor).

Contudo, Gorz recorre a um outro argumento: o capitalismo fez surgir um crescente nível de especialização do trabalho que hoje inibiria qualquer possibilidade de identificação com o trabalhador pleno de Marx.

---

<sup>76</sup> Segundo Gorz, somente essa camada de excluídos seria capaz de controlar as relações sociais desiguais inerentes ao processo produtivo capitalista. Somente ela pode fazê-lo, pois agrega em seu construto os elementos necessários "a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes" (Gorz, 1987: 93).

"Originalmente, a subdivisão das tarefas tinha por objetivo principal a dominação dos trabalhadores. Uma vez instaurada, ela vai, neste entretanto, aprimorar uma especialização progressiva dos meios de produção e favorecer sua mecanização, sua automação. (...) A riqueza das sociedades industrializadas apoia-se precisamente na sua capacidade sem precedente de combinar, pelos procedimentos organizacionais pré-estabelecidos, imensa variedade de saberes parciais os quais seus detentores serão incapazes de coordenar por meio de entendimento mútuo e de cooperação consciente, voluntária, auto-regulada. (...) Todos estes saberes devem eles próprios ser produzidos, transmitidos, renovados no meio de uma rede complexa de escolas, de universidades, de centros de pesquisa, etc.. Cada trabalhador, grupo de trabalhadores e unidade de produção não pode dominar senão uma fração do saber funcional das usinas, separados freqüentemente por centenas de quilômetros" (Gorz, 1988: 75-76).

Em conseqüência, este trabalho não seria jamais um regozijo e muito menos poderia gerar uma cultura operária. Esta idéia, segundo Gorz, característica de um humanismo teórico presente em quase todo século XX, não pode mais persistir. Ao discutir a força de trabalho sob o domínio do taylorismo, Gorz sintetiza:

"Mas pelo próprio fato que esta esfera não podia mais encarnar o futuro da classe operária e da sociedade, sua ética do trabalho deixaria de ser humanista e adquiriria um caráter corporativista, elitista, conservador aos olhos de uma massa de trabalhadores-consumidores para os quais a indústria taylorizada, era uma prisão." (...) "Na medida em que subsistia a cultura do trabalho, ela era somente uma cultura

técnica de profissionais, o que os alemães chamam de 'Expertenkultur', quer dizer, um conjunto de saberes especializados, técnicos, sem raízes nem valor de uso nas relações quotidianas" (Gorz, 1988: 79).

Está lógica produtiva e reprodutiva apresentada por Gorz encaminhar-se-ia tanto para uma análise da constituição dos operários especializados quanto a dos trabalhadores "toyotistas". Nestes últimos, uma nova característica seria agregada: a empresa capitalista apercebe-se de que o trabalhador não deve apenas se desenvolver profissionalmente: ele deve, para qualificar a produção e torná-la mais lucrativa, desenvolver-se socialmente.

Aparece, assim, nas empresas mais racionalizadas, o departamento de recursos humanos, como um núcleo funcional de integração do trabalhador à organização estrutural da empresa não apenas como força motriz, mas também como força criativa a serviço da lógica produtiva.

A estratégia de socialização com vistas a incrementar a lucratividade da produção seria considerada, portanto, como um novo e eficaz agente em uma nova era de dominação do trabalho pelo capital.

Nessa linha de raciocínio, a precarização do trabalho chega a níveis alarmantes. A desqualificação do trabalhador galgada por novos contratos de trabalho e pela "flexibilização"<sup>77</sup> dos direitos trabalhistas sintetiza essa tendência de depreciação da força de trabalho.

---

<sup>77</sup> Vale precisar as aspas neste termo extremamente utilizado no meio acadêmico e também nos meios de comunicação de massa. Flexibilização, na quase totalidade dos casos, é utilizado como uma relação social que, para além de positiva, situa-se como necessária à lógica do capital. Vulgariza-se sua implementação como um ganho social, como forma única de competitividade no mercado e como capacitação da força de trabalho utilizada. Para nós, trata-se de um termo no mínimo ambíguo, que pode ser utilizado de diferentes formas. Flexibilizar as relações de trabalho pode ser tanto destruir os direitos trabalhistas em vigor, como também instituir

Trata-se, assim, de uma ofensiva do capital: se, por um lado, aparenta a incorporação de uma perspectiva voltada à "humanização do trabalho", por outro, revela, no conjunto da divisão social do trabalho, as suas verdadeiras pretensões quanto às funções desse processo.

A maior parte das análises sobre este tema considerou a incorporação da técnica e da ciência como uma dádiva, como meio de produzir mais em benefício geral da sociedade. Reproduzem, dessa forma, teses que obscurecem quotidianamente a dominação da classe trabalhadora pelas classes dominantes; mais do que isso: naturalizam a luta de classes na produção subordinando-a a uma "segunda natureza", a saber, a da evolução técnica e científica das forças produtivas.

Contrariamente, consideramos que esta incorporação deve ser analisada a partir da relação entre ciência, produção e reprodução social das classes; forma analítica pela qual se torna mais explícito o entendimento do processo de produção capitalista.

“A análise das relações entre a ‘ciência’ e a ‘produção’ e da sua evolução não pode ser feita de modo correto senão a partir de uma análise da transformação do ‘trabalhador coletivo’ no modo de produção capitalista. Uma tal análise demonstra que as relações de produção capitalistas não realizam a união da ‘ciência’ e da ‘produção’ senão reforçando simultaneamente a separação entre a ‘ciência’ (e os seus portadores), os produtores diretos, e a subordinação destes àqueles” (Magaline, 1977: 32).

---

novas obrigações no trabalho que garantam maior produtividade. Nesse sentido, o chamado "processo de flexibilização do trabalho e da produção", contrariamente de como é difundido, dada a sua necessária aparência, agrega, na prática, elementos de uma nova ordem econômica e social que dão legitimidade às formas de obtenção de mais valor no "ciclo" de produção e reprodução do capital.

Como descrevemos, estes pressupostos aprofundam a dominação de classe na medida em que vinculam materialmente, em um momento conjuntural específico, a capacidade revolucionária da classe trabalhadora e, em outro, seu enfraquecimento político e sua alienação insuperável ao terreno da economia

Determinar, assim, como fluxo contínuo da história as atuais “mutações”, tanto do ponto de vista produtivo como do ponto de vista econômico-político tem, um significado: reproduzir ideologicamente, no campo da teoria, pretensamente neutra e científica, a dominação de classe (Dias, 1997).

Reduz-se, finalmente, toda a crise capitalista contemporânea à crise da sociedade do trabalho, na medida em que se consagra como fundamento teórico a crise dos paradigmas revolucionários e uma aparente fratura da classe trabalhadora.

Na tentativa de caracterizar a impossibilidade de humanização das relações de trabalho, tanto na indústria capitalista quanto em qualquer outro tipo de organização da produção, seja ela despótica, gestonária ou de grupos associados, Gorz tenta romper com uma tradição teórica da qual ele próprio fazia parte. Tradição esta que identificava o trabalhador ao seu posto de trabalho<sup>78</sup> e que por extensão concebia a emancipação do trabalhador e sua desalienação-conscientização política pela apropriação de seu saber-fazer.

Esta mesma tradição identificava a classe operária industrial como a única que teria a capacidade de superar, a partir dessa (re)apropriação, o modo de produção capitalista. Nesse sentido, a crítica de Gorz ao humanismo científico apenas fundamenta a impossibilidade óbvia de sua instauração.

---

<sup>78</sup> Veja, supra capítulo II “Da Sociologia da Anomia à Sociologia da Alienação”.

Ademais, a noção de classe que estrutura seu ponto de vista é restritiva. Ela responde a um humanismo que considerava o sujeito revolucionário a partir apenas dos operários especializados das indústrias de ponta. O problema se caracteriza, portanto, por uma definição economicista do conceito de classe social e da amplitude desse conceito com vistas às definições das classes trabalhadoras em conjunturas tão distintas.

Nos termos de Gorz, o problema se definiria a partir das seguintes questões: quem são os que trabalham e os que não trabalham? Quem está sendo utilizado no processo de valorização do capital? E os que estão fora do mercado de trabalho estão a serviço de quem?

Na análise de Gorz sobre o fim da luta de classes, ele relaciona os novos canais de luta política a sujeitos sociais que estão fora do processo de valorização e que podem desqualificar teoricamente a problemática da emancipação do trabalhador frente ao capital, consagrando, com isso, o que ele chama de formas objetivas de ação política.

Trata-se, então, da constituição e da análise de um novo homem imerso em um novo estado de coisas. Trata-se de um “homem pós-marxista”, aquele que estaria condicionado em uma divisão do trabalho e em uma especialização dessa divisão que produziu uma escala de conhecimentos (saberes) que não podem ser jamais apropriados pelo coletivo de trabalhadores.

O poder da técnica e do aparelho produtivo tornaram-se racionalidades que estariam além do domínio humano. Elas se interporiam e, em seu conjunto, formariam a força produtiva central das sociedades capitalistas hoje. Estas sociedades, ativadas por este princípio, produziriam cada vez menos tempo necessário de trabalho. A revolução científica reduz a urgência de forças produtivas necessárias à produção de outras necessidades (cf.:

Gorz, 1988: 118). No entanto, esta redução não vem acompanhada de um desenvolvimento das capacidades individuais.

“Esta redução a um mínimo está em curso: as sociedades industriais produzem quantidades crescentes de riquezas com quantidades de trabalho decrescentes. No entanto, elas não produziram uma cultura do trabalho que, desenvolvendo as capacidades individuais, permite aos indivíduos desenvolverem-se livremente, durante seu tempo disponível, pela cooperação voluntária, as atividades científicas, artísticas, políticas, etc.. Não há ‘sujeito’ social capaz de impor cultural e politicamente uma tal redistribuição do trabalho pela qual todos e todas possam ganhar suas vidas trabalhando, entretanto trabalhando cada vez menos e recebendo, sob a forma de lucros crescentes, sua parte da riqueza que é socialmente produzida” (Gorz, 1988: 118).

A luta dentro do universo do trabalho poderia alcançar, segundo essa perspectiva, apenas finalidades compensatórias: melhor condição de trabalho, aumento do número de empresas, etc.; mas elas seriam, apenas uma maneira paliativa de satisfação de necessidades.

De um outro ponto de vista, a questão central reaparece sob a forma de como este tempo liberado deveria ser racionalizado e desvinculado da esfera do trabalho. As atividades que dariam base ao conjunto de uma cultura que extravasaria a luta por ganhos compensatórios e estimulasse a luta pela construção de um domínio cultural autônomo e identitário viriam da oposição, ou melhor, da negação do espaço designado pelo trabalho. Ou seja, pelas formas da divisão do “*não-trabalho*” (cf.: Gorz, 1988: 119).

“À medida que se estende o tempo disponível, a possibilidade e a necessidade se desenvolvem e se

estruturam por outras atividades de outros benefícios dentro dos quais os indivíduos desenvolvem suas faculdades de outra forma, adquirem outras capacidades, conduzindo uma outra vida. O local de trabalho e o emprego do privado e da consumação podem assim cessar de ser o único espaço de socialização e as únicas formas de identidade social. O domínio do fora do trabalho pode cessar de ser o domínio do privado e do consumo. Os novos benefícios de cooperação, de comunicação, de trocas podem ser utilizados dentro do tempo disponível e abrir um novo espaço social e cultural, fato de atividades autônomas, com fins livremente escolhidos. Um novo benefício, invertido, entre tempo de trabalho e tempo disponível tende assim a se estabelecer: as atividades autônomas tornam-se desta maneira preponderantes comparando-as à vida de trabalho. A esfera da liberdade também, comparando-a à esfera da necessidade. O tempo de vida não tem mais que ser gerado em função do tempo de trabalho; é o trabalho que deve encontrar seu lugar subordinado, dentro de um projeto de vida” (Gorz, 1988: 119).

A esta análise agregam-se duas argumentações fundamentais em Gorz: uma que indica sua concepção teórica de sociedade emancipada, sua sociedade futura e outra que revela seu entendimento acerca do desenvolvimento das forças produtivas em Marx.

Da primeira argumentação parte a seguinte idéia: a sociedade regida pelo trabalho está travada, ela não pode ser superada pelos seus próprios meios. Os alcances da especialização ganharam peso e profundidade tais que sua desestruturação tornou-se impossível via trabalho. Ademais, o grau deste desenvolvimento e a capacidade da produção capitalista não poderiam ser simplesmente jogados fora. A magnitude de seus frutos poderia,

então, ser absorvida de uma outra forma, na qual subordinaria a própria produção estrito senso às formas de interatividade e sociabilidade sociais.

Esta última regularia a primeira, organizar-se-ia fora da esfera do trabalho e, por extensão, não se conformaria nem se infectaria com as relações sociais constitutivas da primeira estrutura. Em seu conjunto engendrariam duas estruturas que de forma hierárquica criariam uma sociedade dual: a esfera heterônoma e a autônoma.

Na esfera autônoma, o indivíduo se despoçaria em sua atividade animalizada, constituído pelo que seria necessário à criação de necessidades, sejam elas quais forem. Uma esfera na qual as relações de despotismo, controle, habituação e de violência no trabalho seriam conservadas, no sentido de assegurar um grau elevado de produtividade. Na outra, estariam salvaguardados os interesses particulares, onde cada capacidade individual pudesse livremente usufruir do tempo que lhe sobrou das atividades da esfera heterônoma.

O segundo argumento central de Gorz repousa na análise do avanço das forças produtivas em Marx. Para Marx, do ponto de vista de Gorz, a evolução das forças produtivas viria sempre acompanhada de um desenvolvimento das capacidades individuais. *"Marx pensou, de fato, que o pleno desenvolvimento das capacidades individuais viria na relação direta com o pleno desenvolvimento das forças produtivas e findaria necessariamente em uma revolução"* (Gorz, 1988: 120).

Segundo essa leitura de Marx, o pleno desenvolvimento das forças produtivas finalizaria a dinâmica de acumulação do capital. Esta lógica não poderia resistir à diminuição sempre constante de trabalho morto e de criação de tempos livres, até o ponto no qual toda a racionalidade econômica capitalista encontrar-se-ia em seu limite. Assim, estimular-se-ia uma

nova ordem que se contraporía aos fins previstos e inerentes à lógica da acumulação de capital. E, conseqüentemente,

“O fim em vista daquele no qual a racionalidade econômica economiza os operários, principalmente o trabalho e o tempo, e o seu emprego alheio dentro da economia, visando a economia de trabalho e tempo que, em seu turno, deveria ser preenchido em outro lugar. A finalidade da vida daquele que tem seu trabalho economizado desvanece no infinito, e jamais ocorre a liberação do tempo por ele mesmo: jamais a extensão do tempo de viver. Até os prazeres têm por função criar empregos, de serem úteis à produção de mercadorias, à rentabilidade do capital” (Gorz, 1988: 121).

Nesse sentido, Gorz leva Marx à conclusão de que o desenvolvimento pleno das forças produtivas, sua dinâmica acumulativa, cessaria de funcionar. A racionalidade instrumental entraria em crise e revelaria sua irracionalidade fundamental, abrindo-se a alternativa de constituição de uma nova racionalidade provinda da economia do trabalho. Ou seja, *"a liberação do tempo para estas 'atividades superiores', que confundem-se com o movimento da vida, são elas mesmas seu próprio fim"* (Gorz, 1988: 121).

No entanto, Gorz conclui da seguinte forma:

“Se o pleno desenvolvimento das forças produtivas tendeu a ultrapassar da racionalidade econômica (e de sua crise) e a um livre desabrochar das individualidades graças à liberação do tempo, a razão não é porque tal é o sentido da História, mas porque faremos a história para que ela tenha esse sentido” (Gorz, 1988: 123-124).

Gorz desenvolve, primeiro, a problemática marxiana no sentido de demonstrar, nela mesma, a validade de sua argumentação em torno das formas do tempo livre. Depois, retorna a Marx e demonstra que em Marx o sujeito histórico, ou seja, a classe trabalhadora estaria à mercê do desenvolvimento das forças produtivas, alheio à vontade dos homens.

Para embasar sua problematização ele nos diz que para Marx e para os marxistas a liberação *no* trabalho é anterior à liberação *do* trabalho; pois é pela liberação no trabalho que nasce o sujeito capaz de querer a liberação do trabalho e de lhe dar sentido. Donde a atenção privilegiada que os autores marxistas outorgam ao operário polivalente, vendo nesta fração da classe trabalhadora uma possibilidade de (re)apropriação das forças produtivas e do desenvolvimento do indivíduo por ele mesmo (cf.: Gorz, 1988: 122).

Aqui passamos à seguinte questão: a quem Gorz estaria respondendo? A Marx ou a uma literatura que consagrou as transformações históricas a partir de elementos estritamente ligados ao desenvolvimento tecnológico, calcada, sobretudo, em um inventário humanista das condições de trabalho?

Nos capítulos anteriores, mais especificamente nos capítulos 1 e 3, procuramos caracterizar algumas análises imersas na sociologia do trabalho que se articulavam em torno de pressupostos positivistas. A partir de uma pressuposição que ensejava o desenvolvimento das forças produtivas como elemento central e autônomo das transformações históricas. E também de uma outra perspectiva que acreditava ser possível o retorno a uma certa plenitude do artesão através da (re)apropriação de seu “*know-how*” pelo operário polivalente e que fosse desalienado do processo de trabalho.

A partir disso, o trabalhador foi identificado como uma extensão de seu próprio trabalho. Em consequência, toda e qualquer subjetividade da classe operária foi condicionada à fábrica e, mais singularmente, ao posto de trabalho que cada trabalhador ocupava.

Interessa nesse instante apontarmos como a literatura contemporânea, aqui sintetizada nas palavras de Gorz, veicula o primado da técnica e da ciência como paradigmas centrais em nossa sociedade e analisar como as teses que fundamentam sua estratégia teórica foram concebidas.

Vemos que ao criticar as análises outrora dominantes no seio dos partidos comunistas e de certa esfera da intelectualidade engajada, Gorz faz aflorar a própria insuficiência de sua teoria, no momento em que se esquivava, não casualmente, de uma problemática que ele mesmo produziu e desenvolveu.

Para fazer surgir uma nova problematização acerca das transformações na produção e no trabalho, Gorz apoiou-se, primeiro, na crítica de uma outra problemática, ou seja, a crítica aos determinismos das décadas de 60 e 70, que reaparecem na sua rubrica de Gorz com a intenção de garantir um salto teórico.

Não obstante, tanto a análise anterior quanto a que indica uma sociedade dual em formação estão pautadas em pressuposições análogas, que num momento representam o caminho da salvação e em outros a inevitabilidade do processo de racionalização econômico. Nesse sentido, "(...) *A crise da racionalidade econômica é assim como um lugar vazio de uma outra racionalidade que dará a todo desenvolvimento anterior seu próprio sentido*" (Gorz, 1988: 122). Ou, mais detalhadamente:

“A crise é de fato, de outra forma mais fundamental que uma crise econômica ou de sociedade. É a utopia sobre a

qual as sociedades industriais vivem desde dois séculos e que agora desaba. E eu emprego utopia no sentido que a filosofia contemporânea dá a esse termo: a visão de futuro sobre a qual uma civilização rege seus projetos, funda seus ideais e esperanças. Se uma utopia se desfaz, é toda uma circulação de valores regendo dinâmicas sociais e sentido de práticas que entram em crise. E é esta crise que nós vivemos. A utopia industrial nos prometeu que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica iria liberar a humanidade da raridade, da injustiça e do mal-estar; que eles a dariam, com o poder soberano de dominar a natureza, o poder soberano de se determinar a humanidade mesma; e que eles fariam do trabalho a atividade às vezes demiúrgica e *auto-poïétique* na qual a realização de desejos, incomparavelmente singular de cada um, é reconhecida — sendo direito ou dever — como servindo à emancipação de todos” (Gorz; 1988: 22).

Contrário às formulações de Gorz, Braverman, na década de 1970, desenvolveu sua argumentação sobre as relações de produção e sobre a composição da classe trabalhadora a partir de uma outra leitura de Marx que desenvolveria uma interpretação fundada sobre a subjetividade dos processos de trabalho e da própria obra de Marx.

Como nos lembra Braverman, a aparente incapacidade do marxismo em responder às relações de produção, apenas legitimando-se a partir de uma teoria afeita ao proletariado industrial, acabou por fundamentar o reformismo político da classe e da teoria marxista. Para o autor:

“A classe trabalhadora sindicalizada, intimidada pelo grau e complexidade da produção capitalista, e enfraquecida no seu ímpeto revolucionário original pelos ganhos proporcionados pelo rápido incremento da produtividade, perdeu cada vez mais ânimo e ambição de arrancar o controle das mãos dos capitalistas, e tendeu mais a barganhar por participação do trabalho no produto. Este movimento trabalhista constituiu o ambiente imediato do marxismo. E os marxistas foram compelidos a adaptar-se a ele em graus variáveis. (...) Os marxistas, impressionados talvez, e até aterrados pela imensa produtividade do processo de trabalho, perplexos ante a crescente complicação científica, participando das lutas de trabalhadores por melhorias salariais, jornadas e condições de trabalho, adaptaram-se à maneira de ver a fábrica moderna como uma inevitável mas aperfeiçoável forma de organização do trabalho” (Braverman, 1980:21).

Essa perspectiva, voltada para análises de supostos critérios técnicos da produção, parece ter, na atualidade, se organizado e conseqüentemente se tornado hegemônica. Talvez pelas possibilidades materiais de seu desenvolvimento fez crescer, no seio das análises sociológicas e filosóficas, as teses sobre a ineficácia da teoria marxista. Vale saber o grau de implicação política que essas teses fazem desenvolver.

Como expressões teóricas de seu tempo, as teses sobre a não centralidade do trabalho fundamentam o amadurecimento de antigas questões postas pelo debate teórico dentro da sociologia do trabalho. O horizonte de possibilidades que estas teses fundamentam acabam por perpetuar as classes trabalhadoras a uma contínua conservação de sua condição social. Finalmente, escrevem a história sob um domínio que satisfaz e reproduz os interesses particulares da classe burguesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo vimos indicando que as teses sobre a não centralidade do trabalho sintetizam o amadurecimento de formulações teóricas que foram gestadas em conjunturas precedentes e que, na conjuntura atual, puderam explicitar-se a partir do questionamento dos paradigmas de esquerda e da crítica dos macro-sujeitos embasados, sobretudo, no materialismo histórico<sup>79</sup>.

Em torno da hipótese de que o primado das forças produtivas, ancorado nos pressupostos do determinismo tecnológico ou recusado pelo humanismo científico, daria fundamento ao que aqui denominamos como uma leitura dominante na sociologia do trabalho, traçamos uma análise histórico-crítica que resgata alguns elos teóricos presentes desde a sua origem nos últimos anos do século XIX até as décadas de 80 e 90 no século XX.

Evocando a análise das transformações produtivas como pilares de sustentação e desenvolvimento do capitalismo, no que concerne às formas de exploração e de socialização da força de trabalho, procuramos esboçar uma alternativa de entendimento sobre a atualidade das teses que afirmam o caráter incontornável da alienação presente no trabalho, já que qualquer luta revolucionária que contestasse ou tentasse subverter essa alienação apenas salientaria a incapacidade de sua superação pela classe cuja submissão ocorre no trabalho.

---

<sup>79</sup> Em suas ramificações teóricas vários encaminhamentos analíticos são desenvolvidos. Por exemplo, a Teoria de la Accion Comunicativa (Habermas, 1987); da radicalização do fetichismo da mercadoria força de trabalho, o que levaria ao colapso da sociedade capitalista traduzida como colapso da própria modernidade (Kurz, 1992); da ênfase à determinação dos movimentos sociais como carro-chefe das novas formas de sociabilidade (Offe, 1989); já que no terreno da produção e do trabalho produtivo esta possibilidade estaria descartada, haja vista o fluxo de transformações tecnológicas que consagraria sua própria ineficácia para a constituição de novos sujeitos sociais. Ver outras problematizações sobre o assunto em: Bihl (1990); Castells (1999); Gorz (1991); Lojkine (1995); Rifkin (1995); Touraine (1993), entre outros.

Esta consideração feita a partir do resgate das primeiras análises científicas sobre as transformações do trabalho tinha em vista a necessidade de promover uma maior homogeneidade das classes trabalhadoras, visando uma contestação reformista, ideal para o capitalismo. Tal pressuposição não identificava, nesse sentido, a própria capacidade revolucionária com um determinado grupo operário ou mesmo com o conjunto da classe trabalhadora.

Consoante com essa perspectiva as análises de Durkheim sobre a divisão social do trabalho acabaram por influenciar as leituras posteriores quanto às mutações produtivas e sociais a que dariam lugar a superação da figura tradicional do trabalhador de ofícios pela corporação industrial: lugar privilegiado do adensamento moral da sociedade (solidariedade orgânica). Tese esta que, já na década de 1960, difundia-se através do que denominamos como a vertente do humanismo científico (teórico).

O resgate de Georges Friedmann, autor central para a sociologia do trabalho e um dos intelectuais que se esforçou em sistematizar as bases de análise dessa disciplina, é significativo: com ele pudemos aprofundar os argumentos originais da sociologia do trabalho na medida em que a sua sociologia dava continuidade aos pressupostos que, em última instância, corroboravam uma tal análise reformista, ou seja, atada à superação do capitalismo a partir da (re)apropriação do saber-fazer e dos meios de produção por parte dos produtores imediatos.

A questão, nesses termos, pautava-se, então, pela necessidade de humanização do trabalho e da produção capitalistas. Este objetivo calcava-se na perspectiva de um trabalhador pleno, capacitado a exercer sua função parcelária e ainda a manejar o conjunto da produção em geral.

A (re)unificação do trabalho manual e do trabalho intelectual, condição e perspectiva social de rompimento com o capitalismo, estaria, nesse sentido, associada ao resgate ideal-típico da figura do artesão. O objetivo da corporação industrial, como forma de regulamentação em Durkheim, voltaria à cena como momento prévio da revolução socialista, como forma condensada e pedagógica do porvir socialista.

Em seguida, a questão da especialização, mediada ainda pelo ideal da moderna corporação, teve, nas décadas subsequentes, uma grande aceitação e difusão. André Gorz, alicerçado em uma relativização da determinação das forças produtivas como elemento decisivo de ruptura com o capitalismo, desenvolveu análises sobre o caráter “revolucionário” que a apropriação dos saberes e dos meios de produção (como fundamento de um processo de desalienação do trabalhador e de reformas não reformistas) poderiam desempenhar em um momento no qual a classe trabalhadora, ou pelo menos sua vanguarda operária, teria condições de um domínio técnico capaz de garantir a transição pacífica ao socialismo.

Nesse sentido, o elo epistemológico que aproxima a análise de Durkheim da de Gorz corporificar-se-ia em uma certa concepção revolucionária. A intervenção política dos trabalhadores técnico-científicos ganha sentido, nas palavras de Gorz e Mallet, através de sua capacidade em aglutinar conhecimentos técnicos que os levariam e, em consequência, toda a classe trabalhadora ao socialismo.

Nestes termos, a revolução do aparato científico e tecnológico imerso na indústria moderna criaria um sujeito revolucionário. A totalidade de conhecimentos gerada pelo contato dos trabalhadores técnicos com os meios de produção muito avançados reforçavam, por um lado, o ideal de humanização da produção, mas, por outro, explicitavam as contradições inerentes ao ideário do progresso técnico e de seu caráter classista.

A invocação do primado das forças produtivas como motor da história retirava, assim, a importância da luta de classes como pressuposto teórico central e também como atividade política decisiva nas sociedades de massa.

Já nos anos 80 e 90 o trabalho, como relação social e, por extensão, como conceito teórico-estratégico, torna-se secundário para toda essa linha de análise. Nesse sentido, as teses que fundamentavam a não centralidade do trabalho acabam por conservar os pressupostos mais característicos do determinismo tecnológico ao mesmo tempo em que afirmam a inviabilidade do paradigma produtivo.

A determinação da não centralidade do trabalho é, ainda, concebida a partir das inevitáveis forças mobilizadas pela ciência e pela técnica. Gorz, por exemplo, vislumbra uma sociedade dual, na qual a parte heterônoma da produção social seria involuntariamente preservada, já que as relações de produção e exploração capitalistas manifestar-se-iam como relações sociais insuperáveis, haja visto, a necessidade dos produtos e serviços por ela fornecidos.

Nesse sentido, Gorz<sup>80</sup> buscou relativizar o trabalho e as suas mais vorazes conceituações, já que por quase todo o século XX a produção imediata, como categoria analítica, permitia explicitar a luta de classes dentro e fora da produção.

Podemos concluir, assim, que nos termos em que Gorz considera o aprofundamento da divisão do trabalho, algumas hipóteses Durkheimianas são retomadas, sobretudo, quanto a heterogeneidade da classe trabalhadora.

---

<sup>80</sup> Do nosso ponto de vista, a obra de Gorz dos anos 1980 e 90 pode sintetizar o que aqui apresentamos como uma perspectiva que tenta romper com os pressupostos marxistas, na medida em que desvincula o trabalho como forma central de organização da vida na sociedade capitalista. Do mesmo autor ver também *Les Chemins du Paradis* (1983); *Capitalisme, Socialisme, Écologie* (1991) e “A Nova Agenda” (1993).

Para o autor, a caracterização das atuais mutações econômicas e políticas do trabalho são referenciadas à diminuição de postos de trabalho e a um aumento da diversidade das novas ocupações produtivas.

A heterogeneidade da classe trabalhadora, por um lado, mostra-se como um fator a ser considerado dentro do horizonte de unificação política e sindical e, por outro, não pode encerrar a discussão sobre a fragilidade ou não da organização do movimento operário em uma dada conjuntura em que se presencia uma forte ofensiva das classes dirigentes como a atual.

Essa heterogeneidade parece caracterizar, nos termos em que Gorz a apresenta<sup>81</sup>, a inevitabilidade do declínio político e reivindicativo da classe trabalhadora, haja visto, a impossibilidade de superação da produção heterônoma, com base na (des)alienação dos trabalhadores.

Dessa forma, o convívio com a “anomia” social, circunscrita por Gorz ao terreno da heteronomia, caracterizaria a necessidade de criação de uma sociabilidade que transcendesse os domínios do Estado burguês. Em consequência, o adensamento de uma solidariedade social, a partir de regulamentações sociais desenvolvidas na esfera do mercado e da divisão social do trabalho, tornar-se-ia, dentro dessa perspectiva, imprescindível.

Assim, a necessidade de afirmação de um consenso social (de um adensamento moral dos laços sociais), face ao aprofundamento do individualismo egoísta e de uma insuperável alienação do trabalho, poderia responder ao caráter anômico engendrado ou até mesmo exacerbado pelo capitalismo industrial e financeiro. Nesse sentido, a formação de um

---

<sup>81</sup> Mas não só ele, ver também Offe (1989), Habermas (1987 e 1993), entre outros.

“tecido social” limitaria a intervenção do Estado, mas não deixaria a cargo do mercado a sua própria regulação social.

Decorre daí que a liberação do trabalhador com relação ao tempo de trabalho lhe garantiria desempenhar uma “ação” política na esfera autônoma da vida social. Essa *poiésis*, tão aclamada por Gorz, e atada a suposta esfera da autonomia individual<sup>82</sup>, demonstra não só o caráter reducionista de sua análise, mas também a alinha, sobremaneira, as proposições da Teoria da Ação<sup>83</sup>.

Nesse sentido, a substituição idealizada da perspectiva dos macro-sujeitos (classes sociais, Estado, partidos, etc.) pela ação individual de agentes consumidores, que, segundo Gorz, teriam consciência do que e como consomem (cf.: Gorz, 1988: 36) faz aflorar os termos reducionistas com que trata a problemática das classes sociais na contemporaneidade.

O debate atual sobre a não centralidade do trabalho exprime, enfim, o amadurecimento consciente dos embates entre racionalidades científicas explicitados na virada dos 60 e 70, no sentido em que produz uma inflexão, não de uma concepção histórica sobre as transformações no e do trabalho, mas sim, de um sujeito histórico ideal condicionado por um suposto núcleo social homogêneo definido por sua condição autônoma frente aos processos de valorização e acumulação.

Portanto, as muitas problematizações acerca do debate sobre a não centralidade do trabalho na atualidade, representadas aqui pela (re)leitura de parte da obra de André Gorz, confirmam-se dentro de uma perspectiva reducionista, reproduzindo, assim, sob uma nova

---

<sup>82</sup> A alternativa apresentada por Gorz caracteriza-se como uma saída ética, já que a esfera da heteronomia não pode ser suprimida (cf.: Vincent e Negri, 1992).

<sup>83</sup> Sobre a Teoria da Ação ver Habermas (1987) e para sua crítica ver Tosel (1993).

roupagem e dentro de uma conjuntura distinta, algumas das formulações suscitadas pela aparição de uma “nova” classe operária no interregno das duas grandes guerra mundiais.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. (1995) "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ANNUNZIATO, Frank. (1989) "Il fordismo nella critica di Gramsci e nella realtà statunitense contemporanea". In: *Critica Marxista*, n° 6, pp. 91-113.
- ANTUNES, Ricardo. (1995) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP/Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2000) *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ARTOUS, Antoine. (1994) "L'homme post-marxiste selon André Gorz". In: *Critique Communiste*, n° 137, pp. 75-82.
- AZOUVI, Alain. (1980) "Progrès technique et rapports de production: de la théorie à l'enquête". In: *Critiques de L'Économie Politique*, n°10, jan-mar, pp.03-28.
- BALIBAR, Etienne. (1976) *Sur la Dictature du Proletariat*. Paris: Maspero, Collection "Théorie".
- \_\_\_\_\_. (1996) "Da luta de classes à luta sem classes?". *Textos Didáticos*, n° 20, fev. São Paulo: IFCH./UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (sd) "Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico". In: ALTHUSSER, Louis et alli. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 153-273.
- BEAUD, Michel. (1999) *História do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- BENSAÏD, Daniel. (1999) *Marx, o Intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- BETTELHEIM, Charles. (1976) *A Luta de Classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vols. I, II e III.
- BIHR, Alain. (1991) “Le prolétariat dans tous ses éclats”. In: *Le Monde Diplomatique*. 26 de março.
- BOLOGNA, Sergio & NEGRI, Antonio. (1974) *Crisi e Organizzazione Operaia*. Milão: Feltrinelli.
- \_\_\_\_\_. et alli. (1986) *La Flexibilité du Travail en Europe: une étude comparative des transformations du rapport salarial dans sept pays de 1973 a 1985*. Paris: Découverte .
- BOITO, Armando. (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- \_\_\_\_\_. (1995) “O economicismo oculta a revolução”. In: *Crítica Marxista*, nº 1, pp.153-159.
- BRAGA, Ruy. (1997) *A Restauração do Capital: uma Análise da Crise Contemporânea*. São Paulo: Xamã.
- BRAVERMAN, Harry. (1980) *A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CASTELLS, Manuel. (1999) *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, vol. I.
- CHESNAIS, François. (1995). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.
- CLARKE, Simon. (1991) “Crise do fordismo ou crise social democrata?”. In: *Lua Nova*, nº 24, pp. 117-150.
- COCCO, Giuseppe. (2000) *Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez.
- COHN, Gabriel (1997) “A Busca da Unidade num Mundo Dividido”: Folha de São Paulo, São Paulo, 5 de novembro, pp.5-10.
- CORIAT, Benjamin. (1976) *Ciência, Técnica y Capital*. Madri: Blume.
- \_\_\_\_\_. *El Taller y el Robot (Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Masa en la Era de la Electrónica)*. México/Espanha: Siglo Veintiuno.

- DIAS, Edmundo F. (1997) “A Liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização”. *Textos Didáticos*, nº 29, agosto. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- DURKHEIM, Émile. (1973) *De la Dision del Trabajo Social*. Argentina: Schapire.
- \_\_\_\_\_. (1977) “Objetividade e identidade na análise da vida social”. In: MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC.
- FRIEDMANN, Georges. (1972) *O Trabalho em Migalhas*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. & NAVILLE, Pierre. (1964) *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Librairie Armand Colin, vols. I e II.
- GORZ, André. (1968a) *Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1968b) *Socialismo Difícil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1983) *Les Chemins du Paradis: L'Agonie du Capital*. Paris: Galilée.
- \_\_\_\_\_. (1987) *Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Forense.
- \_\_\_\_\_. (1988) *Métamorphoses du Travail. Quête du Sens: critique de la raison economique*. Paris: Galilée.
- \_\_\_\_\_. (1991) *Capitalisme, Socialisme, Écologie*. Paris: Galilée.
- \_\_\_\_\_. (1993) “A nova agenda”. In: BLACKBURN, Robin. (org.). *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 235-249.
- \_\_\_\_\_. (1996) “Técnica, técnicos e luta de classes”. In: GORZ, André (org.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 211-248.
- GRASMCI, Antonio. (1978) *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1981) *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1991) *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, São Paulo: Civilização Brasileira.

- HABERMAS, Jürgen. (1975). “Técnica e ciência enquanto ‘ideologia’”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, vol. XLVIII, pp. 303-333.
- \_\_\_\_\_. (1980) *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (1987) *Teoria de la Accion Comunicativa*. Madrid: Taurus.
- \_\_\_\_\_. (1993) “A revolução e a necessidade de revisão na esquerda – o que significa socialismo?”. In: BLACKBURN, Robin.(org.). *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo, Paz e Terra, pp. 45-72.
- HOBBSAWM, Eric. (1994) *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JAMESON, Fredric. (1996) *Pós-Modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática.
- KATZ, Claudio & COGGIOLA, Osvaldo. (1996) *Neoliberalismo ou crise do Capital?* São Paulo: Xamã.
- KELLY, John & WOOD, Stephen. (1984) “Le taylorisme en Grande-Bretagne”. In: MONTMOLLIN, Maurice. & PASTRÉ, Olivier. (orgs.). *Le Taylorisme – Actes du Colloque International sur le Taylorisme*. Paris: Éditions La Découverte, pp. 257-273.
- KERN, H. & SCHUMANN, M. (1988) *El Fin de la Division del Trabajo Racionalización en la Produccion Industrial: situación actual, determinación de las tendencias*. Madrid: Ministerio de trabajo y seguridad social.
- KURZ, Robert. (1992) *O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia mundial)*. São Paulo: Paz e Terra.
- LAZZARATO, M. (1992) “O conceito de trabalho imaterial: a grande empresa”. In: *Futur Antérieur*, nº10, pp. 1-9, tradução de Angela Maria Tude de Souza (mimeo).

- \_\_\_\_\_. (1993) “O ciclo da produção imaterial”. In: *Futur Antérieur*, nº16, Paris, pp. 1-14, tradução de Angela Maria Tude de Souza (mimeo).
- LÊNIN, Vladimir Ilith (1980) *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, tomo III.
- LINHART, Danièle. (1993) “À propos du post-taylorisme”. In: *Sociologie du Travail*, nº 1, pp. 63-74.
- LINHART, Robert. (1983) *Lênin, Camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- LOJKINE, Jean. (1992) *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez.
- LOWITH, Karl (1997) “Max Weber e Karl Marx”. In: GERTZ, René. (Org.) *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Hucitec.
- LUKÁCS, Georg. (1974) *História e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpião.
- LUKES, Steven. (1984) *Émile Durkheim su Vida y su Obra: estudio histórico-crítico*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- MAGALINE, A.D. (1977) *Luta de Classes e Desvalorização do Capital*. Lisboa: Moraes.
- MALLET, Serge. (1969) *La Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1971) *Le Pouvoir Ouvrier: Bureaucratie ou Democratie Ouvrière*. Paris: Anthropos.
- MANDEL, Ernest. (1986) “Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano”. In: *Quatrième Internationale*, nº20, maio, 1-36.
- MARCUSE, Herbert (1964) *L'Homme Unidimensionnel*. Paris: Minuit.
- MARGLIN, Sthepen (1996) “Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os patrões?)”. In: GORZ, André (org.). *Critica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 37-77.
- MARX, Karl. (1968) *Manuscrits de 1844*. Paris: Editions Sociales.
- \_\_\_\_\_. (1988) *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, vols. I e II.
- \_\_\_\_\_. (1976) *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijaldo.

- \_\_\_\_\_. (1978) “Prefácio de 1859”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, pp.103-125
- \_\_\_\_\_. (1980) *Conseqüências Sociais do Avanço Tecnológico*. São Paulo: Edições Populares.
- \_\_\_\_\_. (1985) *Grundrisse: Lineamientos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política 1857-1858 II*. México: Fondo de Cultura (livros 6 e 7).
- \_\_\_\_\_. (sd) *Capítulo VI Inédito de O Capital – Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Moraes, pp.133-140.
- \_\_\_\_\_. (1993) *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2000) “Contradição entre o fundamento da produtividade burguesa (Medida de Valor) e seu próprio Desenvolvimento”. In: GIANNOTTI, José Arthur. *Marx: vida e obra*. Porto Alegre: L&PM.
- MATTOSO, Jorge. (1995) *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scrita.
- NAPOLEONI, C. (1981) *Lições sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas.
- NAVILLE, Pierre & ROLLE, Pierre (1964) “L’Évolution technique et ses incidences sur la vie sociale”. In: FRIEDMANN, Georges. & NAVILLE, Pierre. *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Librairie Armand Colin, vols. I e II.
- NELSON, Daniel. (1984) “Le taylorisme dans l’industrie américaine, 1900-1930. In: MONTMOLLIN, Maurice. & PASTRÉ, Olivier. (orgs.). *Le Taylorisme – Actes du Colloque International sur le Taylorisme*. Paris: Éditions La Découverte, pp. 51-66.
- NEGRI, Antonio. (1979) *Marx – au-delà de Marx*. Paris: Christian Bourgois, pp.83-111.
- \_\_\_\_\_. (1992) & VINCENT, Jean M. “Paradoxes autour du travail”. In: *Futur Antérieur*, n.º 10, pp. 5-8.

- \_\_\_\_\_. (1993) “Valor-trabalho: crise e problemas de reconstrução no pós-moderno”. In: *Futur Antérieur*, nº 16, pp. 1-5, tradução de Angela Maria Tude de Souza (mimeo).
- \_\_\_\_\_. (1993/2) “La première crise du post-fordisme”. In: *Futur Antérieur*, nº 16, pp. 11-15.
- \_\_\_\_\_. (1995) “À quoi sert encore l’État”. In: *Futur Antérieur*, nº 25-26, pp. 135-151.
- OFFE, Claus (1989) *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol. I.
- PALLOIX, Cristian. (1976) “O Processo de Trabalho: do Fordismo ao Neofordismo”. In: VVAA, *Processo de Trabalho e Estratégias de Classe*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PAGOTTO, Maria Amélia. (1996) “A Produção Imaterial e as fronteiras da acumulação do capital: a nova matriz das relações inter-setoriais e seu significado na recomposição técnica e política das classes trabalhadoras”. In: *Mito e Realidade na Automação Bancária*. Dissertação de Mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas/SP.
- PETRAS, James. (1995) *Ensaio Contra a Ordem*. São Paulo: Scrita.
- POLLART, Anna. (1998) “Dismantling flexibility”. In: *Capital and Class*, nº 34, pp.43-75.
- RICHTA, Radovan. (1972) *Economia Socialista e Revolução Tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RIFKIN, Jeremy. (1995) *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books.
- ROLLE, Pierre. (1978) *Introdução à Sociologia do Trabalho*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- ROSDOLSKY, R. (1989) *Génesis y Estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. México: Siglo Veinteuno.
- ROMERO, Daniel. (1999) *Tecnologia, Subsunção e Fetice no Mundo do Capital: elementos da crítica de Marx ao tecnicismo do processo de trabalho nos Manuscritos de 1861-1863*. Dissertação de Mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, Campinas/SP.

- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). (1998) *Pós-neoliberalismo. As políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCHMIDT, Alfred. (1983) *El Concepto de Naturaleza en Marx*. México: Siglo Veintiuno.
- SEGNINI, Liliana. (1998) *Mulheres no Trabalho Bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Edusp.
- SILVA, Josué Pereira (1993) *Alienation, Work and Utopia: A Study of the Thought of André Gorz*". Tese de PHD, Nova York, The Graduate Faculty, New School for Social Research.
- \_\_\_\_\_. (1999) "O Adeus ao Proletariado de Gorz, Vinte Anos Depois". In: *Lua Nova*, n.º 48, pp161-174.
- TAYLOR, Frederic W. (1978) *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas S.A.
- TEXIER, Jaques (1993) "La supression du travail immédiat comme facteur décisif de la production dans les *Grundrisse* de K. Marx". In: *Actuel Marx*, n.º 14, pp. 135-161.
- THOMPSON, Edward P. (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tomos I e III.
- TOSEL, André. (1991) *Marx en Italiques*. Mauvezin: Trans-Europ-Repress.
- \_\_\_\_\_. (1993) "Quelle pensée de l'action aujourd'hui? In: *Actuel Marx, Les Théories de L'Action aujourd'hui*, n.º 13, pp.16-39.
- \_\_\_\_\_. (1995) "Centralidade e não-centralidade do trabalho ou a paixão dos homens supérfluos". In: BIDET, Jaques & TEXIER, Jaques. *La Crise du Travail*. Paris: PUF. pp. 1-12, tradução de Angela Maria Tude de Souza (mimeo).
- \_\_\_\_\_. (1999) "Marxismes, néo-marxismes, et post-marxismes face à la philosophie aujourd'hui en France. In: *Actuel Marx*, n.º 25, pp. 11-25.

- TOURAINÉ, Alain & MOTTEZ, Bernard. (1964) "Classe ouvrière et société globale". In: FRIEDMANN, Georges. & NAVILLE, Pierre. *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Librairie Armand Colin, vols. I e II.
- \_\_\_\_\_. (1965) *Sociologie de L'Action*. Paris: Éditions du Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1984) "Apogée ou déclin du mouvement ouvrier?" In: TOURAINÉ, Alain. *et alli. Le Mouvement Ouvrier*. Paris: Fayard.
- \_\_\_\_\_. (1993) "Os novos conflitos sociais". In: *Lua Nova*. n° 17, junho, pp.5-18.
- TUDE DE SOUZA, Angela M. (1992) "Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci". *Textos Didáticos*, n° 05. Campinas: Editora do IFCH/UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1994) "A Crise contemporânea e a nova ordem mundial: as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica". In: *Universidade e Sociedade*, n°06, pp. 33-39.
- VAKALOULIS, M. (1994) "Modernidade avançada ou modernização 'pós'-moderna: notas teóricas de uma pesquisa". In: *L'Homme et la Societé*, n° 21, pp.1-18, tradução de Angela Maria Tude de Souza (mimeo).
- VINCENT, Jean M. (1993) "Os automatismos sociais e o 'general intellect'". In: *Futur Antérieur*, n° 16, pp.1-15, tradução de Angela Maria Tude de Souza (mimeo).
- \_\_\_\_\_. (1995) "La légende du travail". In: COINS-VALIE, Pierre. *La Liberté du Travail*, pp.71-82.
- \_\_\_\_\_.e NEGRI, Antonio. (1996) "Paradoxes autour du Travail". In: *Futur Antérieur*, n° 10, pp. 5-8.
- WEBER, Max. (1964) *Economia y Sociedad: esboço de sociologia comprensiva*. México: Fondo de Cultura.